



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE ARTES

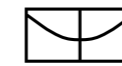
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS



**AGÊNCIAS FORMADAS
NO ACOLHIMENTO DE
CRIANÇAS EM DESLOCAMENTO
TERRITORIAL FORÇADO**

LAURA TEÓFILO GONZALEZ



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS



**AGÊNCIAS FORMADAS
NO ACOLHIMENTO DE
CRIANÇAS EM DESLOCAMENTO
TERRITORIAL FORÇADO**

LAURA TEÓFILO GONZALEZ

Brasília - DF
2023

AGÊNCIAS FORMADAS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM DESLOCAMENTO TERRITORIAL FORÇADO

LAURA TEÓFILO GONZALEZ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arte Visuais do Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Artes Visuais, na linha de pesquisa de Educação em Artes Visuais (EAV).

Orientador: Prof. Dr. Cayo Honorato.

LAURA TEÓFILO GONZALEZ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arte Visuais do Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Artes Visuais, na linha de pesquisa de Educação em Artes Visuais (EAV).

Aprovada em 22 de maio de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cayo Honorato - IdA/ Unb

Prof. Dra. Sumaya Mattar - ECA/USP

Prof. Dra. Tatiana Fernández - IdA/ UnB

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Ferreira - IdA/ UnB

Teófilo Gonzalez, Laura
TG643Teófilo
filoa Agências formadas no acolhimento de crianças em
deslocamento territorial forçado / Laura Teófilo Gonzalez;
orientador Cayo Honorato. -- Brasília, 2023.
148 p.

Dissertação (Mestrado em Artes) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. Agência. 2. Ator-criança. 3. Arte. 4. Ativismo. 5.
Educação não formal. I. Honorato, Cayo, orient. II. Título.

Às crianças do cerrado,
Que foram brincar de escolinha e começaram a mudar o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as crianças, famílias, ativistas, artistas e educadores que me possibilitaram realizar esta pesquisa. A toda minha família, ao Bento e ao Igor, à mãe, meu pai e à minha irmã, que nunca me deixaram desorientar. Aos meus amigos, professores e alunos. Ao meu atencioso orientador, Cayo Honorato. Ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília (PPGAV-UnB) e à CAPES, por me conceder bolsa de pesquisa ao longo de 2 anos, e ao Decanato de Pós-Graduação (DPG), por conceder apoio à execução de projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, sem os quais essa pesquisa não seria viável.

RESUMO

Nesta pesquisa, foram investigadas as agências formadas no acolhimento das crianças moradoras da Ocupação do CCBB, localizada em Brasília, Distrito Federal, quando essas crianças foram forçadas ao deslocamento territorial causado por ação de despejo realizada pelo Governo do Distrito Federal durante a pandemia do vírus da Covid-19. Foi realizada uma pesquisa etnografia, de maneira qualitativa e rizomática, com crianças e adultos na Ocupação do CCBB ao longo de um ano em campo de pesquisa. A investigação justifica o estudo da Arte, da Educação não formal e do Ativismo político como possíveis agências para o acolhimento das crianças. A prática de pesquisa em campo foi intermediada pelo papel de educadora social e ativista na Escola do Cerrado (E.C. ou escolinha do cerrado), coletivo e Associação criados dentro da Ocupação do CCBB pelas crianças, suas famílias e ativistas sociais. A pesquisa tem como objetivo questionar se a experiência na Ocupação do CCBB, com a Escola do Cerrado e, principalmente, com as crianças vinculadas a essas situações pode apresentar maneiras de planejar/sistematizar propostas educativas para atuar no acolhimento emergencial dessas e de outras crianças em situações análogas quando seus territórios comuns estiverem sob ameaça ou conflito e buscar por suportes para problemas reais quando se tratando da falta de moradia e do deslocamento forçado.

Palavras-Chave: Agência. Ator-criança. Arte. Ativismo. Educação não formal.

ABSTRACT

In this research, the agencies formed in the refuge of children living in the CCBB Occupation, located in Brasília, Federal District, were investigated when this children were forced to the territorial displacement, caused by the eviction action carried out by the Government of the Federal District during the Covid-19 virus pandemic. Ethnography research practices were carried out, in a qualitative and rhizomatic manner, with children and adults in the CCBB Occupation over a year in the research field. The investigation justifies the study of Art, Non-formal Education and Political Activism as possible agencies for the refuge of children. The practice of field research was intermediated by the role of social educator and activist at the Escola do Cerrado (E.C. or escolinha do cerrado), a collective and Association created within the CCBB Occupation by children, their families and social activists. The research aims to question whether the experience in the Occupation of the CCBB, with the Escola do Cerrado and, mainly, with the children linked to these situations can present ways of planning/systematizing educational proposals to act in the emergency refuge of these and other children in analogous situations when their common territories are under threat or conflict and seek support for real problems when dealing with homelessness and forced displacement.

KEYWORDS: Agency. Child-Actor. Art. Activism. Non-formal Education.

Figura 1 - “A casa”21

Figura 2 e 3 - Publicação na página do BSB Invisível sobre a E.C. em construção. 30

Figura 4 - Registro de acompanhamento pedagógico realizado em 2021 na Ocupação do CCBB31

Figura 5 - Escolinha do Cerrado durante Derruba Violenta. 33

Figura 6 - “Isso é Arte” diptico, 2022”, Josy, vídeo-performance..... 34

Figura 7 - “The Green Line”, Francis Alÿs, The Green Line, 2004..... 39

Figura 8 - Children’s Game #7: Stick and Wheels, Francis Alÿs..... 41

Figura 9 - Trailer do filme “Tempo de Derruba” 42

Figura 10 - Trecho do filme “Tempo de Derruba” em que a criança-educanda convida a ativista para brincar. 44

Figura 11 - Trecho do filme “Tempo de Derruba” em que a criança-educanda convida a ativista para brincar, legendado em francês, como divulgação do festival de cinema na França, em 2022..... 45

Figura 12 - “Menor portando tecnologia”, NFT/Vídeo, Gean 2050, 2022.. 46

Figura 13 - Trecho de vídeo clipe “DERRUBADA (DF ILEGAL)” de Ministério RPA..... 52

Figura 14 - Fotografia de Matheus Alves..... 55

Figura 15 - Fotografia de Matheus Alves..... 56

Figura 16 - Árvore e placa da Escolinha do Cerrado após derruba violenta. ... 60

Figura 17 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”. 65

Figura 18 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”. 66

Figura 19 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”. 68

Figura 20 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”..... 69

Figura 21 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”. 70

Figura 22 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”..... 71

Figura 23 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”..... 73

Figura 24 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado" 73

Figura 25 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado" 74

Figura 26 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado" 75

Figura 27 - Na trilha das crianças até a área destinada à separação de materiais recicláveis..... 85

Figura 28 - Brincando de casinha no "Ponto 4" da Ocupação do CCBB. .. 87

Figura 29 - Brincando de Quiz (jogo de perguntas e respostas) com balão d'água no Ponto 5. 88

Figura 30 - "A bomba"..... 93

Figura 31 - Registro de desenho realizado na parede da Escola do Cerrado por Juninho horas antes de sua derrubada.102

Figura 32 - Registro de desenho feito durante a ação coletiva "Museu Ocupação" no Museu de Arte de Brasília.102

Figura 33 - Registro de encontro pedagógico na primeira Escola do Cerrado em 2020.103

Figura 34 - Registro de encontro pedagógico para realizar as fichas enviadas pela escola pública.104

Figura 35 - Publicação realizada na página do BSB Invisível_ sobre a arrecadação de verba para compra de Kombi após a 3ª derruba da Escola do Cerrado.108

Figura 36 - Com a frequente participação das crianças menores nos acompanhamentos pedagógicos, foram providenciados materiais específicos para crianças de 2 a 4 anos. Atividade realizada no "Ponto 5". 114

Figura 37 - Abaixo-assinado contra a criminalização de Érika, Caio, Pedro e Thiago na resistência da Escola do Cerrado e da Ocupação do CCBB..119

INTRODUÇÃO.....22

1 ARTE, EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E AGÊNCIA 25

1.1 DIÁLOGOS: NOW YOU SEE ME MORIA..... 35

1.2 DIÁLOGOS: FRANCIS ALYS..... 39

1.3 TEMPO DE DERRUBA - O FILME 42

1.4 DIÁLOGOS: GEAN 2050 46

2 METODOLOGIA 50

2.2 COMO PESQUISAR EM BORDAS?..... 50

2.3 DERRUBA VIOLENTA..... 55

2.4 MUSEU OCUPAÇÃO 62

**3. AGÊNCIAS FORMADAS NO ACOLHIMENTO
DE CRIANÇAS EM DESLOCAMENTO
TERRITORIAL FORÇADO 78**

3.1 AS CRIANÇAS EM AÇÃO 84

3.2 A OCUPAÇÃO DO CCBB.....95

4 AÇÃO EM REDE.....100

4.1 BSB INVISÍVEL (DF) 100

4.2 A ESCOLA DO CERRADO 102

4.2.1 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CERRADO111

4.3 MOVIMENTO BEM VIVER (DF).....118

4.4 ESCOLA CLASSE 115 NORTE 120

4.5 CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO
FEDERAL (CODHAB) 122

5. ANÁLISE DE DADOS 124

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 140

ANEXOS 146

Figura 1 - "A casa".



Fonte: Maria Laura. Acervo pessoal (2020).

A presente pesquisa buscou investigar as agências que foram formadas no acolhimento das crianças moradoras da Ocupação do CCBB, localizada em Brasília, Distrito Federal, quando em deslocamento territorial forçado movido por ação de despejo realizada pelo Governo do Distrito Federal durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19. Para isso, foi realizada pesquisa etnográfica, de maneira qualitativa e rizomática, com crianças e adultos na Ocupação do CCBB ao longo de um ano em campo e de dois anos vinculada ao Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Departamento de Artes de Brasília.

A investigação tem como justificativa o estudo da Arte, da Educação não formal e do Ativismo político como agências que podem ser formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado. A pesquisa aconteceu intermediada pela prática de educadora social e ativista da Escola do Cerrado (E.C. ou escolinha do cerrado) em busca de suportes para problemas reais quando se tratando da falta de moradia e do deslocamento forçado. A Escola do Cerrado foi primeiramente um coletivo formado entre o devir-criança e as ações sociais dos ativistas de diversas áreas profissionais que atuaram na Ocupação do CCBB nos anos de 2020 e 2021.

Um dos objetivos da pesquisa é questionar como a experiência na Ocupação do CCBB, com a Escola do Cerrado e, principalmente, com as crianças vinculadas a essas situações pode apresentar maneiras de planejar/sistematizar propostas educativas para atuar no acolhimento emergencial dessas e de outras crianças em situações análogas quando seus territórios comuns estiverem sob ameaça ou conflito.

Em “Como pesquisar em bordas?”, serão apresentados os eixos conceituais que guiam a metodologia utilizada nesta prática de pesquisa. Para realizar a coleta de dados formais, a pesquisa se propôs como experimento para realizar uma ação educativa intitulada “Museu Ocupação - 1 ano de derruba da ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”, no Museu de Arte de Brasília. A ação foi concebida para conversarmos e traçarmos uma cartografia da derruba/ocupação e de seus deslocamentos, fazer registros cartográficos, ouvir relatos, histórias, memórias etc. dos que estavam presentes na derruba e na ação de registro de memória sobre a mesma com pessoas com quem essa pesquisa foi realizada.

A apresentação dos dados está organizada a partir de dois núcleos. O primeiro está intitulado “Agências formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado”, frase que intitula esta pesquisa. Nesse núcleo estão expostas algumas considerações sobre o conceito de ação e agência (GIDDENS, 1979; LATOUR, 1994; 2012). Nesse núcleo também são apresentados os dados referentes às crianças da Escola do Cerrado, principais sujeitos da investigação, e sobre o campo de pesquisa.

Para compreender a formação de agências no contexto da pesquisa, os conceitos de ação e agência foram estudados a partir dos os autores Anthony Giddens (1979), para quem as agências são formadas entre atores humanos e são indissociáveis do conceito de estrutura, e Bruno Latour (1994; 2012), que afirma que as agências podem ser formadas por atores humanos e não humanos e que suas agências devem ser observadas em rede, pois o ator, quando age, não age sozinho. Com a Sociologia da Infância descobre-se o “ator-criança” (Ferreira, 2002) e confere-se às crianças capacidade de ação, passando a legitimar as ações que já eram articuladas por elas. Ser ator-criança confere às crianças o poder de participação social e de legitimidade de suas ações, cabendo a elas seu poder de agenciamento.

O segundo núcleo de apresentação dos dados coletados em prática etnográfica está intitulado “Ação em rede” e nele serão apresentados seis grandes agenciamentos encontrados no campo de pesquisa a partir da relação

entre os moradores da Ocupação do CCBB e os agentes sociais que atuam na proteção dessa comunidade.

As dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa e que guiaram a coleta de dados foram as seguintes: “O que é um deslocamento territorial?”; “Quais são os impactos da derruba na vida dos ocupantes e ativistas?”; “O que mudou em sua vida após a derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado?”.

A análise qualitativa dos dados coletados foi realizada a partir do método AT (Análise Temática), que serve de suporte à teoria fundamentada, à análise de discurso e à análise de narrativas. Com base neste método, o pesquisador procura, nos dados coletados, por padrões de significados a questões de possível interesse para a pesquisa. “Na AT, a escrita é considerada parte da análise, e não apenas uma redação mecânica e posterior à pesquisa” (SOUZA, L. K., 2019, p. 54). Esse procedimento valoriza o papel do pesquisador no processo de análise de dados e demonstra que o processo é realizado com material que está em constante construção e transformação.

Após a análise de dados, a pesquisa é concluída retomando os principais diálogos realizados com o referencial teórico, a metodologia utilizada, os autores e artistas que participaram da pesquisa, além de retomar as dificuldades que surgiram na análise e desenvolvimento dos dados. Na conclusão, serão retomados alguns entendimentos sobre as agências sociais formadas em práticas ativistas como Arte, sobre as ações das crianças, sobre o território e sobre o acolhimento das crianças realizado através da Educação não formal ou dos esforços empreendidos para a construção de seu referencial teórico-metodológico. Espera-se que essa pesquisa possa servir de referência para outros estudos e também para norteamento das ações dos movimentos sociais que lidam com criança e infância na condição de vulnerabilidade e de deslocamento territorial forçado.

Esta foi uma pesquisa realizada com crianças em situação de deslocamento territorial forçado, buscando compreender como elas foram amparadas durante a ação de despejo que as colocou nessa situação. O amparo é observado antes, durante e depois da ação de despejo, que ficou conhecida como “derruba violenta”, em 2021. Com essa pesquisa, pretende-se pensar como a Arte, em suas transversalidades, em agência com o campo da Educação não formal em territórios sociopoliticamente carregados, pode contribuir para o repertório de *ações diretas* realizadas para amparar as crianças desses espaços quando em conflito.

Percebeu-se necessário conhecer como essas ações foram realizadas e também identificar as cartografias com as quais foi necessário se relacionar para realizar essas ações. Esses aspectos foram importantes porque a partir deles tornaram-se visíveis as condições sob as quais as crianças da pesquisa viviam, estudavam e brincavam para, com isso, pensar como a Arte poderia dialogar com a Educação e acolher essas crianças, no intuito de agir em prol de suas lutas por direitos básicos de acesso à Educação completa, para que cresçam saudáveis, conscientes e autônomas.

A minha participação na escolinha foi guiada também pelo papel de pesquisadora, portanto, uma série de decisões foram tomadas ao longo da pesquisa que moldaram a forma de escrevê-la como relato de risco. Uma rede ativa entre *atores humanos e não-humanos* (LATOIR, 2012) foi encontrada durante suas ações. Então, para acompanhá-los, era necessário segui-los enquanto agiam.

Ao longo da pesquisa, participei como coordenadora pedagógica na educação não formal das crianças da Ocupação do CCBB por meio da Escola do Cerrado, onde pude produzir materiais educativos, ações e projetos para proporcionar às crianças da pesquisa, que estavam em situação de extrema vulnerabilidade social no Distrito Federal, o acesso a recursos educativos que pudessem compor com seus processos de aprendizagem escolar, tendo em vista que a escolinha do cerrado precisava caminhar em diálogo com o ensino formal. A escola, desde sua criação, em diálogo com as escolas (formais) das crianças, buscou fornecer o acolhimento pedagógico durante o isolamento social e a migração do ensino presencial para o ensino remoto.

As ações observadas deixavam rastros por onde era possível trilhar em busca de entender o porquê de os atores agirem como agiam. O crítico e historiador Hal Foster (2014) questionou o papel do artista-pesquisador na pesquisa etnográfica, em um artigo intitulado “O artista como etnógrafo” (1995), em que o autor discute o paradigma em torno da relação entre o artista-pesquisador e o outro cultural e/ou étnico como sujeito de associação para o artista engajado. Ou seja, o outro seria aquele “em nome de quem o artista engajado mais frequentemente luta” (FOSTER, 2014, p. 161). O problema do artista como etnógrafo seria a possível exotificação do outro por um apelo estético, ao pressupor que “o lugar da transformação política é também o lugar da transformação artística, e as vanguardas políticas localizam as vanguardas artísticas, e sob certas circunstâncias, as substituem” (idem).

Hal Foster discute, a partir do diálogo com “O autor como produtor” (1934) de Walter Benjamin, que o paradigma do “O artista como etnógrafo” seria semelhante ao anterior, no que se refere ao modelo de dicotomias na arte que este sustentava, como “qualidade estética versus relevância política”, “forma versus conteúdo”; ou seja, um modelo estruturado em torno das instituições que detêm poder por meio do capital simbólico do museu, da academia, do mercado e da mídia com um sujeito com quem se associa enquanto objeto de contestação.

“O artista como etnógrafo” sinaliza um deslocamento na classificação do outro, que antes era definido por questões econômicas e agora, em termos de identidade cultural. Contudo esse novo sujeito estaria sempre tensionado quanto à sua exotificação por um apelo estético, de “mecenato ideológico” (FOSTER, 2014, p. 162). Para estruturar essa argumentação, o autor faz um paralelo entre os dois paradigmas, o do produtor e o do etnógrafo, pois algumas problemáticas persistem de um para o outro. Para o antigo modelo do proletariado explorado, estaria agora o paradigma do outro social: o pós-colonial, o subalterno ou subcultural oprimidos. Em todo caso, seria essa outra parte, esse fora, o plano a partir do qual a cultura dominante seria transformada ou ao menos subvertida.

Entendendo a tendência da arte colonialista ao mecenato ideológico e buscando ir na direção contrária às práticas extrativistas adotadas nesse tipo de pesquisa, escolho trabalhar com relatos que me permitem apresentar o campo de pesquisa como uma cartografia/mapa da rede, cuja arquitetura pode ser desenhada a partir de diversas fontes. Faz parte da metodologia da pesquisa registrar as ações dos autores de modo que os atores humanos possam ter autonomia de agência e participação na pesquisa no decorrer de suas ações.

O registro dos dados acontece sempre depois da ação já ter acontecido, então o trabalho para a compreensão sobre os grupos seria continuar seguindo os atores em busca de controvérsias que alterem ou modifiquem os fatos construídos com base nessas reassociações.

Walter Benjamin afirma que o artista não pode lutar pelo outro ou ser porta-voz da luta do outro a partir de suas produções, porque é possível que esse artista, caso o faça, cometa um “mecenato ideológico” e estabilize o social¹, mas, em diálogo com Bruno Latour, o social não deveria ser pensado como uma matéria, um grupo estático ou uma estrutura, e sim como “um movimento peculiar de reassociação e reagregação” (LATOUR, 2012, p. 25)

1. Ao estabilizar o social, o pesquisador interromperia o movimento de associações. Desta maneira, os atores seriam “meros informantes” na composição de um “fator social” (LATOUR, 2012, P.22).

de ações e tomadas de decisões que acontecem tanto no domínio do social como do não social e não é possível prevê-lo. Ser social é um movimento que não necessariamente é capaz de traçar novas conexões e redesenhar um conjunto bem formado e é por esse motivo que evitaremos as traduções dos relatos coletados em prática etnográfica.

Quando os sociólogos do social pronunciam as palavras “sociedade”, “poder”, “estrutura” e “contexto”, dão em geral um salto adiante para conectar padrões dramáticos a partir de interações confusas, ver por toda parte, nos casos à mão, ainda mais exemplos de tipos bem conhecidos e revelar, nos bastidores, algumas forças ocultas que manipulam os cordéis. Não que estejam errados: com efeito, antigas relações sociais foram apresentadas de modo a parecer que fornecem uma explicação pronta para muitos assuntos intrigantes. Mas já é tempo de olhar com mais cuidado o tipo de agregados até agora reunidos e os modos como eles se conectam uns com outros (LATOUR, 2012, p. 43).

Um exemplo prático de como o social pode ser comprometido ao ser estabilizado foi o excesso de imagem circulada dos moradores da Ocupação do CCBB que os registrava em situações de agressão por força policial durante a derruba violenta². Essas imagens foram encontradas e associadas a pedidos de dinheiro em nome dos moradores, que relataram nunca ter recebido esse dinheiro ou que nem mesmo conheciam aqueles que estavam fazendo a campanha. Os vídeos e imagens tiveram grande alcance midiático e foram divulgados por pessoas desconhecidas, em narrativas deslocadas do contexto da derruba da Ocupação do CCBB.

A derruba violenta foi uma ação de longa duração, deslocada, cuja agência pode ser observada a partir da derruba que sofreram em 2020 no Ponto 4, que fez com que os moradores da Ocupação do CCBB escolhessem sair da invisibilidade no meio da mata e deslocar-se para o Ponto 1, onde aconteceram os mutirões de reconstrução dos barracos e também os conflitos observados no contexto da pesquisa.

2. Ou derrubas violentas, porque aconteceram duas derrubas violentas consecutivas, mas iniciei a pesquisa de campo durante a segunda derruba violenta, que derrubou a lei que protegia a ocupação e a escolinha.

Foi a partir desse deslocamento que apareceram os primeiros dados onde foi possível observar agentes atuando por meio do ativismo na Arte e na Educação nessa comunidade e encontrar pistas que pudessem ser seguidas na intenção de examinar “cinco grandes incertezas” (LATOIR, 2012, p. 42), sendo elas: a natureza dos grupos (como se atribui identidade aos atores?) a natureza das ações (como identificar as ações se, a cada curso, uma variedade de agentes intervêm na ação e as deslocam de seus objetivos?) a natureza dos objetos (quais agências participam das interações?); e a natureza dos fatos (como seguir as controvérsias?); e o tipo de estudos realizados sob o rótulo de ciência do social (em que sentido exato pode-se dizer que as ciências sociais são empíricas?).

As cinco incertezas fazem parte da ANT (*Actor-Network Theory*) ou TAR (Teoria do Ator-Rede), abordagem teórico-metodológica que guiou esta prática de pesquisa, onde o social é pensado a partir de uma “sociologia das associações” que pretende lançar o desafio aos cientistas do social de “re-agregar o social”. Isso porque na sociologia das associações, ao invés de simplesmente indicar o que já está agregado (dando uma explicação social sobre algum fenômeno, indicando um estado de coisa estabilizada ou para descrever algum material, como um adjetivo), o social é utilizado de um modo que traz pressupostos sobre a natureza daquilo que foi reunido.

Figura 2 e 3 - Publicação na página do BSB Invisível sobre a E.C. em construção.



Fonte: BSB Invisível.

O antigo coletivo, hoje associação, BSB Invisível foi responsável por atuar na logística de parte das ações movidas no amparo das crianças e de toda a comunidade da Ocupação do CCBB, porque atuava em uma complexa rede de comunicação e articulação coletiva de ações diretas com a população moradora de rua e em situação de ocupação. As ações sociais mobilizadas pelo BSB Invisível aproximaram os ativistas da Ocupação do CCBB, que, por ser um território cultural fértil e dinâmico, encontrou lugares de pertencimento com aqueles ativistas e passaram a compor um novo corpo coletivo e espontâneo, no qual muita gente apareceu para participar e ajudar quando a derruba estava acontecendo.

Esta investigação tem como área de atuação a educação não formal, porque ela acontece de início ao fim intermediada pela minha prática de educadora social e voluntária da Escola do Cerrado, que foi primeiramente um coletivo formado a partir do devir-criança em contextos sociais com ativistas, de diversas profissões que participavam na educação não formal das crianças da Ocupação do CCBB nos anos de 2020 e 2021.

Figura 4 - Registro de acompanhamento pedagógico realizado em 2021 na Ocupação do CCBB.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Alguns parâmetros do planejamento para a educação não formal podem nos auxiliar a olhar para as práticas realizadas por ativistas dentro da Ocupação do CCBB pela ótica da Educação não formal e não do voluntariado.

Maria de Glória Gohn apresenta o conceito de educação não formal como “aquela que se aprende no ‘mundo da vida’”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.” (GOHN, 2006, p. 28).

Isso posto, questiona-se para qual propósito a educação não formal serve? Quais atividades educativas deveriam estar incluídas? Como essas atividades poderiam estar relacionadas à educação formal? Pode a educação não formal ser planejada e, se sim, de quais maneiras e por quem? Até onde a educação não formal consegue alcançar? Seria possível agir sobre sociais politicamente carregados através da educação não formal para contribuir com as projeções de futuros das crianças desses lugares?

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. As ações desenvolvidas são analisadas destacando-se os sujeitos que atuam como educadores nos projetos -aqui denominados como Educadores Sociais (GOHN, 2009, p. 28).

Segundo Evans (1981), nas sociedades da América Latina, os programas de educação não formal surgem da frustração e injustiça geradas das diferenças no poder econômico e político. Ele explica que essas ideias vinham da educação rural, derivadas de Paulo Freire, onde a educação envolveria autorreflexão e pensamento crítico pelos educandos. Desse modo, ela não conseguiria acontecer a não ser que estivesse acompanhada de uma experiência desse conhecimento que está sendo aprendido na vida prática dos educandos.

Na escolinha do cerrado, o objetivo era impedir que as crianças, apesar da falta de acesso tecnológico para acompanhar as aulas remotas durante a pandemia de Covid-19, tivessem de repetir o ano. Além do objetivo principal, a escolinha tinha como objetivo fornecer amparo pedagógico e socioemocional para as crianças através da promoção da coletividade, da curiosidade, do acesso ao lazer e da participação na construção de seus imaginários políticos.

A escolinha do cerrado foi originalmente criada pelas crianças da Ocupação do CCBB com os ativistas, que começaram a estudar juntos e a sonhar as territorialidades desses sonhos erguendo um barraco para servir de local de estudos e de pertencimento, em uma ação coletiva em luta pelos direitos humanos e direitos das crianças. As crianças da ocupação participavam com autonomia do movimento político que foi formado através da proposição de brincadeiras, de caminhadas pelo cerrado, onde elas apresentavam o território e identificavam os atores não humanos da pesquisa, como as plantas, os caminhos e os objetos. A criação da Escola do Cerrado materializa o lugar de suas lutas por seus direitos de acesso à moradia e à educação e as permite se empoderar enquanto cidadãos visíveis e capazes de se auto-organizar e autogerir.

Se a construção da escolinha do cerrado é a materialidade do lugar de suas lutas, a derrubada dela representaria o que para as crianças, para os moradores da ocupação e para os ativistas? Qual seria o impacto que essa derrubada teria nas vidas de cada um deles? Como as crianças reagiram a isso? Como o Estado reagiu às crianças em extrema vulnerabilidade social ao derrubar o lugar onde prospectavam futuros melhores através da educação? Qual dimensão a educação toma quando sofrer ação de despejo faz parte do cotidiano (porque apresenta padrão de repetição) da vida de crianças e adolescentes?

Figura 5 - Escolinha do Cerrado durante Derruba Violenta.



Fonte: Matheus Alves. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNYbmucFpTd>].

A fotografia acima registra o momento em que a escolinha do cerrado estava cercada pelo batalhão da polícia para sua demolição. Será possível compreender mais sobre o contexto do campo de pesquisa a partir das produções artísticas em multimeios que foram criadas por seus agentes? Diversas linguagens foram desenvolvidas no território da Ocupação do CCBB, como: o documentário etnográfico “Tempo de derruba”, de Gabriela Daldegan e João Vasconcelos; o videoclipe “Derrubada (DF Illegal)”, do artista Ministério RPA; as videoartes de denúncia “DERRUBADA OCUPAÇÃO CCBB - DOE” e “DERRUBADA ESCOLINHA - DOE!”, do artista Efraim; o vídeo “Memórias de um despejo - CCBB”, produzido pelo Sindicato dos Arquitetos-DF; fotografias de Nayá Tawane; fotografias de Matheus Alves; vídeos e cartazes publicados na mídia BSB Invisível.; vídeos e cartazes publicados na página da Escola do Cerrado, etc.

Figura 6 – “Isso é Arte”, Josy, trecho de vídeo-performance, diptico, 2022.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

As crianças também produziram suas obras de arte e subjetivações no contexto da derruba e da Ocupação do CCBB. As imagens acima são fragmentos de uma vídeo-performance realizada pela educanda Joseane Santos. Na performance, a artista enche o balão com água utilizando uma mangueira que está dentro da caixa d'água e depois posiciona-se em frente aos papelões coletados por seus familiares para venda como material reutilizável, joga o balão no chão, espera o balão estourar e fala “Isso é Arte”. Com isso o vídeo se encerra. Essa performance foi realizada em um dia em que planejei atividades artísticas como parte do acompanhamento pedagógico da Escola do Cerrado levando balão, argila e tinta.

A ideia com esta pesquisa é que a experiência com a Ocupação do CCBB e com a Escola do Cerrado e, principalmente, com as crianças vinculadas a esses espaços com quem a pesquisa foi realizada possam apresentar pistas no intuito de encontrar maneiras de planejar/sistematizar propostas educativas que atuem de forma emergencial no acolhimento dessas crianças e de crianças em situações análogas, no momento em que o conflito estiver acontecendo. Isso significa pensar se a educação não formal, associada à Arte como ativismo político, pode oferecer suporte para problemas reais quando se tratando de problemas referentes à moradia e deslocamento forçado.

1.1 DIÁLOGOS: NOW YOU SEE ME MORIA

O primeiro contexto com que me deparo nessa busca é uma conta na rede social Instagram chamada @now_you_see_me_moria, página da campanha chamada “Now You See Me, Moria”³, ou “Agora me vê, Moria”, onde Noemi, uma foto editora espanhola que vive na Holanda, Qutaeba, da Síria, além de Ali e Amir, refugiados afegãos que vivem em Moria, uniram-se para lançar cartazes que denunciavam a situação vivida no campo de refugiados Moria, localizado na Ilha Lesbos, na Grécia.

3. Ver: <https://nowyouseememoria.eu/story/>

Nós somos um refugiado afegão vivendo por 1 ano no Acampamento Moria e um foto-editor atualmente vivendo na Holanda. Um realiza a captura das imagens, o outro as edita. Nós estamos trabalhando nesse projeto colaborativo não apenas para trazer conhecimento, mas para falar diretamente com os legisladores na Europa para demandar uma solução. Nós iremos explicar nossas histórias. Nós queremos que vocês nos vejam e nos ouçam, mas, ao mesmo tempo, nós iremos preservar a intimidade e o direito de privacidade das nossas crianças. Nós nunca iremos usar nomes reais e os sujeitos permanecem não identificados. Nós precisamos da sua ajuda. Saia, fale para seus vizinhos, para seus amigos, comece uma manifestação, pergunte e demande uma solução para os legisladores do seu meio por uma mudança. (Tradução nossa)⁴

A citação acima é o texto fixo nas publicações da página @now_you_see_me_moria. É assim que os autores da página se apresentam e se posicionam. Segundo a apresentação, trata-se de um projeto colaborativo cujos objetivos são trazer conhecimento sobre a condição de vida dentro do campo Moria e, principalmente, demandar soluções aos políticos europeus. Nessa apresentação os autores da página definem as políticas de segurança com as quais estão executando esse movimento, dentre elas está o respeito à intimidade e o direito à privacidade de suas crianças ao não usarem nomes reais e não revelarem identidades.

Em meio à crise pandêmica do Sars-Cov-2, havia 7000 adultos e crianças vivendo no acampamento Moria, em tendas que regularmente inundavam com as chuvas. Jornalistas não são permitidos dentro do acampamento, e as pessoas que trabalham no acampamento não podem ser fotografadas, o que significa que não há conhecimento público sobre as reais condições de vida daqueles que esperam dentro do campo. Dentre as condições expostas, a mais constante delas é a que as crianças não possuem espaço dedicado a seu amparo e acolhimento durante a vida dentro do campo. Não há escola. As crianças brincam em condições de extremo risco.

4. Ver: <https://www.instagram.com/p/CN22tdtFJpf>

Hoje elas não irão para a escola porque a União Europeia está negligenciando a elas. Por que elas precisam pagar pelas consequências do colonialismo? Por que elas têm que pagar pelas consequências da guerra e da violência? O que diz sobre nós enquanto humanos se nós autorizamos que tratem nossas crianças dessa maneira? Onde está o perigo em prover a elas acesso à educação completa e própria enquanto seus processos estão sendo verificados? (Tradução nossa)⁵

O trecho acima, retirado de uma publicação na página @now_you_see_me_moria, reclama da negligência da União Europeia por não fornecer educação e escolarização para as crianças dentro do acampamento enquanto aguardam autorização para sair do campo. Segundo a pesquisadora Cristina Dunáeva (2013, p. 98), “frequentemente, as crianças necessitam de auxílio psicológico para conseguir resolver ou atenuar as experiências traumáticas que enfrentaram [...] nos campos de refugiados ou no processo de migração forçada”.

O projeto @now_you_see_me_moria é movido pela denúncia das condições de vida dentro do campo Moria, da falta de amparo e educação para as crianças, que estão crescendo expostas a situações tão traumáticas quanto às de origem de seu processo migratório forçado. A denúncia feita evidencia também a falta de acesso “a tudo”, me respondeu a correspondente responsável pela página em nosso primeiro contato direto durante a investigação.

Um primeiro motivo pelo qual o Now You See Me Moria é uma referência primeira para esta pesquisa é porque o design ativista aderiu ao projeto criando e espalhando inúmeros cartazes por toda a União Europeia denunciando as condições de vida no Acampamento Moria. Um segundo seria a forma de atuação nas mídias sociais, subvertendo-as em plataformas

5. No original em inglês: “Today they will not go to school because EU is neglecting them. Why they have to pay the consequences of colonialism? Why they have to pay the consequences of war and violence? What says about us as humans if we allow to treat children this way? Where is the danger in giving them access to full and proper education while their procedures are being checked?”
Ver: https://www.instagram.com/p/CN1th5EFj_9/

de denúncia e ativismo, de maneira similar à estratégia utilizada pela Associação BSB Invisível_ e pela Escola do Cerrado quando a Ocupação do CCBB estava ameaçada.

A Escola do Cerrado apareceu para a pesquisa quando estava traçando contato com o projeto Now You See Me Moria, por isso o diálogo entre os dois projetos foi crucial para que o objeto de pesquisa pudesse olhar para as crianças em situações de moradias vulneráveis a partir de um projeto que proporciona amparo à educação de crianças em situação análoga, mas dentro de um território onde podem ir e vir. Porém, conseguir ir e vir também é também um privilégio estrutural, o que significa que ter a possibilidade de transitar entre territórios não significa poder transitar, pois a falta de acesso à infraestrutura básica, que os priva, por exemplo, de realizar seus hábitos higiênicos propriamente, além do barro e de outros elementos presentes no contexto da Ocupação do CCBB, faz com que esse trânsito esteja agenciado por diversos contrastes sociais que podem alargar as fronteiras que margeiam suas participações sociais.

1.2 DIÁLOGOS: FRANCIS ALYS

"Sometimes doing something poetic can become political and sometimes doing something political can become poetic".

Francis Alÿs, 2005.

Figura 7 - Francis Alÿs, The Green Line, 2004.



Fonte: <https://francisalys.com/the-green-line/>

Em 2004, o artista Francis Alÿs começou a trabalhar com/em lugares de fronteiras para explorar o papel do artista em lugares sociopoliticamente carregados, porque, segundo ele, "o que poderia um artista dizer que a mídia não já tenha dito?" Com a performance "Green Line", realizada em pelo município de Jerusalém, na qual o artista caminhou com uma lata de tinta verde furada, despejando tinta pelo trajeto percorrido, o artista demarcou fisicamente uma fronteira política e simbólica, portanto imaginária.

Em sua série “Children’s Games”, Alÿs observava e filmava, com autorização, as crianças brincando suas brincadeiras de rua nas cidades por onde viajava, como amarelinha, bola de gude, esconde-esconde. Ele apenas as observava e filmava, sem participar da brincadeira. No som ambiente dos vídeos, era possível ouvir pássaros, grilos, o vento, gritos e risadas das crianças.

As severas condições nas quais as crianças vivem às vezes ficam visíveis nos vídeos. Desta maneira, o espectador torna-se parte de um momento prolongado de suas vidas. Apesar das muitas vezes miseráveis circunstâncias, incluindo guerra e pobreza, o humor entre as crianças é acima de tudo alegre e animado, até mesmo otimista (2020, p.9, tradução nossa).

Na publicação intitulada “Francis Alÿs - Children’s Game”, publicada na ocasião da exposição *Francis Alÿs - Children’s Games, Eye Filmmuseum, Amsterdam 19 Dezenbro 2019 – 8 March s2020*, o antropólogo visual e documentarista etnográfico David MacDougall (2019, p. 27) diz ver no trabalho de Alÿs um impulso de reconhecer ambos o poder da tradição cultural e a autonomia das crianças com elas mesmas.

Em um artigo desta publicação intitulado “Francis Alÿs e as brincadeiras da infância”⁶, David Macdougall escreve que a disponibilidade das pessoas para serem filmadas (adultos, idosos ou crianças) depende de um grau de confiança entre o cineasta e o sujeito, especialmente quando bordas da cultura, linguagem, idade ou gênero serão ultrapassadas, por isso, considera necessário desenvolver métodos não intrusivos de filmagem: “As

6. No original: “Francis Alÿs and the games of childhood”. Ver: <http://francisalys.com/childrens-game-7-hoop-and-stick/>.

“pessoas estão sempre atentas a que estão sendo filmadas, no entanto muitas delas podem ficar temporariamente confortáveis com a ideia de estar sendo filmadas”. (2019, p. 30, tradução nossa)⁷

Em uma montanha de cascalho larga, com habitações cor-de-terra ao fundo, meninos pequenos correm atrás de árvores de diferentes espessuras e circunferências, batendo neles adiante com gravetos. Um burro zorra simpatia. Os pneus finos e flexíveis de bicicletas são os mais duros para se manter na vertical, especialmente performando curvas (lentamente e inclinando o aro de borracha sem perder o impulso) antes de correr de volta, às vezes em competição com alguém, aplaudido por seus próprios companheiros, em direção à linha de partida. (Lorna Scott Fox, 2010, tradução nossa)⁸.

Figura 8 - Children’s Game #7: Stick and Wheels, Francis Alÿs.



Fonte: <https://francisalys.com/childrens-game-7-hoop-and-stick>

7. No original: “People are always aware they are being filmed, however much they may temporarily is therefore to make them comfortable with the idea of being filmed, and comfortable with the actual process”.

8. No original: “On a wide, gravelly mountain road, earth-coloured dwellings in the background, small boys scamper behind tyres of different thickness and circumference, beating them onwards with a stick. A donkey brays in sympathy. The thin, flexible tyres of bicycles are the hardest to keep upright, especially when performing turns (slowing and tilting the rubber hoop without loss of momentum) before racing back, sometimes in competition with another, cheered on by their companions, towards the starting line.”

Um dos vídeos da série que é uma obra de referência para essa pesquisa é “Children’s Game #7 - Stick and Wheels”. Essa obra é uma referência para a pesquisa porque é parecida com os modos de brincar das crianças na Ocupação do CCBB e também porque tem a ver com a maneira com que os objetos são desconstruídos das suas formas originais, tomando outros significados a partir do brincar das crianças.

1.3 TEMPO DE DERRUBA - O FILME:

“Tempo de Derruba”, de Gabriela Daldegan e João Vasconcelos, realizado em parceria com coletivo BSB Invisível e a Trupe do Filme, é um filme onde os ocupantes da Ocupação do CCBB narram suas histórias e da própria ocupação. Neste filme as cenas da derruba violenta foram eternizadas, porque quando a derruba violenta aconteceu, o filme já estava sendo gravado. O filme foi exibido primeiro na Ocupação do CCBB, projetado no telão do Cine-Fusca do ativista e palhaço Trevo (após a derruba, os ocupantes dormiam em barracas de acampamento no mesmo local onde antes havia seus barracos), teve sua estreia no Cine Drive-in, em Brasília – DF e participou do 54º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, entre outros festivais, tendo recebido algumas premiações.

Figura 9 - Trailer do filme “Tempo de Derruba”.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bMdW9jwQoss>

O filme inicia com a câmera seguindo uma menina, vestindo vestido vermelho com flores brancas, caminhando por dentro da ocupação. Nessa primeira cena, a menina é filmada de costas, como quem recebe o visitante-espectador e o acompanha para entrar na ocupação. A paisagem da ocupação é composta pelo chão de barro batido da seca, restos de materiais recicláveis e mesa de plástico quebrada em primeiro plano. Em segundo plano, é possível ver os barracos cobertos por lonas, roupas penduradas em varal e carroça utilizada para a coleta de materiais recicláveis. Há a mata verde de cerrado.

A menina sai de cena pela diagonal direita e entra em cena, pela diagonal esquerda, um adulto vestindo blusa verde, bermuda azul e um cabo de vassoura em mãos tomando lugar de uma bengala/cajado. Aos 22 segundos, inicia a fala desse adulto com a sua apresentação. Nessa fala, ele conta seu nome, Francisco Elismar, morador da ocupação (“nesse meio desse lixo”, em suas palavras) há 40 anos. Ele conta que, nesse tempo de vida na ocupação, sofreu um derrame e que vive em constante desassossego, pois “eles” (a polícia) derrubam e quebram tudo, e que só não passaram por cima dele (na derruba de 2021) porque ele saiu se arrastando.

No filme são apresentados alguns moradores da Ocupação do CCBB. Esses moradores contam seus nomes e narram suas histórias e a história da Ocupação do CCBB. Os personagens do filme contam como era a vida em suas terras de origem, em sua maioria na Bahia. Eles narram uma vivência de dificuldades financeiras e de pouco acesso a estruturas básicas. Narram também que suas vidas antes da Ocupação do CCBB eram em contexto rural e de agricultura.

No filme é utilizado um recurso de montagem da narrativa que retoma imagens e fotografias históricas da ocupação e dos processos de migração de retirantes nordestinos que vieram a Brasília no período de sua construção. Enquanto as fotografias dos retirantes nordestinos vindos para Brasília durante a construção aparecem em preto e branco, um morador da ocupação narra que as pessoas contavam sobre Brasília, que era um lugar bom de ganhar dinheiro, e por isso vieram pessoas da família, conhecidos, amigos. Ele conta que 10 anos depois da vinda de pessoas conhecidas dele para Brasília que ele foi chegar. “Quando eu cheguei em Brasília, o meu pessoal já dizia que eu tinha chegado no fim da colheita”, diz.

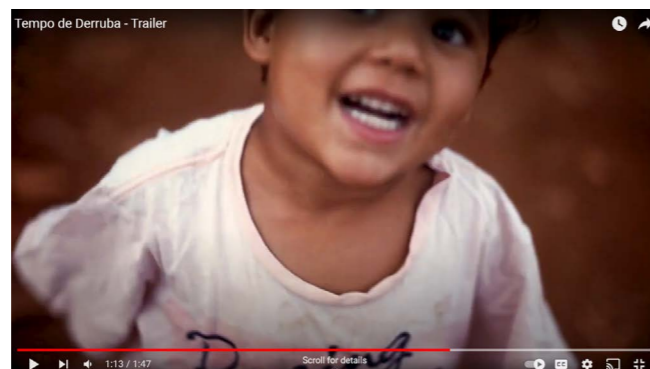
Em imagens silenciosas, apenas com uma música instrumental no fundo e o som captado do próprio ambiente, é mostrado um pouco do modo de vida na Ocupação do CCBB. Fogueira improvisada com tijolos e grelha, fogão engordurado com panela fervendo água, uma garrafa pet sendo cortada para se transformar em um copo, café coado, o copo feito de garrafa pet sendo lavado com resto de água do galão.

Em um recorte de área descampada, coberta por resíduos de lixo, sacos de coleta de materiais recicláveis, barraca, varal e área de cerrado ao fundo, o narrador conta sobre o sofrimento dentro do cerrado em relação às derrubadas da ocupação pela polícia. Conta que já chegaram a realizar a derrubada de três a quatro vezes na semana. Enquanto narra, cenas de derrubadas mais antigas, em preto e branco, reforçam o relato do narrador.

Outra narradora, uma mulher, conta que desde quando era criança ela vê violência, que, nas derrubadas mais violentas, o conselho tutelar corria atrás delas (das crianças). Enquanto ela narra, o filme mostra cenas antigas e em preto e branco de crianças correndo durante a derrubada. Segundo os narradores, eles vivem na luta de ter que levantar barraco derrubado constantemente, pois não têm para onde ir que não a ocupação. “E toda a vida a luta foi essa”, dizem, “tinha vez de nós construir o barraco cinco, seis vezes por semana” (trecho retirado do filme no minuto 4:18).

Porém, no filme assinado pela dupla, as narrativas são contextualizadas com colagens de fragmentos históricos de derrubadas que aconteceram no mesmo território, ao longo dos anos, provando a historicidade da comunidade naquele território em disputa (uso e patrimônio). No filme, uma criança de 3 anos fala chamando os ativistas para brincar. “Brincar de quê?”, perguntam. “Brincar de casinha”.

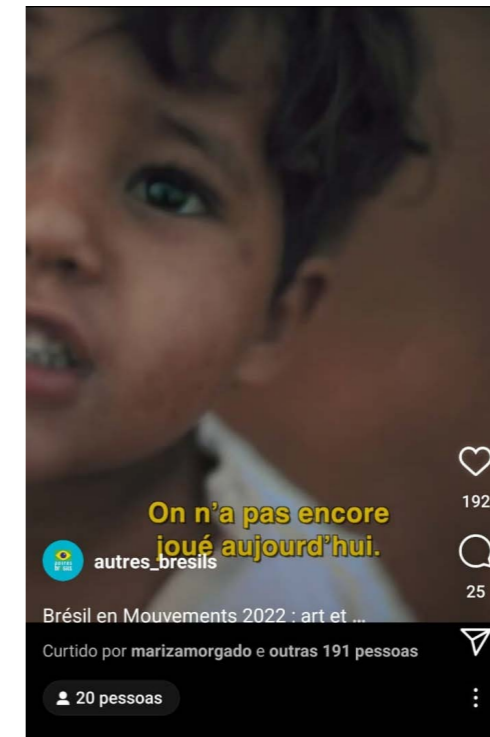
Figura 10 - Trecho do filme “Tempo de Derruba” em que a criança-educanda convida a ativista para brincar.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bMdW9jwQoss>.

A imagem acima é um trecho do filme onde a criança moradora da ocupação do CCBB chama a ativista e cineasta para brincar. Esse trecho foi bastante reproduzido pela mídia, ganhando versões legendadas em outros idiomas, porque o filme circulou por diversos festivais de cinema. Parte da bilheteria é destinada às famílias que participaram do documentário. As famílias também participam de rodas de conversa e debate em apresentações onde o filme é pauta para discussão.

Figura 11 - Trecho do filme “Tempo de Derruba” em que a criança-educanda convida a ativista para brincar, legendado em francês, como divulgação do festival de cinema na França, em 2022.



Fonte: <https://www.instagram.com/tv/Chpb-UnjcZI/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>.

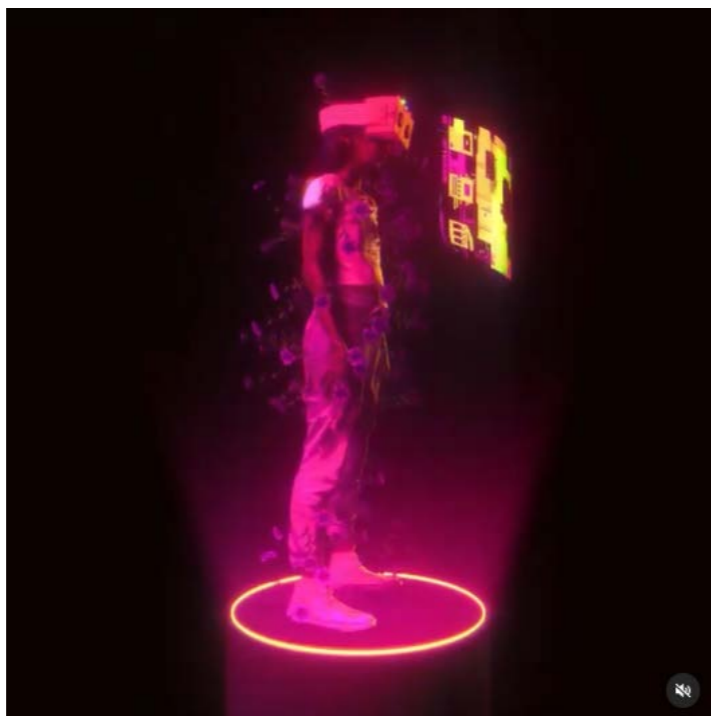
Os materiais produzidos por eles compuseram diferentes narrativas com intuito de buscar visibilidade, direitos e propagação da voz das pessoas que tiveram a vida afetada pela derruba durante a pandemia, sem que seus direitos de moradia fossem contemplados. Seus vídeos se desmembraram em vinhetas, clipe musical, cartazes, inclusive fragmento de vídeo ativista em associação ativista francesa.

1.4 DIÁLOGOS: GEAN 2050

O artista Gean 2050 consegue com sua produção gerar impacto na vida de crianças e adolescentes nas favelas através de Arte e Tecnologia. A tecnologia tem o poder de transformar a vida das pessoas e de promover mudanças sociais significativas. Uma das principais formas com que a tecnologia pode ter um impacto positivo nas favelas é através do acesso à informação e à educação. As prospecções de futuros são criadas pelas crianças e adolescentes para seus territórios, cujas narrativas apresentam-se estruturadas e engendradas.

Para isso, o artista idealizou o projeto 2050 – Favela do Futuro, um laboratório que visa à inovação, arte e tecnologia no Morro Santo Amaro, no Rio de Janeiro. O espaço tem como missão ser inclusivo e interdisciplinar, integrar os membros da comunidade e, com isso, contribuir para seu desenvolvimento, buscando e criando soluções para problemas reais que impactam diretamente na vida dos moradores da comunidade.

Figura 12 - “Menor portando tecnologia”, NFT/Vídeo, Gean 2050, 2022.



Fonte: Acervo: Sesi Lab. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CRpefdYhUJd/>

A obra “Menor portando tecnologia” é uma NFT (*Non-fungible token* ou token não fungível), parte da série “Menor Portando”⁹. Trata-se de um símbolo eletrônico criado em uma *Blockchain*¹⁰ para representar algum bem considerado único (mesmo que múltiplo), como obras de arte ou outros itens colecionáveis.

*Falar sobre o futuro em um lugar onde não se sabe se você vai viver ou morrer é desafiador. É o que nos permite sonhar, desbloquear camadas do conhecimento, quebrar barreiras, no mundo físico e digital. Criando possibilidades de criar o inimaginável e produzir um futuro melhor. (Gean 2050, 2021)*¹¹.

As pautas para o futuro surgem como lugar de construção das paisagens políticas possíveis e favoráveis para o desenvolvimento das cidades acessíveis. Muitas vezes, as pessoas nas favelas têm acesso limitado a recursos educacionais e formativos, o que pode dificultar a equidade em seus processos de aprendizagem em comparação aos acessos das elites. A tecnologia, no entanto, pode ajudar a superar essas barreiras, oferecendo acesso a recursos on-line e a oportunidades de aprendizado à distância.

Ações que levam tecnologia até os lugares onde ela não chega para promover equidade às crianças e adolescentes no acesso à educação são interessantes para a pesquisa, porque apresentam soluções para problemas reais. Em 2020 e 2021, na Ocupação do CCBB, durante o isolamento social e o ensino remoto, a falta de acesso à tecnologia e a dados de internet foi um problema que impactou a vida escolar das crianças e adolescentes brasileiras em situação de vulnerabilidade, porque não conseguiam acompanhar as aulas e, mesmo com a possibilidade de realizar atividades em fichas impressas, não havia contexto de aprendizagem.

9. Ver: <https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/95679139470317890461346196505570134451883447730356549734663967977016450351105/> Menor portando: Olhares cariocas, 2022.

10. Ver: <https://opensea.io/socialcryptoart> “The power of Blockchain for real life impact. Using the technology to change the favela”.

11. Ver: <https://www.instagram.com/p/CRpefdYhUJd/>.

Por isso, essa pesquisa pretende pensar a ação no sentido de promover acesso à educação não formal para crianças em situações de fronteiras e tem a Arte como campo transversal que guia a prática de campo a partir do brincar e do construir objetos e pensamento crítico com os elementos que o mundo e a natureza apresentam enquanto realidade para que as crianças possam prospectar futuros onde elas não estejam sujeitas às mesmas condições. Essas crianças possuíam objetivos concretos para alcançar com suas participações políticas e, mesmo com a derruba, elas conseguiram.

2.2 COMO PESQUISAR EM BORDAS?

Esta pesquisa foi realizada de maneira qualitativa, a partir do paradigma participativo/emancipatório, em campo de pesquisa etnográfico onde o território era importante para observar e compreender os principais atores da pesquisa, adultos e crianças. Durante a pesquisa, os atores foram observados sob constante vigília da polícia, de civis e de agentes sociais, mesmo quando não estavam morando na ocupação, segundo relatos dos moradores da ocupação.

Para registrar a experiência em campo, foram realizadas fotografias, vídeos, escrita em caderno de campo e gravação de áudio, que foram utilizados como recursos metodológicos para a coleta de dados. Durante a prática da pesquisa de campo por meio de um canal informal de comunicação, a troca de saberes, caminhadas pelo cerrado e diálogos durante as atividades da escolinha do cerrado, pois, inicialmente, essa prática não estava sendo registrada ou documentada e, só posteriormente, passou a ser registrada em caderno de campo – foram feitos relatórios de aula e atividades planejadas via prática de educadora da Escola do Cerrado, onde pôde ser observada a atuação da Educação não formal no acolhimento das crianças da pesquisa.

Na ocasião da ação realizada para reunir os participantes da pesquisa para a coleta de dados coletiva, os moradores e ex-moradores da ocupação viviam longe uns dos outros, pois já estavam em deslocamento há 1 ano. Por isso, foi organizada uma tarde de ação de registro e coleta de dados a partir de proposições artísticas e educativas no Museu de Arte de

Brasília, no dia 15 de maio de 2022, com oficinas artísticas, rodas de conversa e práticas de autocuidado com as crianças moradoras e ex-moradoras da Ocupação do CCBB e com os ativistas convidados a participar da coleta de relatos coletivos.

Enquanto pesquisadora, o maior obstáculo que tive para realizar essa pesquisa foi saber que os atores da pesquisa já foram demasiadamente expostos e, ainda assim, continuar com a pesquisa, por acreditar que organizar as ações observadas a partir do material coletado poderia compor um documento de referência, que servisse como recurso para um pedido de reparação histórica do Governo do Distrito Federal para com a população da Ocupação do CCBB.

A violência que essa população sofreu durante a pandemia fere os direitos humanos e seus direitos de cidadãos que necessitam no mínimo de um teto para morar, viver e se desenvolver em seus aspectos socioculturais. No entanto, um desafio é apresentado à pesquisa quando o território em que se realiza a pesquisa se relaciona de diferentes maneiras com os sujeitos e atores da pesquisa. Essa representa a primeira controvérsia da pesquisa e será também o início deste relato de prática de pesquisa, onde precisei caminhar em linhas estreitas que dividem territórios e territorialidades.

Entendendo que os fragmentos das narrativas contam sobre as ações realizadas em defesa da ocupação, compreendi que, ao serem coletados e registrados, poderiam também ser revisados historicamente, de maneira que as ações em prol da proteção dessa coletividade não fossem apagadas e as injustiças vividas pelos moradores da ocupação não fossem silenciadas e esquecidas pelo Estado.

A minha aproximação com o campo de pesquisa aconteceu via chamada pública para proteção da comunidade como educadora, mas, quando os educadores chegaram à ocupação, a derruba já estava "armada". Havia ativistas de diferentes procedências quanto às suas coletividades e organizações, desconhecidos uns dos outros, mas associados a partir de pequenos grupos micro organizados. Um grupo cobria a fotografia, outro

grupo fazia cordão em volta da escolinha, as crianças estavam dentro da escolinha do cerrado com os educadores, os ocupantes estavam de um lado, em frente aos seus barracos e sentados em um sofá vermelho.

Figura 13 - Trecho de vídeo clipe "DERRUBADA (DF ILEGAL)" de Ministério RPA.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=G9v9cu1awgo>.

Havia muitos atores em ação, em prol da proteção de uma escolinha e de uma comunidade vulnerável, então pedi autorização verbal para alguns ocupantes, em sua maioria mulheres e mães das crianças que frequentavam a escolinha do cerrado, líderes da Ocupação do CCBB e ativistas de linha de frente, para fazer parte desse contexto também como pesquisadora vinculada ao Programa de Mestrado do Departamento de Artes Visuais da Universidade de Brasília. Naquele momento não imaginava que precisaria correr com as crianças em busca de um lugar para abrigá-las, porque a força policial reagiu depois que um ativista se recusou a descer da escolinha, lutando por sua permanência após esforço coletivo para erguê-la. A luta não era bem sobre a escolinha. A escolinha representava o movimento coletivo que havia se formado em favor da proteção das famílias da ocupação, em especial das crianças, que tiveram grande protagonismo nesse movimento.

Por se tratar de um território cultural com mais de 40 anos de existência, o local é alvo de repetidas ações de despejo. O governo afirma que a comunidade que lá vive está tomando "posse" das terras que ela disputa. Sua população vive nessas terras porque precisa de abrigo. Ir para o cerrado é uma solução para quando não possuem renda para manter-se em um aluguel. Todavia, essa disputa se apresenta desigual para os ocupantes, porque as ações coercivas para que saiam do espaço são derrubar suas moradias e passar o trator em cima de seus pertences, atear fogo, enterrear ou apreender.

Reunir algumas das produções culturais encontradas ao longo da pesquisa e as ações dos agentes sociais moradores da ocupação e ativistas em suas participações em um movimento coletivo e espontâneo foi a maneira que encontrei de devolver ao campo de pesquisa um pouco do que foi achado ao longo das tais trilhas, assim como documentar seus relatos sobre as ações sofridas. Por ter sido um movimento coletivo que agenciou diversos grupos e organizações emancipadas umas das outras, olhou-se para a memória como uma composta por fragmentos de experiências e registros dessa experiência.

Isso porque as ações desses grupos foram importantes para perceber como a população pode agir ativamente em prol de suas micropolíticas mais vulneráveis. A partir de seus agenciamentos em suas redes, a Educação não formal foi encontrada como trilha principal, porque desta perspectiva é possível narrar os acontecimentos como também participante da pesquisa, cujas ações também influem na rede observada e, por isso, seriam realizadas a partir da atuação de educadora em campo de pesquisa via ação social.

Seria esse, se quisermos categorizar as ações dos atores, o meu lugar de fala nesta narrativa sobre o contexto observado e também o meu lugar de fala quando em campo de pesquisa, pois a todo momento percebe-se que não há exatamente um protocolo de ações quando um território ameaçado é de fato atacado e suas crianças e população deve ser protegida e amparada. Primeiramente, protegido por quem? Essa pergunta eu faço porque

quem executa a ação, a polícia em mando do governo, ou seja, do Estado, é quem supostamente deveria proteger sua população. Claro que nem toda polícia que está a mando do Estado age com violência. Há o relato de uma ex-moradora da Ocupação do CCBB, idosa, de que a polícia foi quem a amparou durante a derruba e lhe forneceu itens de higiene básica. Porém, em geral, a polícia agiu com sprays de pimenta, cassetete, bombas de efeito moral e tratores. As famílias que conseguiram tirar seus pertences não tiveram suas coisas amassadas com as paredes de suas casas.

Diante dessas condições apresentadas pelo campo de pesquisa, surgiram muitas questões, dentre as quais as seguintes guiaram esta pesquisa: 1. Como as crianças em contexto de vulnerabilidade e ocupação urbana são acolhidas quando há uma ação de despejo? 2. Alguma instituição, ONG, Associação ou Coletivo as ampara? 3. Como é realizado esse amparo? 4. Quais dessas instituições amparam as crianças a partir da Educação não formal? 5. Como esse amparo é realizado? 6. Onde as crianças estudam e brincam? 7. Quais são os recursos que possuem para acessar a educação pública? e 8. Quais outras formas de educação conseguem acessar?

Como já mencionado, a metodologia utilizada para leitura e análise dos dados qualitativos referentes ao campo de pesquisa se chama Análise Técnica - AT (Souza, L. K, 2019, p. 53). Ela não apresenta regras fixas para as análises, mas orientações amplas, portanto mais flexíveis. Desse modo, serão realizadas transcrições, leitura e revisão de dados, para que se possa codificar e reunir os seus aspectos mais relevantes para a pesquisa e, com isso, checar se eles geram um mapa de análise como um todo, para então definir e nomear os dados. Por fim, pretende-se oferecer exemplos vividos, uma última análise dos dados coletados na relação com a pergunta de pesquisa e com a literatura e a escrita do relato de análise.

2.3 DERRUBA VIOLENTA

Na Ocupação do CCBB, localizada em Brasília - DF, onde vivem famílias compostas por adultos, crianças e idosos em situação de vulnerabilidade social e sem moradia. Os deslocamentos aqui observados foram causados por ações de desalojamento/despejo da Ocupação do CCBB, que consistia em "barracos" irregulares em área pública e urbana do bioma de cerrado, localizada dentro de área de mata alta, cortada por traços na terra da mata que indicavam as trilhas a seguir para encontrar pequenas vilas escondidas de casas erguidas com tapumes, madeirite¹² e lona.

Quando cheguei na derrubada do "Ponto 1", era meu primeiro dia de ação como educadora. Fui apresentada para alguns ocupantes moradores e conheci as crianças da ocupação/escolinha, que na época era erguida em madeirite e não havia chão coberto, mas barro do cerrado. No dia seguinte, houve força policial violenta e retiramos as crianças da zona de conflito, para então abrigá-las na Escola Classe 115 Norte, que estava fechada para atividades presenciais, pois havia migrado para o ensino remoto durante os anos de 2020 e 2021 como medida de segurança contra a Covid-19.

Figura 14 - Fotografia de Matheus Alves.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNYTOAiI8aA/>

12. São madeiras modificadas formadas pela sobreposição de lâminas de madeira (compensadas de madeira).

As ações de despejo da Ocupação do CCBB foram movidas pelo Governo do Distrito Federal (GDF), na gestão de Ibaneis Rocha. A ordem de despejo foi dada violando a Lei Distrital nº 6.657/2020¹³, que proibia as remoções e ordens de despejo durante a pandemia do vírus SARS-Cov-2, causador da Covid-19.

Antes da aprovação da Lei nº 6.657/2020, uma ação de despejo havia acontecido em março de 2020, quando o GDF removeu oito barracos no local. Em 2021 o GDF usou como argumento para derrubar a liminar¹⁴ que protegia as famílias da Ocupação do CCBB a afirmativa de que outros 34 barracos haviam sido construídos após a aprovação da lei e que, por isso, poderiam revogar uma parte da lei, afirmando que a área estava sendo ocupada por um número maior de pessoas do que quando a lei foi aprovada.

Figura 15 - Fotografia de Matheus Alves.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNXYdo1FKhk/>

A Lei Distrital nº 6.657/2020, de autoria do deputado Fábio Félix, datada de 17 de agosto de 2020, estabelece diretrizes para a criação do Plano

13. Ver: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c0384360c5b14f7282723ff679a6b97c/Lei_6657_2020.html

14. SLS nº 2910 / DF (2021/0096289-2) autuado em 01/04/2021. (site: <https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=SLS%202910>)

Emergencial para Enfrentamento da Covid-19 nas periferias e assegura a garantia de acesso a água e distribuição de kits com insumos básicos necessários à manutenção das condições de higiene e de saúde para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19, causada pelo coronavírus. A lei previa, no Art. 2º, parágrafo primeiro, “a proibição de remoção de ocupações e da efetivação de ordens de despejo, desde que a posse tenha se iniciado antes da declaração da emergência de saúde de importância internacional”.

Esta parte da lei foi suspensa em 06 de abril de 2021 pelo ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou a desocupação um dia antes da data de vigência, na segunda-feira, dia 05 de abril de 2021. O Executivo alegou que a decisão que impedia as remoções “abre uma porta gigantesca para a invasão e ocupação desordenada da área pública”¹⁵. O resultado foram remoções “com impressionante brutalidade”¹⁶.

A medida atendeu ao recurso do Governo do Distrito Federal (GDF) em uma decisão liminar da 8ª Vara da Fazenda Pública, que havia acolhido um pedido da Defensoria Pública do DF para impedir despejos das 30 famílias que vivem no local durante a pandemia do novo coronavírus. As ações de desocupação começaram em 22 de março. O governo alegou que cresceram as reclamações de aumento dos barracos no local, que servem de abrigo para catadores de material reciclado. No dia 25 de março, o ativista Thiago Ávila, 34 anos, chegou a ser preso depois de tentar impedir a derrubada dos barracos, quando recebeu voz de prisão do subsecretário de operação da DF Legal, Alexandre Bittencourt, por desacato. Thiago havia apresentado o despacho provisório que impedia a remoção, depois derrubada (Correio Braziliense, 2021)¹⁷.

15. Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/04/4915743-stj-autoriza-desocupacao-de-barracos-no-ccbb-em-brasilia.html>

16. Segundo fala da deputada Arlete Sampaio (PT) em pronunciamento feito na Sessão Extraordinária Remota da Câmara Legislativa em 23 de março de 2021.

17. Ver <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/04/4916195-moradores-da-ocupacao-do-ccbb-resistem-a-derrubada-dos-barracos.html>

A comunidade moradora da Ocupação CCBB ficou em situação de despejo durante semanas, em barracas de acampamento, permanecendo no mesmo território, vivendo sobre o espaço derrubado, por resistência, na luta por direito à habitação. Segundo a moradora da Ocupação do CCBB Ivania Souza, em matéria para um jornal local, “já que não podem colocar a gente nos apartamentos, que dessem um terreno legalizado até quando a gente ganhasse o apartamento”¹⁸.

As famílias recebem o Bolsa Família, são cadastradas junto ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e estavam na lista de espera por apartamentos fornecidos pela Codhab (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal) e, segundo o GDF, poderiam ir para a unidade de acolhimento no Guará, conhecido como “abrigo”, na ocasião da derruba. No entanto, os moradores da Ocupação do CCBB recusaram a oferta por não considerar seguro para suas vidas e para as crianças da ocupação, pois temem agressão e violência nessas unidades.

Na ocupação havia cerca de 17 crianças que recebiam suporte do coletivo chamado BSB Invisível através de ações diretas nas áreas de alimentação, educação e saúde no Distrito Federal. O coletivo promovia ações de cuidado da comunidade, levava cestas básicas e atuava na mídia digital por meio de seu canal no Instagram e YouTube, onde tem a publicação do relato pessoal das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade como principal forma de comunicação com redes e canais ativistas dos direitos humanos e a comunidade local.

A reunião entre as crianças, as famílias e os ativistas resultou na criação de um espaço comum chamado “Escola do Cerrado”. Primeiro, a escolinha foi um coletivo composto por ativistas que atuavam sem remuneração, via chamada de serviço “voluntário”, com a finalidade de oferecer acompanhamento pedagógico e sócio emocional para as crianças que moram na Ocupação do CCBB. As crianças, em contato com os ativistas, puderam

18. Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/04/4916195-moradores-da-ocupacao-do-ccbb-resistem-a-derrubada-dos-barracos.html>

atuar diretamente no imaginário político e coletivo sobre a cidade de Brasília porque desenharam em sua paisagem quando sonharam com a escolinha e, ao edificar esse sonho, puderam transformar essa paisagem e tiveram suas atuações registradas em múltiplos formatos.

Ao longo da pesquisa, encontrei produções artísticas em múltiplas linguagens sobre a Ocupação do CCBB, sobre a Escola do Cerrado e sobre as crianças da escolinha. Além de objetos e fotografias criados pelas crianças ex-moradoras da Ocupação do CCBB. Nelas foi possível visualizar os rastros e trajetos realizados pelos atores desta investigação.

As crianças da Escola do Cerrado contam histórias, perguntam, brincam, brigam, sonham, sobem em árvores, estudam, escutam e falam criticamente, como as crianças geralmente fazem. Elas haviam se reunido com ativistas e educadores sociais do BSB Invisível e construído uma escolinha simbólica, onde estudavam e faziam suas atividades escolares remotas, enviadas por suas escolas regulares para suprir a falta de acesso ao ensino remoto-digital. Com a crescente demanda de educadores e de estrutura para fornecer os acompanhamentos pedagógicos, a escolinha simbólica logo passou a ter um lugar edificado.

Os educadores da Escola do Cerrado, ativistas e voluntários deslocavam-se de suas casas para o Cerrado, onde a Ocupação do CCBB estava localizada, para participar de um movimento coletivo que uniu diversas ONGs e associações em proteção das crianças da Ocupação do CCBB contra as adversidades, que eram reações de suas relações com o território onde viviam, porque viviam em condição de extrema vulnerabilidade social e não conseguiam acompanhar o ensino emergencial remoto on-line da escola pública do Distrito Federal porque não possuíam acesso a computadores, tablets e, quando o tinham, não possuíam dados de internet.

A derruba da Ocupação do CCBB também ficou conhecida como derruba da “escolinha do cerrado”/“Escola do Cerrado”, porque a ordem de despejo era ilegal no caso de construções feitas antes da publicação da lei. Caso a escolinha tivesse sido erguida depois da publicação da lei, a sua constru-

Figura 16 - Árvore e placa da Escolinha do Cerrado após derruba violenta.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

ção seria irregular. A derruba da escolinha do cerrado movimentou cerca de 60 ativistas para sua proteção e sua derrubada foi palco para luta por moradia e pelo direito de ocupar. O ativista Thiago Ávila, que fez vigília em cima da escolinha, foi preso após a ordem de derrubada ser liberada.

Durante os dois últimos grandes conflitos, que ficaram conhecidos como “derruba violenta”, em março e abril de 2021, as crianças foram retiradas do território em conflito pelos educadores da Escola do Cerrado, após coleta de assinatura para autorização de “saída a passeio”, nome utilizado no documento na ocasião. As crianças saíram com os educadores para um local seguro, onde poderiam ser amparadas e não estariam presentes no conflito, porém nem todas tinham autorização para sair. Tampouco foram em todas as “batidas” do DF Legal (Secretaria De Estado De Proteção Da Ordem Urbanística Do Distrito Federal) que as agentes da Escola do Cerrado conseguiam fornecer amparo.

Na ocasião da derruba violenta, a comunidade da Ocupação do CCBB estava vivenciando uma ação de acolhimento com ativistas de diversas ONGs e coletivos do Distrito Federal. Essa foi uma ação movida para reerguer os barracos desde a última derruba que haviam sofrido (as derrubas acontecem com bastante frequência e as famílias vivem em constante processo de reconstrução de suas moradias). Também foi convocada uma vigília para proteger a comunidade e a escolinha, onde ativistas e figuras políticas agiram na proteção contra as violências implicadas no processo de despejo.

Quando o DF Legal chegou para derrubar a Escola do Cerrado e os barracos irregulares da Ocupação do CCBB, havia uma rede de ativistas agenciada com a Ocupação do CCBB, a Escola do Cerrado, seus moradores e os ativistas. Por isso, as derrubas tiveram alto alcance midiático¹⁹. Isso movimentou mais ativistas de diversas ONGs, coletivos e partidos políticos para resistir contra a força policial. Essas derrubas aconteceram durante o calendário da 1ª dose de vacinação contra a Covid-19, quando havia recomendação para isolamento social.

Após o auge midiático, os agentes da DF Legal continuaram o processo de remoção da Ocupação do CCBB, localizada no Ponto 1. Para isso, foram utilizados caminhões e tratores que causaram danos na área de cerrado. Com a insistência nas ações de remoção, as famílias se viram forçadas a deslocar do território onde resistiam em busca de outro lugar para morar.

Algumas famílias foram deslocadas para outros locais dentro do mesmo território da ocupação, conhecidos como “Pontos” da Ocupação do CCBB. Outras famílias conseguiram o auxílio-aluguel e foram deslocadas para a Vila Planalto, comunidade tombada pelo Patrimônio da Humanidade da região administrativa (R.A.) do Plano Piloto, ou para outras R.A. mais afastadas do centro de Brasília.

19. Além da mídia que se posicionou em defesa da Ocupação do CCBB, houve um reforço midiático onde a ocupação foi criminalizada como desordem urbana, usando como argumento a falta de saneamento básico para essa comunidade ocupar determinado território e o lixo que era produzido dentro da ocupação, porém a questão do saneamento básico é de responsabilidade do GDF, garantir acesso à toda sua população, e a comunidade da ocupação era formada por população coletora de materiais recicláveis e o que era visto como lixo muitas vezes se tratava de restos de materiais que haviam se espalhado das áreas de separação dos materiais. Para encontrar dados na mídia local sobre a ocupação, era possível utilizar dois caminhos de pesquisa: ocupação do CCBB X invasão do CCBB.

2.4 MUSEU OCUPAÇÃO

“Museu ocupação”²⁰ foi a ação realizada para coletas de dados formais desta pesquisa, que consistiu em promover uma tarde de atividades artísticas voltadas para as crianças e adultos moradores e ex-moradores/ocupantes e ativistas da Ocupação do CCBB, localizada próxima à Vila Planalto, que atuam e atuaram na mesma. A ação aconteceu em memória a 1 ano da derrubada da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado. A ação aconteceu no dia 15 de maio de 2022, das 14h às 19h, na sala de pesquisa localizada no subsolo do Museu de Arte de Brasília, no Distrito Federal.

Intitulada “Museu Ocupação - 1 ano de derruba da ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”, no Museu de Arte de Brasília, a ação foi coordenada para conversarmos e traçarmos uma cartografia da derruba/ocupação e de seus deslocamentos, para coletar dados formais e cartográficos, relatos, histórias, memórias etc. das pessoas que estavam presentes na derruba e na ação de registro de memória, em outras palavras, das pessoas com quem essa pesquisa foi realizada ao longo de 1 ano.

O museu foi escolhido como lugar para realizar a ação para que esse pudesse, de alguma maneira²¹, fazer parte do registro dessa memória e aferir algum tipo de legitimação momentânea. Isso porque a ação aconteceu dentro de seu espaço, em seu ateliê, sob a vigilância do museu, após submissão de projeto para ser aprovado pela Secretaria de Cultura, o que significa que existe uma memória local e nacional em ação educativa dentro da instituição que possibilita pensar a construção dos saberes dentro dos espaços museais e sobre os indivíduos capazes de atuar sobre essa produção.

20. O termo “Museu Ocupação” tem origem em meu trabalho de conclusão de curso de Graduação, quando escrevi minha pesquisa intitulada “Museu Ocupação - A ruína como espaço de gestão”. Nela, comecei a vislumbrar possibilidades de habitação da instituição museológica como uma ocupação patrimonial. Nessa ocasião, o Museu de Arte de Brasília abrigou a ação.

21. As instituições que guardam memória validam narrativas por meio de seus registros porque são memórias em formato de arquivos.

Para realizar a ação, foi necessário escrever uma proposta de projeto a ser executado no Museu de Arte de Brasília, enviá-la via e-mail para o gerente do museu responsável por autorizar as pautas de ocupação do mesmo, que concordou em aceitar a proposta para ser executada no espaço destinado à Arte-Educação na instituição. A ação foi autorizada pelo secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa via Ofício Nº 526/2022 - SEDEC/GAB.

A proposta foi levada ao museu por entender que seria relevante associar o MAB (Museu de Arte de Brasília) à Ocupação do CCBB por necessitar de um espaço para reunir os participantes da pesquisa e conseguir conversar com eles coletivamente, tendo em vista que a derruba e os deslocamentos vividos pelos participantes fez com que passassem a viver em lugares separados. Além disso, entende-se que o Museu é uma instituição importante para as construções de narrativas que contam as histórias das sociedades e por isso pensou-se que essa instituição pudesse acolher populações que necessitam de proteção de suas memórias, identidades, vidas e narrativas, caso estas estejam correndo risco de apagamento, silenciamento ou esquecimento.

A ação reuniu algumas pessoas que passaram pela derruba para conversar sobre suas trajetórias de vida ao longo de um ano após a última derruba e também por se tratar da rememoração de eventos sociais e políticos significativos para a memória coletiva da história de Brasília e do Plano Piloto. Além disso, uma grande quantidade de produções artísticas e culturais foi produzida em defesa da Ocupação do CCBB, tornando o espaço que, primeiramente, parecia um não lugar, por se tratar de uma área de cerrado onde as moradias não ficavam visíveis - então era um não lugar para o *espectador* - em um *lugar* visivelmente ativo, social, político, habitado e cultural e, também, um lugar de memória.

A Arte na Ocupação do CCBB deixa um rastro cartográfico que, ao ser reagrupado (o rastro/o que se encontra no caminho), forma narrativas em torno da proteção da sua população e sobre o encontro dessa população com determinados ativistas e determinadas idéias políticas. Esses rastros possuem visua-

lidade, forma, cheiro, som e luz. A sua cartografia pode arquitetar a formação de um grande corpo coletivo, formado em prol da luta por moradia adequada por parte dessa população em situação de extrema vulnerabilidade.

Em 2021, a derruba foi protagonizada por crianças que lutaram contra diversas formas de opressão em busca de seus direitos a acessos básicos, como moradia, educação, alimentação, infraestrutura. Durante muito tempo eu, enquanto pesquisadora em campo, conhecia apenas as crianças da Ocupação do CCBB. Os adultos vieram depois dos deslocamentos, quando as aulas passaram a acontecer nas casas das crianças. Por isso, entre os demais atores sociais em ação no contexto da investigação, as crianças foram observadas como protagonistas do movimento ativista de proteção à Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado, porque elas significaram os territórios e os partilharam através do brincar e de suas inserções no cenário de disputas políticas. Também porque, ao observar esse território (e sua territorialização), visualiza-se que o mesmo é multifacetado e a perspectiva das crianças é uma de suas facetas possíveis.

A pré-produção da ação iniciou meses antes, quando enviei um convite para as famílias das crianças que estavam presentes na derruba da ocupação e da Escola do Cerrado. O convite foi enviado via *WhatsApp* em texto e áudio. Além das famílias e suas crianças, foram convidadas as associações e coletivos que estiveram presentes e também protagonizaram o movimento contra o despejo do CCBB, como a Eilane (mãe de educandos), Ivania Santos (mãe de educandos da E.C, ex-ocupante do CCBB, ativista do movimento Bem Viver e uma das lideranças da Ocupação do CCBB), Silvia (ex-moradora da Ocupação do CCBB) e seu marido Gilmar (morador da Ocupação do CCBB), Cássia (ex-moradora do CCBB, ativista do movimento do Bem Viver e uma das lideranças da Ocupação do CCBB); Gabriela Daldegan (fotógrafa ativista e diretora do filme *Tempo de Derruba*) e João Vasconcelos (fotógrafo ativista, ex-morador de ocupação e diretor do filme *Tempo de Derruba*), as ativistas Rafaella Sereno (fundadora e diretora da Escola do Cerrado e diretora do BSB Invisível...), Mariza Morgado (diretora da Escola do Cerrado e ativista do BSB Invisível...), Isvi Freitas (diretora da Escola do Cerrado e ativista do BSB Invisível...).

Para participar da ação, foram assinados termos de consentimento livre e esclarecido (Apêndices A, B e C), onde a pesquisa foi apresentada com o objetivo de observar, conhecer e categorizar as práticas de acolhimento realizadas com as crianças no contexto da derrubada da ocupação entre março e abril de 2021 para, com isso, pensar sobre os territórios, as ocupações urbanas, a infância e o direito à cidade e ao espaço público. Neste contexto de pesquisa, seriam utilizados gravadores e câmera fotográfica com o objetivo de registrar todas as informações necessárias para os rumos da pesquisa e escrita. O termo possuía duas versões, sendo uma para a participação do adulto na pesquisa e outra para os pais e responsáveis pelas crianças (Apêndices B e C), as autorizando a participar desta pesquisa.

Também foi assinado um termo de Autorização de Uso de Imagem (Apêndice - D) pelo responsável legal pelas crianças para desenvolver esta pesquisa. A autorização abrange o uso das imagens no âmbito da dissertação e também a sua utilização em publicações de relatórios, livros, revistas especializadas e ainda a sua utilização em atividades relacionadas com movimentos sociais que defendam os direitos da criança e da formação de profissionais da Arte-Educação.

Figura 17 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

Um último termo seria destinado às crianças da pesquisa, o Termo de Assentimento da Criança (Apêndice – B), onde eu me apresentei enquanto estudante de mestrado em Educação em Artes Visuais e expliquei que estava buscando compreender mais sobre crianças que são obrigadas a mudar de casa e gostaria de contar com a colaboração delas. Nesse termo, explico o título da pesquisa e que preciso saber onde ela mora, onde morava antes, com quem ela mora, como é em sua casa, quem cuida dela, em qual horário costuma brincar e em qual horário costuma estudar.

Conto que gostaria de saber sobre a derruba a partir da visão deles. Pergunto: “O que vocês fazem quando acontece uma derruba? Para onde vocês vão? O que vocês fazem? Quem cuida de vocês?” Explico que, para responder a essas perguntas, as crianças estavam convidadas a brincar de desenhar, construir personagens, dar nome a histórias. Conto que é importante que saibam que não precisam participar das brincadeiras, mas, ficando na brincadeira, eu gostaria da autorização para utilizar os desenhos, as entrevistas e fotografias na pesquisa. Conto a eles que os responsáveis por eles já haviam aprovado sua participação na pesquisa.

A ação começa com uma grande roda de conversas no ateliê do Museu de Arte de Brasília, em seu subsolo, em frente à reserva técnica. Todos falam ao mesmo tempo. São conversas paralelas e cheias de vida. Iniciamos falando sobre os materiais que estavam disponíveis.

Figura 18 - Registro da ação “Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado”.



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

Esse desenho foi criado durante a roda de conversa coletiva entre mães e pais junto às crianças. O eixo temático dessa roda de conversa foi sobre o “deslocamento territorial forçado”, onde expliquei o que eu estava considerando enquanto deslocamento territorial na pesquisa e nós conversamos sobre a derruba, sobre o território e sobre as condições de vida naquele território e nos demais por onde passaram no último ano.

Esse é um pedaço de um grande mapa da derruba composto coletivamente entre as crianças que participaram da ação e estavam presentes nas derrubas. Nesse mapa foi possível observar alguns atores não humanos: árvore, escolinha, carro, trator, cerrado, cadeira. A árvore é um ator recorrente, porque foi embaixo dela que a Escola do Cerrado nasceu.

A árvore: além da relação árvore-escolinha, também é possível observar a relação árvore-crianças; árvore-barraco; árvore-cerrado; árvore-ocupação. Em cada uma das relações, a atriz “árvore” possui um modo diferente de agir, que irá depender do poder de ação e do poder de agência dela dentro de seu território.

O carro aparece na pesquisa nas seguintes relações: carro-deslocamento; carro-coleta de materiais recicláveis; carro-cerrado; carro-escolinha; carro-acolhimento; carro-polícia [...].

O trator aparece na pesquisa nas seguintes relações: trator-derruba; trator-cerrado; trator-barco; trator-árvore; trator-crianças; trator-carro [...].

O cerrado aparece na pesquisa nas seguintes relações: cerrado-bioma; cerrado-ocupação; cerrado-crianças; cerrado-coleta de materiais recicláveis; cerrado-patrimônio; cerrado-território [...].

As crianças aparecem na pesquisa nas seguintes relações: crianças-família; crianças-ocupação; crianças-educação; crianças-ativistas; crianças-pandemia; crianças-escola; crianças-árvore; crianças-cerrado; crianças-trator; crianças-carro; crianças-derruba; crianças-deslocamento [...].

Figura 19 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

O balão era a voz e a vez da fala. Quem segurava o balão tinha a voz. O balão lhe permite falar ao microfone e sua voz no microfone é o direito de fala e escuta em um espaço cheio de ruídos e polifonia. As regras se modificam diversas vezes até não mais existir ordem. A roda de diálogo entre as crianças foi o início da atividade da oficina de pintura. Ela serviu para reunir as crianças e as concentrar em uma atividade coletiva. Como houve disputa pelo microfone entre as crianças, as crianças se auto organizaram para conseguir que todas falassem e fossem ouvidas pelo microfone. O eixo temático dessa roda foi "o que é cartografia?" Com isso, pensamos o que é uma cartografia sensível a partir das nossas memórias do cerrado. Os materiais artísticos foram fornecidos para livre experimentação sobre os suportes possíveis.

Figura 20 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

Com tintas, purpurina e pincéis atômicos disponíveis, o corpo foi o principal suporte sobre o qual as crianças interagiram com os materiais. Elas brincaram de pega-pega com tinta nas mãos, desenharam em seus corpos e desenharam e pintaram sobre os papéis Kraft disponíveis em metros fixados sobre o chão. Havia chuva de purpurina para todos os lados. Ao fim da ação, a sala de pesquisa estava repleta de rastros de arte produzida em coletivo e a partir das culturas da infância. A sala de pesquisa do museu se tornou um grande ateliê coletivo, onde eram construídos diálogos, narrativas e onde se produzia Arte coletivamente. A disposição de materiais de Arte e materiais sensoriais em espaços de criação para livre escolha e interação pelas crianças lhes permite dimensionar suas expressões por meio da criação artística para suportes além do convencional.

Figura 21 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



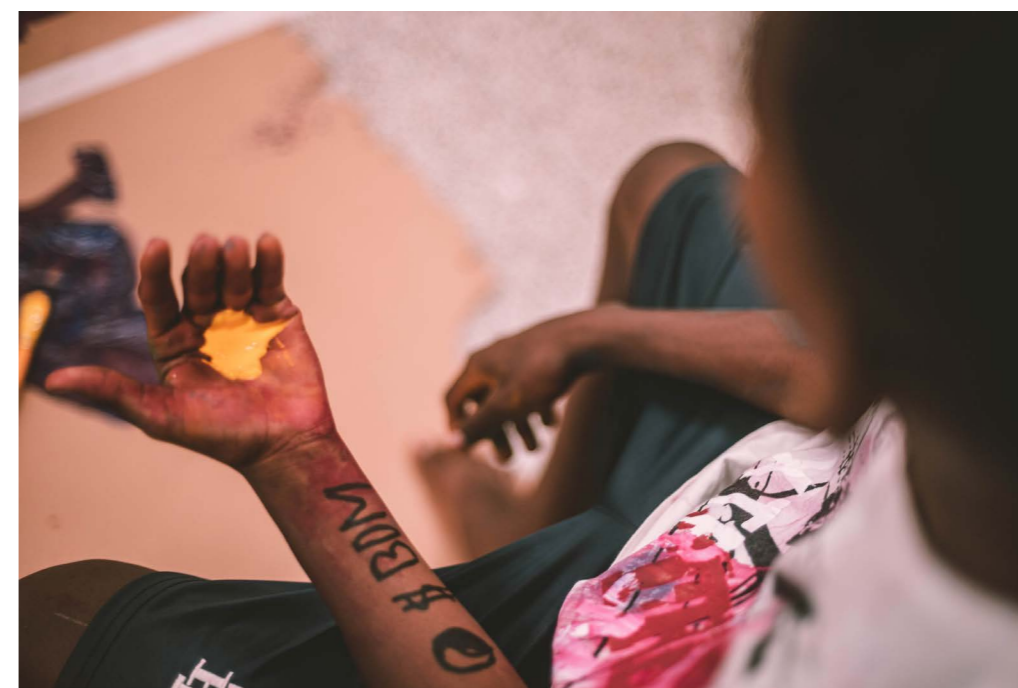
Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

Jacques Rancière (1995, p. 7), filósofo francês, afirma que "a partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões". Uma partilha do sensível seria, portanto, "o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas". Para o autor, "essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como *um comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha" (RANCIÈRE, 1995, p. 15). O cidadão *toma parte* no fato de governar ou ser governado. Precedente a esse governo, haveria uma outra forma de partilha que determina os que tomam parte.

A partilha do sensível possibilita ver quem pode tomar parte do comum em função das ações, do tempo e do espaço em que essas ações são exercidas. A ocupação exercida pelo cidadão define competências ou incom-

petência para o comum. "Define o fato de ser ou não visível num espaço comum" (Rancière, p. 16, 1995). Na base da política, há uma "estética" que pode ser entendida como o sistema das formas determinando o que se dá a sentir. "É um recorte do tempo e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência" (1995, p.16). Isto posto, a política então "ocupa-se do que se vê e do que pode ser visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo". (1995, p.17).

Figura 22 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

As crianças puderam estar no museu de uma maneira participativa e livre (dentro das condições impostas pela instituição). Ou seja, durante o período em que estiveram lá, estavam produzindo conhecimento e cultura junto com o museu. As crianças corriam pelas salas de pesquisa localizadas no subsolo do museu, em frente à reserva técnica, com tinta na palma de suas mãos. As paredes brancas do museu não puderam esca-

par de respingos de tintas e uma ou outra micro subversão sobre suportes ousados que tiveram que ser apagados para cumprir com as regras do espaço. As subversões não deveriam ser um risco, pois a atividade tinha como proposta autonomia no processo criativo e entende que toda ação executada durante a atividade pode ser entendida como Arte, mas essas subversões estreitam as relações com a proteção do patrimônio público, principalmente por se tratar de um museu modernista, cujas paredes são predominantemente brancas.

A proteção do patrimônio era uma preocupação porque havia um termo de responsabilidade pelo uso de espaço cultural assinado por mim que previa manter sob guarda e responsabilidade o bem cujo uso foi autorizado, onde nos itens V e VI me responsabilizo por todos os danos ao imóvel e ao patrimônio público: V - responder por todos os danos causados ao imóvel durante o período da autorização, observando-se a necessidade de reparação de danos causados ao patrimônio público; VI - responder por danos pessoais e materiais causados a terceiros decorrente da realização da atividade.

Para a atividade foi proposto dialogar coletivamente, questionar as estruturas dominantes, ouvir relatos de vida, desenhar, pintar, performar, brincar, lanchar, com a intenção de colaborar na produção de sensação de pertencimento entre as crianças e o museu. Nesse dia, elas não visitaram as galerias como parte da planejada da atividade, mesmo que a maioria tenha visitado espontaneamente. As crianças estavam sob responsabilidade de suas mães e pais, por isso tiveram autorização para transitar pelos andares do museu, ir ao pula-pula que estava instalado no pátio do museu como parte de sua programação de fim de semana pública e gratuita, comeram pipoca, algodão doce.

Com essa autonomia autorizada, as crianças conseguiram experienciar o museu com as portas dos ateliês abertas para elas criarem e se expressarem, ao lado de pessoas que partilham de experiências coletivas cuja preservação da memória é o principal objetivo do encontro. Nesse dia as crianças experimentaram linguagens, expressões e brincadeiras nele, onde elas mesmas guiavam e mediavam sua participação, junta a seus amigos, encontrando suas formas de pertencimento naquele espaço.

Figura 23 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

Figura 24 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".

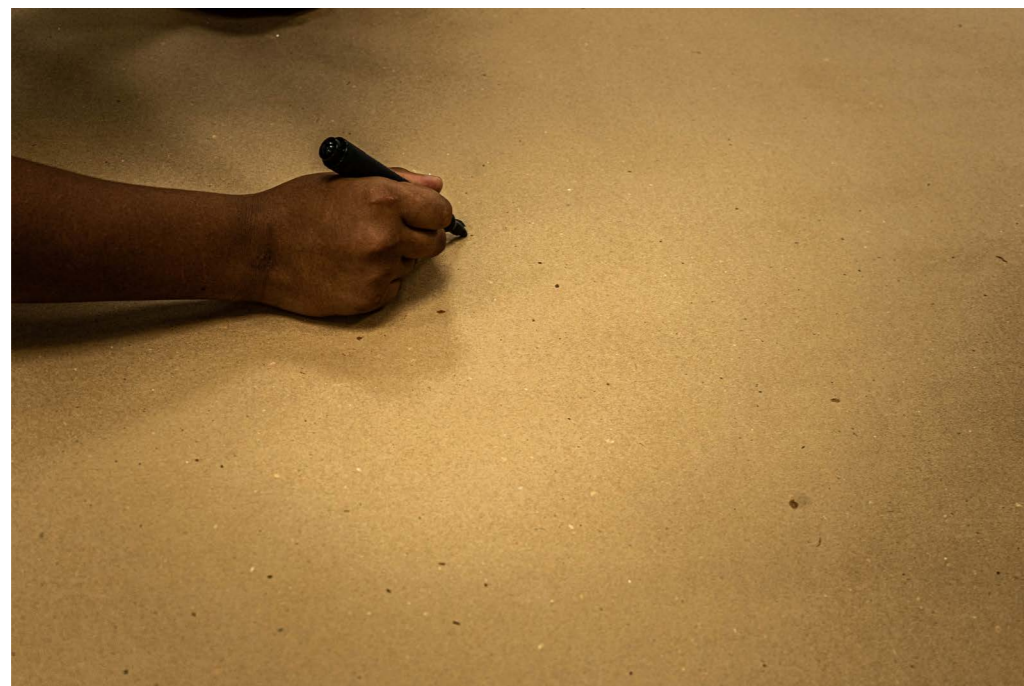


Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

As crianças dessa pesquisa possuem participação ativa nos âmbitos político e social de maneiras que outras crianças, em situação de vulnerabilidade ou não, não costumam participar. Isso porque elas foram expostas a uma multiplicidade de acontecimentos no contexto de disputas políticas que envolvem confronto com força policial e exposição midiática, onde a

resistência é a maneira escolhida como forma de defesa. Todavia, para a infância, são os acontecimentos que as permitem participar ativamente, mas não são esses acontecimentos que as permitem participar de maneira autônoma. A autonomia acontece na via do brincar, construir, desconstruir e explorar os territórios e suas arquiteturas a partir dos seus desejos. Essa autonomia é mediada pelas figuras parentais, que as guiam nos caminhos da resistência contra a violência social e as permitem vislumbrar os mundos a partir de perspectivas práticas e críticas. A autonomia como forma de pertencimento nos espaços contrasta com as formas de pertencimento pré-estabelecidas no espaço do museu, porque a autonomia permite ocupar e ressignificar esse espaço, quando, nos museus, as formas possíveis de participação não apresentam muita margem para ressignificação do espaço em si. Isso acontece porque museus são lugares de memória patrimonial e para que haja sua ressignificação é preciso que haja alguma mudança, fissura ou ruptura em seu *status quo*, mesmo que essa mudança e ressignificação seja efêmera.

Figura 25 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

O ponto é o primeiro contato entre uma superfície com um suporte. Para Kandinsky (1997, p. 29-39), ele aparece em sua dimensão geométrica, em que seria invisível. Em termos de substância, seria igual a zero. Para o autor, o ponto geométrico seria a união entre a fala e o silêncio. O ponto pode ser escrito, simbolizando a interrupção no discurso e, ao mesmo tempo, forma uma ponte para o outro, que virá após o ponto. Na escrita, o ponto constitui seu significado interno.

Externamente, o ponto pode ser definido como a menor das formas elementares. O ponto também pode ser encontrado como fronteira atrelada ao momento em que o ponto começa a desaparecer e se tornar plano. Esse instante de transição significa o fim do ponto. O ponto pode ser uma forma abstrata, uma expressão numérica, uma forma, som, conceitos absolutos, tensão, plano, definição, elemento e tempo. Para a Ocupação do CCBB e seus moradores, o Ponto é uma coordenada geográfica, um endereço domiciliar, uma territorialidade e também um lugar de cultura.

Figura 26 - Registro da ação "Museu ocupação - 1 ano de derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado".



Fonte: Fotografias por Gabriela Daldegan e João Vasconcelos / Acervo pessoal (2022).

A roda de diálogo foi mediada pelo artista e filósofo brasileiro Hilan Bensusan e aconteceu simultaneamente à oficina de pintura das crianças, mas em sala diferente, dentro do espaço destinado à reserva técnica do Museu de Arte de Brasília. No início da oficina, Hilan ofereceu peças de fantasia e de roupas para quem quisesse usar durante a roda de diálogo. Depois, questionou a figura de poder de quem segura o microfone em relação àqueles que sentam e escutam. Realizou uma dinâmica onde cada um falava uma palavra no microfone e passaria para a pessoa sentada ao lado, com isso o microfone poderia rodar nas mãos de todos presentes e, assim, estaria aberta a roda de conversa. Nessa roda participaram os moradores e ex-moradores da Ocupação do CCBB, diretoras da Escola do Cerrado, diretora do BSB Invisível, os diretores do filme “Tempo de Derruba”, o filósofo Hilan Bensusan e a terapeuta Marina Godoy.

Ao fim da ação, foi realizada uma oficina de autocuidado com produção de escalda pés com a terapeuta brasileira Marina Godoy. A roda de autocuidado não foi registrada em áudio, apenas fotografia. Isso porque essa oficina foi pensada como espaço para cuidado e cura, onde as partilhas acontecem em níveis pessoais e sensíveis, onde a privacidade é um pacto entre aqueles que falam e escutam. A terapeuta Marina Godoy entregou os kits de autocuidado contendo potes de vidro, tesouras, sal grosso e bacia para mergulhar os pés. Após a apresentação do material, a terapeuta apresentou as ervas medicinais que ela levou para a produção de escalda pés e contou sobre suas propriedades medicinais. Após sua produção, os escalda pés produzidos com sal grosso e ervas medicinais foram depositados nas bacias e submersos em água morna. As participantes da roda de autocuidado mergulharam seus pés e conversaram sobre práticas de autocuidado e como transformar esse autocuidado em produto que possa ser vendido com a aprendizagem da produção de sais e de incensos naturais.

*"A arte trabalha agora nos rastros do
ingovernável"²²*

Néstor Garcia Canclini

No caminho para o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) há uma cerca de concreto e arame farpado cercando o lote sobre o qual uma ocupação se ergue. Após a cerca, siga a estradinha de terra e vire à direita para chegar na ocupação. Às vezes tem barracas de acampamento espalhadas pelo terreno para as famílias em deslocamento, às vezes as casas estão erguidas e tem gente reunida em volta delas. As crianças tomam conta dos arredores das casas com brinquedos e brincadeiras.

Em respeito às pessoas com quem realizei essa pesquisa e que concordaram em contribuir para a construção desse objeto de estudo, tento tornar essa investigação menos invasiva a nós realizando um recorte temporal do que estou chamando de "ação de derruba", utilizando fotografias onde rostos não são mostrados, mesmo afirmando de antemão que a ação foi continuada, ou seja, deslocada, e que se perdura até a atualidade, pois as famílias da pesquisa ainda estão em condições instáveis de moradia.

Porém, permanecer seguindo os rastros não foi uma via possível dentro do tempo desta investigação de mestrado. Foi, portanto, possível atuar em campo de pesquisa durante 1 ano, no qual estive presente em duas ações de derrubas da escolinha do cerrado, conseguindo seguir os atores que atuaram neste

contexto de derruba e que atuaram no acolhimento das crianças da Ocupação do CCBB através da educação não formal.

Ao observar os atores desta investigação, faz-se possível seguir seus rastros e conhecer as associações que foram articuladas a partir de múltiplas perspectivas, vozes, olhares e fontes sobre os mesmos. Penso, então, que, para conseguir dar conta de uma investigação dentro do paradigma participativo e emancipatório, é preciso encontrar um meio de proporcionar equilíbrio de *poder de agência* entre os indivíduos da pesquisa.

A investigação das crianças como atores sociais aparece como um dos caminhos teórico-metodológicos desta pesquisa, pois as crianças atuam, modificam e questionam suas realidades enquanto resistem, enquanto produto e produtoras de cultura, contra a "opressão democrática", onde a exclusão é feita de forma naturalizada, tomada como "o estado de coisas", e não como um "problema explícito" (BUTLER, 2018, p. 10).

Para observar as práticas de acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado, busquei seguir os rastros das ações movidas no contexto da pesquisa sobre agência com as crianças da Ocupação do CCBB enquanto estavam sendo forçadas a se deslocar. O conceito de agência foi estudado a partir de Anthony Giddens (1979) e Bruno Latour (2012), cujas contribuições sobre ação e atores serviram de referencial metodológico para realizar a pesquisa em campo, a coleta e análise de dados desta prática etnográfica.

Seguir as ações e os atores em ação foi uma necessidade apresentada pelo próprio campo de pesquisa, porque o social estava em construção, fazendo com que os atores pudessem apenas ser encontrados e observados durante suas tomadas de decisões, ou seja, em agência. Isso porque, quando a pesquisa em campo começou, a derrubada estava em processo. Para conseguir observar ações de acolhimento das crianças era preciso ser parte do contexto observado, pois, enquanto experiência, elas eram imprevisíveis, rápidas e efêmeras.

22. CANCLINI, 2016, p. 28.

No contexto da derruba da Ocupação do CCBB, a agência foi observada meses antes da *derruba violenta*, a partir do deslocamento dos moradores da ocupação quando decidem sair da invisibilidade proporcionada pelo mata do cerrado no “Ponto 5” e vão ocupar áreas mais visíveis, como o “Ponto 1”, perto das pistas, para que assim a população conseguisse perceber suas permanências no espaço e as acolhesse fornecendo alimentação, água filtrada, roupas, brinquedos, itens de higiene pessoal e proteção contra a violência policial e contra as ações de despejo que estavam acontecendo durante o isolamento social pela Covid-19.

Foi então percebida a presença dos ocupantes pelos transeuntes das vias da L4 Sul e a L4 Norte (coordenada cartográfica do Plano Piloto de Brasília). Houve reação da população a favor do direito de ocupar, que colaborou fornecendo cestas básicas e diversos outros itens para a proteção dessa população e do território. Essa parte da população passou a percebê-los como parte micropolítica vulnerável do Plano Piloto. Houve também reação da população que estava contra a ocupação e ao direito de ocupar, cuja opinião reforça as atitudes daqueles que atuam na manutenção da ordem social, como a polícia e o Estado, e criminaliza a ocupação como disputa territorial. Todas as reações observadas estavam embasadas em argumentos legais e são parte da agência aqui seguida.

Se, por um lado, aqueles que são contra a ocupação ou atuam na manutenção da ordem social alegam a proibição de ocupação de área patrimonial, falta de infraestrutura para as famílias e a possibilidade de ir para um abrigo, por outro, aqueles que lutam por direitos humanos e pelo direito de ocupar defendem que a desocupação coloca em risco as pessoas que estão no local e que já se encontram em situação de extrema vulnerabilidade.

Para iniciar a etnografia, primeiro foi pedida a autorização dos atores humanos da pesquisa, sendo esses os adultos e as crianças moradoras da Ocupação do CCBB (por quem mães, pais ou responsáveis legais cederam autorização para participação), ativistas, artistas, coletivos, associações, cooperativas e ONGs (Organizações Não-Governamentais), para que eu pudesse observar os deslocamentos, registrar e cartografar as aulas, en-

contros, passeios e ações sociais e para o uso das imagens com fins de pesquisa acadêmica.

Iniciaremos então pelos rastros das ações que desenham a paisagem por onde consegui percorrer e documentar na proteção da Ocupação do CCBB, de seus ocupantes, de seus direitos e de suas culturas e saberes. Esta é uma das muitas perspectivas sobre esse social, porque ele pode ser cartografado a partir das experiências de todos os atores envolvidos nesse contexto, apresentando diferentes contornos de uma mesma cartografia.

Esta pesquisa teve como objetivo encontrar os rastros das agências para compreender como agem os atores quando movidos pela intenção de “intervenção causal de seres corporais no processo em progresso de evento-no-mundo” (GIDDENS, 1979, p. 55, tradução nossa)²³. Isso porque, no contexto da pesquisa, foram agenciados incontáveis atores no processo de proteção da ocupação durante o período de derrubada. Para estabelecer relações sociais, Latour afirma que devemos seguir os próprios atores (LATOUR, 2012, p. 96).

Embora rastrear o social não seja o foco desta investigação, a agência tem um papel fundamental nesta pesquisa, porque durante a derruba da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado, que resultou no deslocamento forçado das crianças da ocupação, foram envolvidos muitos atores cujo vínculo não foi estabilizado. Na ANT (*Actor-Network Theory*) ou TAR (Teoria do Ator-Rede), “o social é o nome de um tipo de associações momentâneas caracterizadas pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (LATOUR, 2012, p. 100).

Em Anthony Giddens e Bruno Latour, a noção e o conceito de agência são similares, mas apresentam algumas diferenças significativas. Em Giddens a ação humana é observada em meio social, onde o ator ganha notoriedade. Bruno Latour confere a capacidade de ação para atores não humanos,

23. No original em inglês “a ‘stream of actual or contemplated causal interventions of corporeal beings in the ongoing process of events-in-the-world” (GIDDENS, 1979, p. 53).

possibilitando que sejam observados em rede mais ampla do que a rede formada apenas entre humanos. Isso parte do princípio de que relações não sociais por natureza podem possuir agregados sociais que os afere capacidade de agência e, por isso, podem ser identificados como atores não humanos.

Em Giddens, “a noção de ação refere-se às atividades de um agente, e não pode ser examinada separada de uma teoria mais ampla do eu atuante” (GIDDENS, 1979, p. 55, tradução nossa)²⁴. Antes disso, a natureza da ação era discutida principalmente em relação de contraste com “movimentos”, mas nesse caso as características do ator enquanto sujeito continuavam inexploradas ou mantinham-se implícitas.

Para ele, o conceito de agência envolve “intervenção” em um objeto-mundo potencialmente maleável, e relaciona-se diretamente à noção mais generalizada de *Práxis*, tratada por ele como *práticas situadas*. “É uma necessária característica da ação que, em algum momento, o agente poderia ter agido de outro modo” (GIDDENS, 1979, p. 56, tradução nossa)²⁵.

Isso significa que, a partir de Giddens, entende-se que, em uma ação, o agente pode agir positivamente, em termos da tentativa de intervenção no processo de “eventos no mundo”, ou negativamente, em termos de abstenção. Giddens reconhece a difícil e complexa justificativa para o porquê de um agente agir conforme age, mas afirma ser “um erro, contudo, supor que o conceito de ação possa ser completamente elucidado a esse respeito fora do contexto de ‘modos de atividade historicamente localizados’” (GIDDENS, p. 56, 1979, tradução nossa)²⁶.

Giddens (1979, p. 56) desenha o que poderia ser um modelo de estratifica-

24. No original em inglês: “First, the notion of action has reference to the activities of an agent, and cannot be examined apart from a broader theory of the acting self”

25. No original em inglês: “It is a necessary feature of action that, at any point in time, the agent could have acted otherwise”

26. No original em inglês: “historically located modes of activity”.

ção da ação. Nesse modelo, ele apresenta que a ação pode ser compreendida a partir das condições desconhecidas da ação, que podem levar à motivação da ação, à racionalização da ação e ao monitoramento reflexivo da ação, processos que podem tanto resultar no retorno às condições desconhecidas da ação como no deslocamento para as consequências não intencionais da ação.

O monitoramento reflexivo do comportamento opera contra o segundo plano da racionalização da ação, pelo qual eu quero dizer a capacidade dos agentes humanos de “explicar” porque eles agem como agem, ao significarem suas condutas” (GIDDENS, 1979, p. 57, tradução nossa)²⁷.

O modelo de monitoramento reflexivo da conduta referia-se ao caráter intencional do comportamento humano e dava ênfase à intencionalidade como processo. A intencionalidade não implicaria que os atores tivessem objetivos conscientemente definidos quando em curso de suas atividades. Esse modelo inclui o monitoramento de um conjunto de interações, não apenas o comportamento de atores particulares tomados separadamente.

Essa é uma característica básica das etnometodologias envolvidas no dia a dia constituinte da interação social. Giddens afirma que a racionalização da ação não significa que razões para as ações possam ser compreendidas como normas ou convenções. A quantidade de razões que os atores são capazes de dar às suas razões pode ser submetida a vários graus de articulações possíveis e sua articulação está também influenciada pelo elemento inconsciente de sua motivação. Segundo o autor, “isso envolve possibilidades de racionalização no sentido freudiano, enquanto o efeito de deslocamento do inconsciente sobre o processo consciente do pensamento racional” (GIDDENS, 1979, p. 58)²⁸.

27. No original em inglês: “The reflexive monitoring of behaviour operates against the background of the rationalisation of action - by which I mean the capabilities of human agents to ‘explain’ why they act as they do by giving reasons for their conduct”.

28. No original em inglês: “This involves possibilities of rationalisation in the Freudian sense, as dislocating effects of the unconscious upon conscious processes of rational accounting”.

Embora as contribuições de Giddens acerca dos conceitos de “ação” ou “agência” e “ator” sejam suficientes para pensar a intencionalidade das ações dos atores da pesquisa e apresentar um modelo de monitoramento reflexivo do ator, que poderia servir à etnografia e à coleta de dados, a relação por ele pressuposta entre agência e estrutura não contempla o campo da pesquisa, porque o senso de integração do social entrou em colapso e o social passou a ser definido apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação (LATOUR, 2012, p. 25).

Em Bruno Latour, observa-se a ação como “deslocada” e que essa “deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento”. Com isso, seriam formadas redes não estruturadas e dinâmicas.

3.1 AS CRIANÇAS EM AÇÃO

Primeiramente, esta pesquisa considerou o assentimento – a autonomia das crianças em decidirem se querem ou não participar, o uso de seus nomes e imagens, enfim, respeitar o ponto de vista das crianças como ponto de referência da investigação. Isso porque “agir eticamente é agir da forma que agimos com as pessoas que respeitamos”, adverte Graue e Walsh (2003, p. 75).

[...] quando se trata de uma pesquisa com crianças, dada a vulnerabilidade das mesmas na correlação de força com o adulto, enfim, da assimetria de poder, o fato de elas não saberem que estão sendo observadas com fins específicos, configura-se como uma violação dos seus direitos e, também, uma questão de ética, pois, “o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante” (Resolução nº 510, 2016). Para evitar práticas investigativas que aviltassem os direitos da criança, procurei mobilizar técnicas onde elas estivessem cientes do seu papel, da sua condição de ator social no processo de produção da ciência, ou seja, técnicas que favorecessem a materialidade da sua condição de “co-produtoras de dados” (ALDERSON, 2005), “de sujeito social” (TEÓFILO, 2021, p. 107).

Considerar a privacidade infantil como ponto de referência é também fundamental nesta investigação. Nesse contexto, privacidade tem a ver com o “[...] direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa” (Resolução nº 510, 2016, p. 4).

As crianças da ocupação são naturais da Bahia, de São Paulo e do Distrito Federal. Algumas migraram com seus pais e responsáveis para o Distrito Federal em busca de melhores condições de vida; outras moram com parentes, e suas mães e pais moram em outros estados, mas não possuíam condições para criá-las; outras nasceram dentro da ocupação; outras são filhas e filhos de ocupantes que trabalham com a coleta e separação de materiais recicláveis dentro da área de cerrado e possuem relação trabalho-casa com o espaço.

As crianças da ocupação costumavam estar sob responsabilidade das educadoras da Escola do Cerrado quando em atividades da escolinha, e essa relação muitas vezes servia como espaço de experimentação, porque a figura do educador/ativista era fornecer esse espaço para que as crianças pudessem experimentar a formação de suas subjetividades, passíveis de erros e acertos, porque compreendiam a escolinha como um espaço de aprendizagem preparado para acolher essas experimentações e apresentar possíveis margens e limites para as mesmas.

Figura 27 - Na trilha das crianças até a área destinada à separação de materiais recicláveis.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

As crianças viviam na Ocupação do CCBB antes, durante e depois das ações de derruba da ocupação e da Escola do Cerrado. Muitas famílias que viviam em casas diferentes possuíam algum grau de parentesco, o que fazia a vida na Ocupação do CCBB estruturada a partir da convivência coletiva, porém nem sempre pacífica, entre as crianças e as famílias.

A vida nessa ocupação apresentava muitas transgressões aos modos de vida padrão. A ocupação era um território ativo e estava em constante movimento, mas apresentava também tensões, violências, abusos e maus-tratos, que acontecem porque as situações econômicas, de moradia e de infraestrutura não possibilitam uma vida mais estável. Nesses espaços, há uma heterogeneidade de pessoas e modos de vida que às vezes entram em choque uns com os outros.

As violências físicas e simbólicas que provocavam a exclusão social das famílias eram também projetadas sobre as crianças, refletindo em seus processos de socialização, fazendo com que constantemente apresentassem conflitos violentos entre si, utilizando xingamentos, ofensas e ameaças verbais e físicas. Às vezes, os conflitos surgiam direcionados aos educadores e ativistas, mas o diálogo sempre funcionou como mediação de conflito.

As crianças possuíam um cotidiano rural na Ocupação do CCBB, devido à sua localização dentro de área cercada por cerrado, longe da visão daqueles que passavam pelas avenidas paralelas à ocupação. Elas acordavam cedo e brincavam, porque brincar é o que elas fazem de mais sério na condição de criança. Assistem televisão, jogam no celular, ouvem música, quando os recursos familiares lhes permitem, sobem em árvores, dançam, jogam bola, andam de bicicleta etc. Com a criação da Escola do Cerrado, as crianças passaram a incluir os estudos remotos, através das fichas de atividades impressas, em suas rotinas no ambiente doméstico.

Figura 28 - Brincando de casinha no "Ponto 4" da Ocupação do CCBB.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

As crianças brincavam desde a hora que acordavam até a hora que iam dormir, considerando que brincam nas condições mais adversas. O brincar das crianças era livre, espontâneo e incerto. Elas transitavam cerrado adentro, conheciam caminhos e curiosidades do local. Também brincavam com os materiais recicláveis, explorando, conhecendo, modificando e ressignificando os mais diversos objetos que eram encontrados.

Uma cadeira quebrada servia como uma cadeira e, logo depois, se tornava uma casa onde dorme o bebê balão d'água. Ao mesmo tempo, um lençol era armado em um galho e um papelão se tornava chão, para a hora de brincar de casinha. "Olha, tia, o que eu achei" é a frase que antecede o encontro com objetos que foram descartados, coletados, transportados, separados, mas que, por algum motivo, se perderam e se misturaram ao cerrado. De repente, as crianças começam a nomear os objetos encontrados, buscam à mente suas funções, comparam os nomes dados aos de origem dos objetos, e, na mesma velocidade, esses objetos se desfazem em pedaços nas mãos curiosas das crianças. Isso porque a criança brinca "com o que tem à mão [que transforma em brinquedo] e com o que tem na cabeça [a sua imaginação]" (BROUGÈRE, 2001, p.105).

Figura 29 - Brincando de Quiz (jogo de perguntas e respostas) com balão d'água no Ponto 5.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

O brincar das crianças dentro da ocupação era emancipado, porque elas possuíam autonomia para modificar, intervir e desconstruir os espaços e os objetos durante a brincadeira. O local permitia isso, por ser uma área verde, de natureza, mas também porque a criatividade e a imaginação são formas de resistência da infância. Além disso, as crianças na ocupação nem sempre estavam sob vigilância de adultos. Mesmo sob vigilância, elas possuem bastante autonomia para agir enquanto crianças.

Essa autonomia relativa permitiu que as crianças se aproximassem dos agentes voluntários do BSB Invisível e criassem a Escola do Cerrado. Ao ver os voluntários realizando ações sociais no espaço, elas tinham curiosidade de conhecê-los e estavam abertas às pedagogias da infância com que eles atuavam, que eram baseadas no acolhimento a partir da brincadeira. As crianças da Ocupação do CCBB são alegres, criativas, curiosas e inteligentes, por isso logo foi criado, a partir das relações afetivas entre elas e os agentes voluntários, um espaço de pertencimento em comum: a Escola do Cerrado.

A relação entre as crianças e os agentes voluntários acontecia por meio das trocas de saberes, da prática da escuta sensível, das pedagogias da

infância, da Arte, com a participação, e da produção artística em múltiplos meios. As crianças da Ocupação do CCBB participaram de muitas ações intervencionistas em seus territórios de existência por meio do contato com agentes voluntários que atuam por meio de metodologias decoloniais. Esse convívio com os ativistas e voluntários e com o movimento de catadores de materiais recicláveis contribuiu para a construção do imaginário político das crianças da ocupação.

As crianças, que muito brincavam, também precisavam estudar. O ano letivo de 2021 estava em andamento, com as escolas fisicamente fechadas e as aulas acontecendo remotamente. As escolas públicas do Distrito Federal prepararam fichas impressas para as crianças em situação de vulnerabilidade e/ou que não possuíam acesso adequado a dispositivos eletrônicos e internet para acessar as aulas. Portanto, as crianças da Ocupação do CCBB, que não possuíam condições estáveis de vida, precisavam estudar sozinhas em casa, fazer suas atividades e retorná-las à escola. Com isso, muitas corriam o risco de reprovar o ano letivo. Foi para tentar amenizar os danos causados na aprendizagem de três crianças, inicialmente, que surgiu a ideia das aulas de reforço escolar com as agentes voluntárias do BSB Invisível.

As demais crianças da ocupação se aproximaram ao ver que práticas não adultocêntricas aconteciam em uma área de cerrado chamada de "Ponto 1", devido à sua localização próxima ao Trecho 1 (via de acesso ao local). Assim iniciou o movimento de acolhimento das crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica através do acompanhamento pedagógico e reforço escolar, que as próprias crianças da Ocupação do CCBB chamaram de Escola do Cerrado.

A Sociologia da Infância entende a infância como construção social (JAMES & PROUT, 1990), geracional e estrutural (QVORTRUP, 2010) e entende as crianças, referentes empíricos da infância, como atores sociais (SARMENTO, 2004a) e produtoras de culturas da infância (SARMENTO, 2004b). Nessa perspectiva, Ferreira (2002) assinala que esse campo de conhecimento reconhece o "ator-criança" e confere às crianças o poder de parti-

cipação social, além de legitimar as ações que já são articuladas por elas. Foi somente após o surgimento da Sociologia da Infância que as crianças passaram a ser compreendidas como seres ativos e participativos em seus processos de vida, enfim, como atores sociais. Ao considerar a criança como ator social, assume-se que a criança é portadora de ação/agência.

Até a década de 70 do século 20, o estatuto de ator social era subestimado inclusive em relação aos indivíduos humanos adultos. Compreendia-se que o comportamento humano (ação social) resultava de forças sociais (estruturas) que os sujeitos não compreendiam nem controlavam (GIDDENS, 1979). O sociólogo francês Alain Touraine destaca o surgimento de “novos movimentos sociais” em que “novos atores sociais” passam a se manifestar nas lutas por seus direitos e emancipação social (MARCHI, 2017, p. 620).

Hoje compreende-se o conceito de agência a partir de autores da Sociologia da Infância – “um novo campo de estudos, que se diferencia de outras disciplinas que, até então, tinham a infância e a criança como objetos de estudo subsumidos nas instituições família e escola” (MARCHI, 2017, p. 621). Para Ferreira (2002), mais do que um “regresso do ator”, é a “descoberta do ator criança” que está em causa na Sociologia da Infância.

A passagem da compreensão da criança como objeto ou produto da ação adulta para a de um também agente de sua própria socialização é a grande mudança que se estabelece, e essa competência interacional que, mesmo as crianças muito pequenas possuem, constitui o que Bühler-Niederberger (2010, p.159) chama de “paradoxo da socialização”, já que se trata de um processo que só se concretiza se “todos os participantes são atores sociais capazes”. (MARCHI, 2017, p. 621).

A descoberta do ator-criança²⁹ confere às crianças o poder de participação social e legitima suas ações, independentemente dos adultos ou de

29. Oswell (2013), em recente análise sobre essa questão, assinala que não se pode considerar o conceito de agência infantil como um “rótulo” ou algo que as crianças, individualmente, “possuam”, como um “poder” a ‘He-Man’ (‘Eu tenho a força!’), mas que essa ação é sempre coletivamente engendrada (tem origem nos ‘nós’ e não no ‘eu’), estando apoiada em uma rede de disposições humanas e não humanas” (MARCHI, 2017, p. 628).0

a Sociologia admitir sua atuação no social a partir da sua emancipação como atores sociais, porque as crianças agem mesmo quando os adultos não estão cientes, cabendo a elas seu poder de agenciamento. As crianças participam do social e sobre elas constituem subjetividades passíveis de individualização, porque também são seres políticos socializados³⁰.

A Sociologia da Infância rompe, assim, com as abordagens clássicas da socialização que veem as crianças como seres passivos no processo educativo, o que fez com que o estatuto de ator social lhes tenha sido historicamente negado. Pode-se dizer que, nessa disciplina, o “paradigma da criança-ator” opõe-se, desse modo, ao “paradigma da produção do adulto”. (BERNARD-BECHARIES apud MARCHI, 2017, p. 621).

Segundo Marchi, as críticas acerca do conceito de “agência da criança” ou a “criança como ator social” podem ser sintetizadas por alguns argumentos. O primeiro seria porque o conceito não é analisado nas pesquisas que o utilizam e o tomam como um fato ontológico naturalizado. Outro argumento seria que o conceito é etnocêntrico e tem viés de classe, porque enquadra apenas a vida da criança “individualizada” (com direitos a direitos) dos países europeus (do Norte ou do “mundo Maioritário”). Por último, o conceito seria um rótulo, um passaporte para o financiamento de pesquisas ou de pertencimento ao campo dos estudos sociais da infância.

No contexto das críticas apontadas por Marchi, Delalande (2014) assinala que “exercer sua agência assume desfrutar de alguma autonomia e implica o reconhecimento e aceitação pelo poder infantil do adulto para agir. Adultos permanecem sempre os que autorizam ou não as crianças a serem autores” (2014, p.2).

Também Bluebond-Lagner e Korbin sugerem que:

30. “Jenks (2002) assinala: a criança não socializada ameaça colapsar as ordens sociais; assim, no campo teórico essa ameaça foi mitigada pelo arquétipo da criança como proto-adulto e da remoção de sua prática (ação) social pelas teorias da socialização. Às crianças está destinado, então, que fiquem em ‘suspensão’ como membros da sociedade até que sua socialização/educação esteja completa.” (MARCHI, 2017, p. 620).

A coexistência da agência e vulnerabilidade influenciam em como nós conduzimos a pesquisa com crianças e seu impacto em nossas responsabilidades éticas com as crianças em nossos estudos e com as que irão ocupar futuramente o espaço da infância (BLUE-BOND-LAGNER e KORBIN, 2007, p. 242. Tradução nossa).

Mizen, Phil e Yaw Ofosu-Kusi (2014) discutem agência como vulnerabilidade explicando a ida das crianças para as ruas. Advertindo que:

Apesar de toda atenção que lhe foi dada, o conceito [agência] continua sendo curiosamente negligenciado. Esta negligência tem origem na elaboração original do novo paradigma. Acreditamos que para preencher essa lacuna, o conceito de agência é rotineiramente confundido com a habilidade das crianças de ‘escolher e fazer coisas’ (MIZEN, PHIL E YAW OFOSU-KUSI, 2014, p. 84).

Os mesmos autores acrescentam ainda que “apesar de toda influência que o conceito de agência exerce sobre os estudos da infância [...] ‘o que está menos claro é o grau de agência, o impacto dessa agência, muito menos a natureza dessa agência [...] individualmente ou em grupos’. Essa ambiguidade já pode ser identificada na elaboração do novo paradigma por Prout & James” (2014, p. 85).

James e James (2008, p. 9) definem agência como a ‘capacidade de crianças e jovens fazerem escolhas sobre as coisas que fazem e de expressarem suas próprias ideias’. Já estrutura social se relaciona, segundo os autores (2008, p. 137), à organização social e às instituições, que circunscreveriam as relações sociais. James e James (2008) ainda assumem que qualquer sociedade é construída em torno de instituições sociais, embora a natureza destas instituições sempre variará” (JAMES e JAMES apud MILLER e SALGADO, 2015, p. 111).

Significa dizer que, no contexto dessa investigação com crianças-atores e tendo em vista o contexto de vulnerabilidade social, a necessidade de associar estrutura e agência social da infância, considera-se que:

[...] enquanto o estudo da estrutura enfatiza as semelhanças da infância e dos elementos da vida social que crianças compartilham, o foco na agência enfatiza a diversidade de infâncias individuais e a importância de reconhecer as crianças como atores sociais, com tudo isso que implica competência, cidadania, participação e direitos (JAMES e JAMES, 2008, p. 139).

Isso posto, assume-se que a agência, na Sociologia da Infância, permite pensar o mundo das crianças a partir da estrutura – movimentação de voluntários, relações institucionais, contexto espacial, temporal, de classe, gênero e, em especial, a questão geracional. Nessa investigação, o processo de conhecimento da ação/agência das crianças-atores considera a estrutura de vulnerabilidade na qual elas estão inseridas no contexto da Ocupação do CCBB, assim como na Escola do Cerrado.

Figura 30 - “A bomba”.



Fonte: Léo, vídeo-performance, 2022.

Considerando que as crianças possuem certa autonomia para modificar suas realidades, as crianças atores-sociais desta investigação possuem um lugar de protagonismo da criação do coletivo/associação Escola do Cerrado e da visibilidade das ações de derruba que movimentaram redes de ativistas, ONGs, associações e voluntários em prol de sua proteção.

Neste estudo, priorizam-se as ações coletivas das crianças, não as crianças em si, no plano individual. Os movimentos de resistência contra as ações de despejo e derrubada da Ocupação do CCBB em 2021 foram protagonizados pelas crianças a partir da troca de saberes e relações de afeto, educação, cuidado e amparo com ativistas e voluntários. Penso, então, que, para conseguir dar conta de uma investigação participativa e emancipatória, é preciso encontrar um meio de proporcionar equilíbrio de poder de agência entre os sujeitos da pesquisa, pensando suas identidades e diferenças.

Então surgem as dúvidas: “as práticas emancipatórias levam em consideração a participação política de crianças no desenho da paisagem do espaço público?” e “Pode-se afirmar que as crianças do cerrado constituem agência emancipada?”. Segundo Fernandes (2017, p. 250), a perspectiva do paradigma da emancipação da criança é criticada por falhar no reconhecimento empírico acerca do desenvolvimento infantil e porque evidências demonstram que as crianças necessitam ser protegidas. No entanto, a autora afirma também que é necessário considerar que a experiência de vida da criança é um indicador mais fiável do que a idade para a determinação do grau de compreensão das mesmas.

A resistência formada contra a derrubada da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado fortaleceu a consciência política e de classe na infância dessas crianças. Foi fundamental conhecer suas perspectivas e narrativas dos deslocamentos que percorreram para pintar a história da derrubada da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado, a partir da imaginação da criança na paisagem política. Atualmente, parte das crianças da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado estão vivendo sob auxílio-aluguel em casas e quitinetes no Distrito Federal. Muitas crianças continuam vivendo na Ocupação do CCBB mesmo após as últimas derrubadas.

3.2 A OCUPAÇÃO DO CCBB

A Ocupação do CCBB é, primeiramente, um vasto lote de terra, coberto pelo bioma cerrado, localizado em Brasília, no Distrito Federal, próximo ao Congresso Nacional e à Vila Planalto. A Vila Planalto e a Ocupação do CCBB estão separadas por extensas áreas de cerrado, o que faz com que a paisagem da Capital Federal seja longitudinal e possua bastante profundidade atravessada por campos e parques verdes. Essa paisagem provém do desejo concreto da experiência visual monumental de Lucio Costa, para quem “monumental” não seria no sentido de ostentação, mas no sentido de “expressão palpável daquilo que vale e significa”³¹.

A área de cerrado na qual está localizada a Ocupação do CCBB não possui infraestrutura básica, como sistema de esgoto e água. A eletricidade é puxada de um poste de iluminação pública. A água é buscada no Lago Paranoá e armazenada em tambores para utilização em banhos e preparo de alimentos. As ocupações do Plano Piloto possuem suas formas de se organizar e maneiras de habitar os espaços singulares a cada uma delas. Algumas estão em áreas comerciais e centrais, outras em *entrequedras* da Asa Sul e da Asa Norte. Essas ocupações acontecem em espaços urbanizados e em espaços de área verde. As ocupações urbanas ficam mais visíveis e possuem tempo curto de permanência nos espaços. As ocupações rurais ficam dentro de áreas menos visíveis do cerrado e em locais mais afastados de áreas comerciais e residenciais, conseguindo resistir por mais tempo.

Dentre as ocupações nas áreas de cerrado, existe a Ocupação do CCBB, que é ocupada por famílias compostas por trabalhadores formais e informais que atuam na coleta e separação de materiais recicláveis, sendo elas naturais de Brasília ou migrantes de outros estados do país. A Ocupação do CCBB está localizada na Asa Sul, próximo ao Lago Paranoá, bairro alvo de grande especulação imobiliária no Distrito Federal. Está a 1 quilômetro do Palácio do Planalto, sede da Presidência do Brasil.

31. Relatório do Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lúcio Costa, vencedor no Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 1956.

A Ocupação do CCBB está dividida pelos próprios ocupantes em “Pontos”, que se referem aos nomes das avenidas próximas (Trechos) próximas à área de cerrado em que estão localizados e/ou à ordem de ocupação após deslocamentos internos à ocupação. Dentre os Pontos ocupados, estão: o Ponto 1, onde estava localizada a Escola do Cerrado antes de sua derrubada; o Ponto 2, que está localizado próximo ao Ponto 1 e ao Trecho 2; o Ponto 3, que também está localizado no Trecho 2; o Ponto 4, localizado ao lado do Centro Cultural Banco do Brasil e do Trecho 4; e o Ponto 5, que está localizado no Trecho 3.

Os territórios, nesta investigação, estão sendo observados enquanto zonas de conflitos de onde as crianças da pesquisa se viram obrigadas a se deslocar em busca de sobrevivência e melhores condições de vida humana. A obrigação de deslocar-se é o que está sendo chamado de deslocamento territorial forçado, pois ela é acionada a partir de demandas externas aos desejos da comunidade que se desloca. O deslocamento territorial forçado é, neste contexto investigado, uma reação às violências sofridas pela comunidade da Ocupação do CCBB por parte do governo. Além dos conceitos de território, nesta investigação, serão elaborados alguns sentidos possíveis sobre os conceitos de fronteira e deslocamento para esse contexto.

Para essa pesquisa, interessará olhar para o território onde o campo de pesquisa foi realizado a partir dos conceitos de *território*, *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*, em Deleuze e Guattari (1995), e a partir dos geógrafos brasileiros Haesbaert (1997) e Souza (1995).

Segundo Deleuze e Guattari,

[...] as desterritorializações e reterritorializações não determinam as modificações, mas determinam estreitamente sua seleção. Por outro lado, toda modificação tem seu meio associado que, por sua vez, provoca tal desterritorialização em relação ao meio de exterioridade, tal reterritorialização em meios interiores ou intermediários” (DELEUZE, 1995, p. 70).

Haesbaert e Souza trazem contribuições para as dimensões espaciais voltadas ao conceito de território, que se revela a partir de processos de dominação em termos de produção material e em termos jurídicos-políticos. Haesbaert (1997, p. 39-40) demonstrou três empregos recorrentes do conceito de território, sendo eles: o território político-jurídico, representado pelo Estado-Nação; o território econômico, relacionado a fontes de recursos, fruto do embate entre “classes sociais e da relação capital-trabalho”; e o território cultural, tomado enquanto produto da apropriação simbólica e/ou da identificação no/com o espaço.

Rogério Haesbaert (SAQUET, 2020, p. 129) apresenta uma concepção que denomina de *integradora*, ou híbrida, entre as dimensões *material* e *ideária* do território, com ênfase nos processos culturais e políticos. Para ele, o território é também “um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar” (HAESBAERT apud FUINI, 2017, p. 20). Segundo Haesbaert, “o território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e cultural) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifestam os processos de desterritorialização” (idem).

Souza (1995), por sua vez, critica o reducionismo imbricado na associação entre território e espaço gerido pelo Estado e ocupado por uma nação. O autor conceitua território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78-79), não propriamente o espaço concreto em si, sendo esse o substrato material onde se projetavam as relações sociais.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p.ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p. 81).

Os fenômenos observados acerca do território ao longo da pesquisa revelam que a territorialização da Ocupação do CCBB sobre a área de cerrado faz com que esse seja um território cultural. Outro fenômeno observado acerca do deslocamento forçado na Ocupação do CCBB foi que, na maioria das vezes, o deslocamento acontece dentro do mesmo território, o que faz com que a ocupação se desmantele momentaneamente, mas logo comece a se reconstruir e reocupar. Esse fenômeno acontece há mais de 40 anos, quando as primeiras ocupações daquele território estão datadas, conforme é possível observar a partir de relato coletado de alguns ocupantes e ex-ocupantes, como também no documentário “Tempo de Derruba”.

Após a derruba, algumas famílias conseguiram se inscrever no programa habitacional que as contemplou com auxílio-aluguel emergencial no valor de 600 reais. O auxílio iniciou em junho de 2021. As famílias que estão no final do auxílio vivem em constante ameaça de ter que retornar para a Ocupação do CCBB, porque, com o constante atraso nos pagamentos das parcelas, correm risco de despejo por parte dos proprietários dos imóveis que alugam.

4.1 BSB INVISÍVEL (DF)

A atuação do BSB Invisível dentro da Ocupação do CCBB foi além do proposto a realizar enquanto agência, com isso a Escola do Cerrado foi criada como seu “braço pedagógico”. As pessoas que compunham esse coletivo, além das ações diretas, também sabiam gerir projetos, compreendiam as mídias digitais e sabiam como subvertê-las a favor do engajamento político por via de doações, utilizavam as redes sociais enquanto meio de comunicação para propagação de visões de mundos e realidades diversas como modo de habitar as mídias sociais e utilizá-las para denunciar condições que as mídias tradicionais não alcançam.

O BSB Invisível foi criado em 15 de julho de 2018 por uma de suas atuais diretoras, a ativista Maria Baqui. A organização sem fins lucrativos surgiu para diminuir a invisibilidade social da população que está em situação de rua, dando voz e mostrando suas realidades, com o intuito de diminuir os tabus e o preconceito construídos em torno dessas pessoas, para, com isso, diminuir as desigualdades sociais e econômicas e suas consequências sobre essas vidas e modos de vida, por meio da criação de um canal de comunicação que suporta relatos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em condição de ocupação ou em situação de rua.

O objetivo do BSB Invisível é, portanto, abrir espaço para que as pessoas que estão em situação de rua possam falar sobre seus universos a partir de suas próprias vozes e narrativas. Segundo Maria Baqui, em entrevista concedida como material de análise para esta investigação, geralmente, quando se fala sobre

a população em situação de rua, suas histórias são contadas por terceiros, ou seja, alguém fala por elas.

Com isso, o BSB Invisível se propõe a quebrar esses paradigmas através de ações sociais e também busca resgatar a autoestima dessa população, fazendo com que suas vozes sejam ouvidas, bem como suas histórias, seus relatos de vida, pedidos de ajuda ou denúncias e, com isso, que essas pessoas se sintam parte da sociedade e humanizadas, por meio de suas histórias e de seus relatos de vida. O BSB Invisível é muito importante nesse contexto porque o movimento de proteção à ocupação foi acionado por meio da página em rede social da associação, que atua por meio de mídias digitais e produz vídeo, fotografia, áudio, texto, filme com a temática de denúncia de violências sociais sobre as populações vulneráveis no Distrito Federal.

A aproximação do BSB Invisível com a Ocupação do CCBB começou em 2019, na Páscoa, quando realizaram uma grande ação comemorativa naquela ocupação. De acordo com Baqui, no local havia muito mais de 34 famílias, contagem anunciada durante as ações de derruba de 2021. A ativista conta que, após essa ação, os agentes voluntários do BSB Invisível começaram a frequentar a Ocupação do CCBB todo fim de semana. O BSB Invisível atua constantemente no contexto da Ocupação do CCBB e das famílias da ocupação com doação de cestas básicas, móveis e demais necessidades solicitadas que possam ser amparadas.

Eles começaram a estabelecer um grande vínculo com as famílias. As demandas internas começaram a aparecer, sendo possível compreender os modos de vida de cada ocupante e entender como acontecia a organização da ocupação. Com isso, os agentes voluntários e a população ocupante da Ocupação do CCBB passaram a ter uma relação de proximidade, movida por trocas de saberes e afetivas. Baqui explica que eles começaram a ter um carinho muito grande com as crianças, com os pais, com os adultos que não tinham filhos e com os animais dali. No início da pandemia, surgiu a proposta por parte de algumas crianças-ocupantes de se consolidar uma ajuda pedagógica, porque a maioria delas não tinha acesso às tecnologias para frequentar as aulas remotas.

4.2 A ESCOLA DO CERRADO

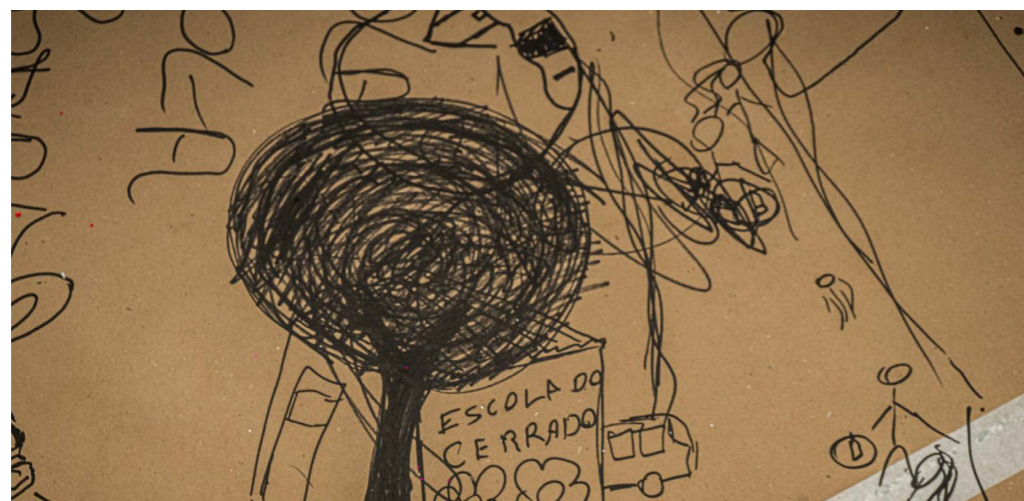
A Escola do Cerrado (E.C.) “brotou” (conforme fala dos atores envolvidos) em julho de 2020, debaixo de uma árvore, dentro de uma ocupação próxima ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), para auxiliar as crianças moradoras da ocupação com as atividades escolares que aconteciam de forma remota durante o primeiro *lockdown* devido à propagação da Covid-19.

Figura 31 - Registro de desenho realizado na parede da Escola do Cerrado por Juninho horas antes de sua derrubada.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Figura 32 - Registro de desenho feito durante a ação coletiva “Museu Ocupação” no Museu de Arte de Brasília.



Fonte: Acervo pessoal (2022).

A iniciativa foi da ativista e educadora Rafaella Sereno, aos 21 anos de idade, diretora da organização sem fins lucrativos Brasília Invisível, conhecida como BSB Invisível, no intuito de acompanhar, inicialmente, três crianças em seus estudos remotos durante a pandemia. Assim, a Escola do Cerrado surgiu como um braço pedagógico do coletivo BSB Invisível, estabelecendo uma relação intermediária com as escolas nas quais as crianças moradoras da Ocupação do CCBB estavam matriculadas.

Figura 33 - Registro de encontro pedagógico na primeira Escola do Cerrado em 2020.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CNnRZ0cFawz/>

As agentes voluntárias da E.C. buscavam as atividades impressas para ensino remoto fornecidas pelas escolas públicas no período em que ficaram fechadas e as levavam para as crianças na ocupação. Elas mesmas ensinavam os conteúdos às crianças e auxiliavam nas atividades, devolvendo-as na escola para serem corrigidas por suas professoras regulares. A E.C. se articula a partir de um conjunto de ações de risco, que podem ser observadas e sinalizadas do ponto de vista físico – falta de condições sanitárias e de moradia – e simbólico – as relações de poder entre governo e os ocupantes.

Essas ações acontecem via agentes voluntários com a comunidade na qual estão inseridos e pensam nas abordagens éticas e morais que são levadas

de dentro para fora do campo, buscando vias diagonais para atravessar as controvérsias do campo de investigação. Isso não significa afirmar que não há contradições nessa abordagem, especialmente porque, entre a relação de ativista ou atuante no social e crianças em condição de vulnerabilidade, há um enorme contraste no que diz respeito ao poder de agência.

Figura 34 - Registro de encontro pedagógico para realizar as fichas enviadas pela escola pública.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A área em que as crianças estudam é a mesma em que vivem/dormem/moram, então a ação da Escola do Cerrado proporciona amparo no desenvolvimento educacional, mas também atua diretamente no convívio em seu ambiente doméstico, com suas ações reverberando para além do acompanhamento pedagógico. Isso significa dizer que a E.C. também atua no acolhimento a partir de outras frentes, como no auxílio ao acesso de serviço público, facilitando o acesso à saúde pública, transporte, educação, etc.

A E.C. se reestrutura constantemente e se modifica a partir das demandas dos indivíduos, tempo e espaço com que se associam. As modificações podem acontecer porque essas agências estão ativas, não são formas rígidas e cristalizadas, mas sim maleáveis. Por conta disso, as agências se modificam junto com seus agentes, que estão em movimento e são múltiplos,

são formados por bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos, que se relacionam a partir das atividades de reforço escolar, para que consigam acompanhar as aulas regulares do ensino público e não sejam ainda mais prejudicados por falta de infraestrutura. Além disso, considero que esse seja o principal risco: as crianças e suas famílias que ocupavam e ocupam o CCBB não possuem acesso à infraestrutura básica, como casa, banheiro, água para higiene pessoal ou filtrada, roupas limpas e alimentação, assim como acesso à rede de dados de internet pública.

A formação da E.C. conta com 7 diretoras, 13 coordenadoras, 28 educadores voluntários e 35 crianças do Distrito Federal matriculadas no projeto. Ao todo, já foram atendidas 50 crianças desde sua abertura. Dentre as 35 crianças atendidas atualmente, oito delas são originalmente da Ocupação do CCBB e estão vivendo em casas alugadas pagas com auxílio-aluguel fornecido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB); 4 crianças continuam na Ocupação do CCBB. As demais crianças da Ocupação do CCBB que fizeram parte da criação da E.C. voltaram para seus estados de origem, continuaram migrando de estado ou estão morando com parentes, conforme observado até o momento.

Por iniciativa da E.C., as crianças conheceram o Centro Cultural Banco do Brasil em ocasião de visita a exposição. Também já foram ao parque de diversões Nicolândia, ao Cine Drive-in, a um parque aquático, ao Centro Cultural do Tribunal de Contas da União, ao Centro Cultural Renato Russo, ao Museu de Arte de Brasília, dentre outros. Quando viviam na Ocupação do CCBB, a E.C. organizou, junto com o BSB Invisível, ação de banho coletivo com caminhão pipa e distribuição de itens de higiene pessoal. As crianças também frequentavam o Lago Paranoá, próximo à ocupação, para tardes de lazer e banho com as educadoras voluntárias. Além disso, elas participam de constantes eventos de celebração e partilha das datas comemorativas do calendário brasileiro, como Natal, Páscoa, Festa Junina e Dia das Crianças.

Assim como o acolhimento via educação surgiu por uma demanda de dentro da Ocupação do CCBB, as demais demandas de cuidado e amparo àquelas famílias apareciam e eram passadas a uma rede de voluntários e

ativistas que buscavam auxiliar e facilitar a vida dessas pessoas. Além do BSB Invisível, outras ONGs e associações realizam constantes entregas de cestas básicas, itens de higiene pessoal, cobertores etc. Atuando para além do reforço pedagógico, a Escola do Cerrado realizou ações como auxílio às famílias que precisavam de ajuda no recolhimento de documentos para prestação de contas na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), auxiliando, assim, no recebimento de auxílio-aluguel em um primeiro momento.

A Escola do Cerrado atua por meio de pedagogias não adultocêntricas, estabelecidas na escuta da criança como metodologia de atuação em campo. A partir dessa escuta, é possível construir um acolhimento guiado pelas crianças, que nos levam ao brincar, pela caminhada pelo cerrado, exposição e busca por soluções de conflitos e do comprometimento com essas crianças. A Escola do Cerrado iniciou-se como um coletivo de gestão jovem com liderança distribuída, isto é, todas as posições são de ocupação coletiva. O projeto nasceu dentro de uma ocupação urbana como fruto da imaginação política e ativa das próprias crianças ocupantes e de jovens ativistas e voluntários do projeto BSB Invisível, que sabiam acolher, ouvir e brincar.

A iniciativa foi resposta a uma demanda do período pandêmico, pois o isolamento social ocasionou a migração do ensino presencial das escolas brasileiras para o ensino remoto. Para os alunos sem acesso às plataformas digitais, as escolas públicas ofereceram atividades impressas em fichas que deveriam ser retiradas na escola de cada aluno. Após a realização das atividades pelos alunos, essas deveriam ser devolvidas à escola para serem corrigidas. Os livros também podiam ser retirados como empréstimo. No entanto, os alunos sem acesso à internet também não tinham acesso às aulas e explicações sobre os conteúdos a serem respondidos.

A Escola do Cerrado fazia a intermediação entre os pais e/ou responsáveis e a escola pública para garantir que as crianças estivessem matriculadas e recebendo seus auxílios e benefícios, assim como forneciam, por inicia-

tiva própria, lanche diário e atividade direcionada para as crianças. Antes da derruba, de segunda a sexta-feira, as crianças da Escola do Cerrado, ainda morando na Ocupação do CCBB, possuíam acompanhamento em suas atividades remotas de 15h às 18h.

A seleção de educadores para cada dia era realizada de acordo com a disponibilidade para serviço voluntário. Cada dia da semana um coordenador ficava designado a levar o lanche coletivo, receber os educadores voluntários nos locais de aula (ou direcioná-los até os locais), distribuir os materiais a serem utilizados nas atividades e registrar em fotografia as aulas e a hora do lanche coletivo. Essas fotografias servem como registro das ações realizadas e como declaração de distribuição de verba doada por benfeitores.

As formas de organização da Escola do Cerrado já mudaram algumas vezes. Durante o retorno ao ensino público de modo presencial, as crianças frequentavam uma semana de aulas em suas escolas regulares e uma semana na Escola do Cerrado, acompanhando o modelo de revezamento entre presencial e remoto adotado pelas escolas públicas. Na semana em que elas tinham acompanhamento na Escola do Cerrado, as aulas aconteciam duas ou três vezes na semana, com educadores voluntários escalados para cada dia.

A escolinha, inicialmente formada dentro da Ocupação do CCBB, deslocou-se junto de seus alunos e passou a atuar em diversos locais do Distrito Federal. Isso aconteceu porque, após as ações de derruba da Ocupação do CCBB, as crianças vinculadas à escolinha foram para outras localidades, mas também pela proximidade dos voluntários com suas vizinhanças e micropolíticas, que trouxeram novas crianças ao projeto no segundo semestre de 2021. Algumas crianças em situação de vulnerabilidade moradoras desses lugares apresentaram, por iniciativa própria, interesse em estudar e solicitaram a participação no projeto.

Figura 35 – Publicação realizada na página do BSB Invisível_ sobre a arrecadação de verba para compra de Kombi após a 3ª derruba da Escola do Cerrado.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CQHJxNLleLb/>

Com essa nova demanda, surgiu a possibilidade de tornar a Escola do Cerrado um projeto itinerante através da compra de uma Kombi (via financiamento coletivo mobilizado por página na internet) e sua adaptação para se tornar uma escola itinerante. Porém os alunos já estavam em locais diferentes e as aulas remotas continuavam.

Os voluntários, então, passaram a ter maior autonomia para alargar os limites em que se circunscrevia a primeira escolinha, porque, assim como os alunos sofreram derrubas de suas casas, a escola também sofreu uma última derruba que fez com que suas ações acompanhassem seus alunos. Isso significa, na prática, que a Escola do Cerrado também passou a ocupar outros territórios, pois foram *desterritorializados* e *reterritorializados*.

O coletivo que gere a Escola do Cerrado é representado por três cargos de função compartilhada: diretoria voluntária, coordenação voluntária e educador voluntário. O Outro para quem a escola desenvolve suas atividades são os alunos, familiares e benfeitores que atuam via doação de dinheiro.

Todavia esse modelo encontrado para sua estruturação apresenta algumas controvérsias, pois os papéis acabam por ser espelhados a instituições de ensino regular. Isso acontece porque, por ser um projeto que surgiu de um *devir* coletivo, a escolinha não foi criada como uma ONG ou uma instituição, que possui uma estrutura de atuação e de representação, mas como um coletivo composto por crianças e adultos. O coletivo que compõe a escolinha passou por todos os deslocamentos observados nesta investigação na retaguarda da proteção das crianças para quem fornece os serviços voluntários e sociais de acompanhamento pedagógico.

O educador voluntário recebe os alunos designados e as fichas ou propostas de aula com as atividades a serem realizadas durante o turno no qual ele foi escalado. Ele tem relação direta com outros alunos e educadores voluntários que estão escalados para a mesma região, dia e horário. Além disso, tem contato com os diretores e coordenadores do coletivo via grupo de *WhatsApp* e reuniões on-line e presenciais.

O coordenador designado para determinado dia e local das aulas ficava responsável por algumas ações predefinidas, como: incentivar o envio de relatório de aula do educador voluntário sobre seu aluno designado; providenciar o lanche das crianças no valor de 7 reais por criança escalada; e mediar conflitos e solucionar problemas.

Em geral, os coordenadores têm contato com os alunos, com educadores voluntários e com as diretoras; realizam as atividades para as quais foram designados e ficam à disposição das demais demandas que surgem; participam de reuniões sobre a escala, as articulações de ações, o projeto pedagógico e demandas específicas. Os diretores atuam na gestão financeira; prestação de contas; relacionamento com os pais e responsáveis; relacionamento com as escolas públicas; distribuição de demandas internas; comunicação, mídia e gerenciamento de redes sociais.

O atendimento da escolinha é voltado para crianças em situação de vulnerabilidade e a vulnerabilidade aparece de diversas formas. No entanto, uma possível controvérsia seria chamar essas crianças, que estão em

condições análogas às da pesquisa, apenas de crianças em situação de vulnerabilidade, porque isso pode enrijecer o olhar para suas subjetividades e para suas condições de vida prática, que nesta investigação estão evidenciadas como um problema de saúde pública, econômico, urbanístico, social e que se estendem para o acesso à moradia adequada.

Esse enrijecimento é causado porque o uso do termo sem considerar os múltiplos modos de vida que são vulnerabilidades sociais pode classificar como iguais as diferentes formas de vulnerabilidade. Isso porque o termo “crianças em situação de vulnerabilidade” não localiza a quais vulnerabilidades essas crianças estão expostas.

Ações que viabilizam a busca por moradia segura e estável como direito humano básico e o acesso igualitário à educação será a trilha seguida nesta investigação atrás de rastros que possam compor a afirmativa de que essas crianças acionaram as suas micropolíticas em defesa de suas vidas e de melhores condições e, dessa maneira, protagonizaram o movimento de resistência da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado, que aconteceu simultaneamente às aprovações de leis que impediam ações de despejo durante a pandemia.

As crianças do cerrado são pensadas como crianças-atores, pois elas agem e modificam suas agências a partir de suas associações com atores humanos e não humanos, por meio de sua participação na paisagem política do Distrito Federal. Para compreender melhor esses atores, foi realizado um recorte das vulnerabilidades que os cercam, destacando as que possuem em comum. Assim, escolheu-se como condição norteadora para a prática da pesquisa a questão da falta de moradia adequada, segura e estável e do deslocamento territorial forçado.

4.2.1 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CERRADO

A aproximação com o campo para a investigação do objeto de estudo foi realizada por meio do serviço voluntário, primeiramente como educadora voluntária e, depois, como coordenadora voluntária da Escola do Cerrado. As ações desempenhadas aconteciam duas vezes por semana na Ocupação do CCBB, em um primeiro momento. Posteriormente, as ações presenciais como parte desta pesquisa passaram a acontecer uma vez a cada 15 dias. A minha inserção no campo aconteceu por meio de uma multimetodologia cujo registro foi realizado por meio de diário de campo, fotografias, relatório de aula e cadernos de atividades.

A primeira parte da minha atuação em campo iniciou-se em março de 2021, por meio de processo seletivo para educadores voluntários. A seleção foi realizada após a primeira derruba, quando a Escola do Cerrado estava sendo reerguida por meio de uma ação social entre o BSB Invisível, a Escola do Cerrado, o Movimento do Bem Viver e a Ocupação do CCBB, para reiniciar suas atividades, o que gerou os primeiros movimentos de denúncia realizado por mídias independentes que conseguiram dar repercussão à situação da ocupação e a acessar a comunidade que vive no entorno dela.

Houve a seleção de educadores voluntários, que não precisavam ser graduados em curso superior, mas precisavam ter conhecimento dos conteúdos escolares e disponibilidade para oferecer aulas de reforço para as crianças da Ocupação do CCBB. As aulas nunca foram retomadas dentro da escolinha porque, no primeiro dia de aula, iniciou-se a segunda derruba.

Após a derruba e as ações que foram movidas durante as derrubas, as atividades da escolinha voltaram a acontecer no chão, sobre lonas, toalhas, casacos e sacolas, próximas às barracas³² em que as famílias viviam. Sempre buscamos sentar debaixo de alguma árvore para fugir do sol. As

32. Barracas de acampamento compradas por meio de mobilização social através do grupo de WhatsApp “Solidariedade CCBB”, que, devido ao alargamento do alcance das ações mobilizadas após as derrubadas da Ocupação do Cerrado, passou a se chamar “Solidariedade BSB”.

crianças que conseguiam estudar tendo outras crianças por perto costumavam sentar na mesma área. Algumas crianças demandam mais atenção e diálogo e gostavam de explorar os espaços de cerrado com os educadores e buscar por locais onde gostariam de estudar. As crianças estavam muito conscientes da agressão que estavam sofrendo por parte do Estado, com a derrubada de suas moradias e danificação de seus pertences, além da indignação por causa da derrubada da Escola do Cerrado.

A prática da escuta era fundamental na atuação do educador voluntário da escolinha durante o período em que estavam em deslocamento. As crianças da escolinha nos aguardavam para lanche, estudar e brincar, e sempre tinham muito a conversar, mundos a nos mostrar e compartilhar – músicas, brincadeiras, passinhos de dança no estilo “tik tok”, lugares especiais do cerrado, apostar corrida, passeio de bicicleta, idas ao Lago Paranoá para tomar banho e lazer, contar histórias, contar casos, brigas e conflitos a serem mediados e muita curiosidade sobre o universo.

As decisões metodológicas e os recursos didáticos utilizados para auxiliar no acompanhamento pedagógico das crianças são partilhados durante reuniões entre os educadores, coordenadores e diretores. Os educadores voluntários também escrevem os relatórios das aulas no final de cada encontro com as crianças e os publicam em pasta de armazenamento digital e compartilhada, para que todos os participantes do projeto tenham conhecimento dos obstáculos, desenvolvimento e demandas de cada aluno.

Como já mencionado, depois das derrubadas, tanto as famílias quanto as atividades desenvolvidas pela E.C. se espalharam por “Pontos”. Após o primeiro deslocamento da ocupação depois das derrubadas de 2021, comecei a atender sempre uma mesma aluna, em turno diferente do turno de atuação da Escola do Cerrado, porque era mais compatível com a minha disponibilidade para estar em atuação voluntária. Atender a uma criança unicamente, com um projeto específico a ser realizado, me aproximou ainda mais tanto dela quanto de sua família – que também participava de algumas atividades propostas – e me possibilitou direcionar as ações de acordo com as necessidades que eram apresentadas no dia a dia.

Realizei o reforço no processo de alfabetização da referida aluna. A possibilidade de oferecer um reforço escolar extra como parte da Escola do Cerrado foi possível devido à minha disponibilidade para procurar entender o processo de alfabetização, o que ocorreu por meio da escuta em sala de aula da Leilah Neme, professora especializada em alfabetização. Os cadernos utilizados nas aulas de reforço escolar foram doados pela referida professora, que também me orientou e me auxiliou no preparo das atividades. Também me foram disponibilizados alguns recursos didáticos para facilitar o desenvolvimento das minhas atividades como educadora voluntária.

A criança-educanda de quem eu estava fazendo acompanhamento pedagógico não conseguia acompanhar as atividades demandadas pela escola pública devido às condições sociais impostas a ela. Como, por exemplo, reconhecer letras e seus sons, os números e as quantidades, embora estivesse cursando o 2º ano do Ensino Fundamental. Essa defasagem na aprendizagem estava afetando seu interesse nas atividades da escola regular em que estava matriculada, pois não se sentia apta a resolver as questões propostas, gerando muita ansiedade e baixa autoestima.

A minha mediação no processo de construção de conhecimento da criança-educanda foi estabelecida a partir de confiança e respeito mútuo desde a última derrubada da Ocupação do CCBB, em que os últimos barracos foram derrubados e as famílias migraram para outros Pontos ou outros estados.

Os “Pontos” se referem aos locais e trechos de cerrado por onde a ocupação se estendeu – é preciso considerar que a ocupação é segmentada devido à sua amplitude espacial, fazendo com que as famílias ocupantes fiquem invisíveis dentro do cerrado, condição que permite sua permanência e sobrevivência nos espaços por tempos mais alongados.

Nos primeiros dias do acompanhamento pedagógico, outras crianças, irmãos e primos da criança-educanda, brincavam e se entretinham com seus próprios universos enquanto estudávamos. Conforme o tempo foi passando e a minha presença se tornava mais recorrente, marcada por lanches para todos e materiais de arte que sempre carrego comigo, as ou-

tras crianças começaram a se juntar a nós, provocando um deslocamento do meu compromisso político e pedagógico da “criança-educanda” para “as crianças-alunas”³³.

A criança-educanda, de 7 anos, hoje com 8, tem quatro irmãos entre a faixa etária de 2 a 17 anos. Os dois mais novos têm 2 e 3 anos, com quem também realizei atividades e dinâmicas para que elas pudessem expressar suas linguagens e forma de expressão. E, nesse sentido, ampliar o vocabulário, dialogar com cores, formas e texturas, também brincamos de casinha e, nesses contextos, observei as interações entre as crianças e seus pares; as crianças e os adultos; as crianças e os objetos; as crianças e o território da ocupação; as crianças e a derruba; as crianças e o deslocamento.

Figura 36 - Com a frequente participação das crianças menores nos acompanhamentos pedagógicos, foram providenciados materiais específicos para crianças de 2 a 4 anos. Atividade realizada no “Ponto 5”.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

A partir dessas interações, pude observar que as crianças constroem sua autonomia em relação ao adulto, aos pares e aos objetos que as circundam, tendo em vista que elas significam e ressignificam o seu aqui e agora, dando sentido da infância ao mundo adulto no qual estão inseridas – o

33. Como já mencionado, inicialmente apenas uma criança-educanda participava do acompanhamento pedagógico. As demais crianças-alunas participavam do projeto Escola do Cerrado no período vespertino com as atividades realizadas coletivamente. Após a recorrência da minha presença na ocupação, o grupo se ampliou, tendo em vista que elas desejaram participar das atividades por mim desenvolvidas.

da ocupação. Perto das crianças, nada possuía o mesmo significado por muito tempo e logo se transformava para dar lugar a um novo objeto. Conforme Maria da Penha Teófilo (2021, p. 19),

“as crianças constroem significados acerca de seus mundos sociais, e a forma de significarem esses mundos é diferente dos adultos – elas constroem uma cultura própria. Isso porque “as crianças podem dar outros significados àquilo que os adultos só veem com seus olhos, limitados pelos sentidos que eles já elaboraram para diferentes acontecimentos do seu cotidiano” (Lopes, Mendes & Farias, 2005, p. 22), assim as crianças são seres culturais, e não meramente biológicos, que não são passivas diante da realidade em que estão inseridas, pois, estão sempre criando novos significados, ou seja, criando culturas, que as distanciam dos adultos e demarcam seu estatuto social (TEÓFILO, 2021, p.19).

O irmão mais velho da criança-educanda, com 15 anos, decidiu que não iria mais estudar com a Escola do Cerrado depois que finalizou suas atividades em fichas e a escola regular apresentou uma data para o retorno parcial. O irmão de 11 anos manifestou que gostaria de aprender apenas Arte comigo. Decidiu isso e passou a se sentar ao nosso lado. Quando foi seu aniversário, lhe dei de presente um livro chamado “O Fantástico Senhor Raposo”, de Roald Dahl. Ele leu o livro e depois falou que iria ser artista e que iria ilustrar livros.

Após as férias escolares de julho, as crianças haviam saído da ocupação e estavam em uma casa alugada na Vila Planalto, bairro próximo à Ocupação do CCBB. As aulas de acompanhamento na alfabetização passaram a ser quinzenais, porque as escolas públicas retornaram com ensino híbrido – em que as crianças frequentam presencialmente em uma semana e, na outra, estudam de forma remota. Realizamos apenas uma aula nessa casa, pois a família retornou para o cerrado após ser expulsa pelos proprietários do imóvel.

As dificuldades para uma família em processo de deslocamento são inúmeras. Os auxílios que o governo proporciona para aqueles que conse-

quem ser contemplados pelos benefícios não preveem os espaços possíveis de habitação para as famílias de acordo com suas realidades. O valor do auxílio-moradia, que é de 600 reais para cada família, força as famílias a se retirarem do centro da cidade e buscarem por moradia em bairros mais afastados e periféricos.

A convivência entre muitas pessoas em um espaço pequeno e compartilhado foi o motivo da expulsão da família das crianças-educandas da casa conjugada alugada, contendo 1 quarto, sala e banheiro, na Vila Planalto, onde viviam com 5 crianças e 2 adultos. Após serem expulsos, retornaram para a ocupação do CCBB. Assim como as crianças, eu, enquanto educadora voluntária, também retornei para a Ocupação do CCBB, pois uma das atuações do educador de borda é ir onde as crianças estiverem para realizar os encontros e as atividades.

Tivemos apenas uma aula nesse novo Ponto antes da família se mudar para uma quitinete, alugada em São Sebastião-DF com o auxílio-moradia da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB). Após a mudança das crianças para sua nova moradia, fui visitá-las ao lado de uma amiga, também educadora voluntária da Escola do Cerrado. Nesse dia fizemos brigadeiro, caminhamos pelo parque e fomos ao parquinho.

As atividades/aulas que sucederam com as crianças-alunas foram realizadas novamente na ocupação, porque sua família vive da coleta de materiais recicláveis e o cerrado é o seu local de trabalho. Assim, nos dias em que as crianças realizavam atividade/aula comigo, elas iam com seus pais de São Sebastião para o cerrado. A ida das crianças para o cerrado faz parte de seu cotidiano. Elas acompanham os pais a passeio, ao trabalho, para lavar roupa etc.

A Ocupação do CCBB é, para essa família, um ponto de apoio. Com a mudança da família das crianças-alunas para a região administrativa São Sebastião-DF, as atividades das crianças-alunas, atores desta pesquisa, ficaram menos frequentes, mas isso não inviabilizou a continuidade do trabalho com as crianças.

Também em setembro de 2021, a direção da Escola do Cerrado me solicitou a realização de aulas de reforço na alfabetização de mais uma aluna da E.C., que também vivia na Ocupação do CCBB durante as ações de derruba e que vive atualmente em casa de aluguel social, com sua avó, na Vila Planalto. Ao longo do processo, a referida criança-educanda e sua avó compartilharam memórias sobre a derruba comigo. Elas passaram pelas mesmas ações de derruba que as crianças com quem eu já havia iniciado o acompanhamento pedagógico desde março de 2021, porém tiveram experiências diferentes das outras crianças com quem eu já estava em contato. Diferentemente, para essas, os policiais foram aqueles que ofereceram apoio e acolhimento ao que estavam enfrentando durante sua permanência na Ocupação do CCBB.

Em novembro de 2021, a família das crianças-alunas que moravam em São Sebastião-DF, a qual acompanhei desde março de 2021, precisou retornar para a ocupação do CCBB. As crianças perderam o ano letivo, pois suas matrículas no sistema da escola pública foram remanejadas duas vezes, tendo em vista seus deslocamentos forçados – da Vila Planalto para São Sebastião; de São Sebastião para Vila Planalto –, o que nos permite perceber as diferentes esferas em que a derruba e a falta de moradia afeta na vida das pessoas que as sofrem, crianças e adultas.

Isso significa dizer que, para as crianças desta pesquisa, as atividades como educadora voluntária voltadas à alfabetização e ao acompanhamento pedagógico tomaram nova dimensão. As atividades da E.C. mediadas por mim voltaram a acontecer dentro da Ocupação do CCBB, tendo, agora, como referência a experimentação material e artística em nossas atividades. A prática de investigação em campo se encerrou neste período, quando estávamos novamente na Ocupação do CCBB, em um novo ponto, o Ponto 5, que me foi dito ser originalmente o Ponto 1.

Após o encerramento da prática de campo, continuei atuando como coordenadora voluntária na Escola do Cerrado e continuei com participação ativa. Durante o ano de 2022, realizei acompanhamento no processo de alfabetização com um outro aluno, que também é uma criança que passou

pela derruba e, em algumas aulas, com a mesma aluna com quem realizei a pesquisa durante toda a investigação. O reforço na alfabetização da minha aluna não teve continuidade, porque, após o último período de prática de campo, onde passamos a investigar Arte e matérias da Arte, a aluna passou por mais dois deslocamentos até chegar em sua atual moradia.

4.3 MOVIMENTO BEM VIVER (DF)

O Movimento do Bem Viver tem como objetivo acabar com a exploração, com as opressões e com a destruição da natureza para construir uma Sociedade do Bem Viver. Thiago Ávila e Sabrina Fernandes (2018) afirmam que enfrentar o capital para construir, em seu lugar, uma sociedade do Bem Viver é o principal desafio de nossa geração. Compreender esse fenômeno e impedir o avanço das forças de destruição através de uma ampla e variada resistência democrática é fundamental, segundo ele, pois a hegemonia conservadora e neofascista, como é o caso no Brasil, significa a intensificação da exploração, das opressões e da destruição do planeta, em outras palavras, o caminho oposto da sociedade do Bem Viver.

No Distrito Federal, o movimento tem como um de seus participantes o sócio ambientalista e ativista Thiago Ávila. Ele foi, durante as derrubadas da Ocupação do CCBB, uma figura de resistência, movimentação e midiatização dos eventos ocorridos. Ficou em vigília em cima do teto da Escola do Cerrado durante os dias de resistência e foi preso³⁴ por crime ambiental, ao lado de mais três ativistas, Caio, Érika e Pedro, ao final da ação, no dia 25 de março de 2021, após tentar impedir a ação da Secretaria da Ordem e Proteção Urbanística do Distrito Federal (DF Legal).

34. Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/07/5023309-justica-absolve-socioambientalista-que-tentou-impedir-despejo-em-ocupacao-no-ccbb.html>

Figura 37 - Abaixo-assinado contra a criminalização de Érika, Caio, Pedro e Thiago na resistência da Escola do Cerrado e da Ocupação do CCBB.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/COYx62mIY1o/>.

Thiago Ávila possuía liminar, assinada pela juíza Mara Silva Nunes de Almeida, que impedia a ação do Governo do Distrito Federal (GDF) no local durante a pandemia. Foi utilizada força policial violenta sobre os manifestantes e ocupantes e sua prisão foi filmada a partir de múltiplos ângulos, pois a derrubada movimentou muitos ativistas ao local e sua cobertura foi ampla e midiaticada. Em julho de 2022, saiu sua absolvição pela acusação de crime ambiental contra o despejo da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado.

Thiago Ávila convidou a arquiteta brasileira Talita Maboni para conhecer a Ocupação do CCBB e a Escola do Cerrado. Ela conta que se interessou pelo projeto porque atua nas áreas de arquitetura participativa, arquitetura nas comunidades e arquitetura emergencial.

Uma *vaquinha online* intitulada "Acolhimento Ocupação CCBB" foi realizada por Rafaella Sereno, diretora do BSB Invisível e da Escola do Cerrado, arrecadando 65.711,21 reais para a reconstrução da escolinha e para abrigar as

famílias da ocupação. Talita Maboni contribuiu com a Ocupação do CCBB criando projeto de arquitetura para reconstruir os barracos das famílias, que foram derrubados. Foram projetados também banheiros secos, já que não havia acesso a nenhum banheiro no espaço em que as famílias habitavam. Durante três semanas, a arquiteta ficou imersa dentro da ocupação, vivenciando e experienciando uma “grande força coletiva”, segundo ela.

A arquiteta conta que foi ao lado do palhaço e ativista Trevo (artista, político e palhaço) a uma loja em Ceilândia-DF para comprar material de construção. Em dois fins de semana, a Ocupação do CCBB foi reconstruída pelo Movimento Bem Viver. Sendo uma semana depois destruída novamente pelo DF Legal.

A partir desse contato, Maboni conheceu as “professoras” da Escola do Cerrado que, ao final da última ação de derruba, decidiram não reconstruir a estrutura física, mas sim uma Kombi itinerante para continuar levando aula e educação para as crianças em situação de vulnerabilidade. Assim, a arquiteta também desenvolveu um projeto de reforma e adaptação da Kombi para funcionar como escola.

Em 2022, Cássia e Ivania, ex-moradoras da Ocupação do CCBB e lideranças da Ocupação do CCBB, uniram-se à luta, ao lado do Thiago Ávila, no Movimento Bem Viver em Brasília, no Distrito Federal, e criaram um mandato coletivo do Bem Viver para concorrer a deputado e deputada federal. Nesse mandato coletivo, ao invés de uma pessoa como candidata, são 9 co-deputadas que dividem tudo, inclusive o salário. Caso eleitos, todos receberiam igual e uma parte do salário seria destinada para ações nos territórios

4.4 ESCOLA CLASSE 115 NORTE

A Escola Classe 115 Norte (EC 115 Norte) é uma escola pública do Distrito Federal que adota o conceito de comunidades de aprendizagem, desen-

volvido pelo educador português José Pacheco, que significa que toda a comunidade, as famílias e os moradores podem participar da Comunidade 115 Norte com propostas para a educação e aprendizagem dos alunos da escola. Portanto, a escola é conhecida pelo fácil acesso de comunicação com sua direção, que ocorre por meio de grupo público no *WhatsApp*, onde também acontecem debates e discussões da comunidade escolar.

Durante a segunda derruba da Escola do Cerrado e da Ocupação do CCBB, as crianças foram retiradas do local onde acontecia o conflito. Em alguns dias as crianças foram levadas ao Lago Paranoá, devido à sua proximidade com a ocupação; em dois outros dias, durante conflitos muito intensos, foi a Escola Classe 115 Norte que abriu suas portas para abrigar as crianças.

O acolhimento dessas crianças na EC 115 Norte aconteceu em dois dias, enquanto a Escola do Cerrado era derrubada, retornando à noite para dormir na ocupação. Dessa forma, as crianças fundadoras da Escola do Cerrado e da Ocupação do CCBB ficavam juntas, abrigadas, e não precisavam ver durante o dia seus pais sofrendo violência policial, enquanto suas casas eram derrubadas, suas coisas queimadas e enterradas, assim como a escola que haviam criado. A EC 115 Norte estava oficialmente fechada devido à pandemia e a migração do ensino presencial para o ensino remoto. Nesses dias, as crianças tomaram banho de mangueira e vestiram roupas limpas, brincaram no parquinho e no pátio da escola, assistiram um filme e fizeram todas as refeições. Essas tardes de acolhimento durante as ações de derruba eram chamadas de “passeio escolar” pela Escola do Cerrado, que coletava autorização prévia dos pais e responsáveis para retirar as crianças da ocupação.

O acolhimento que a E.C. 115 Norte ofereceu à Escola do Cerrado e, principalmente, às crianças que estavam sofrendo um processo de despejo e derrubada é uma referência para pensar o papel das instituições públicas que atuam no processo de educação social, porque considera-se nesta pesquisa que essas instituições devam agir na proteção da comunidade local quando em conflito, ou seja, quando ela precisa de proteção.

4.5 CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (CODHAB)

Agências públicas como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) também formaram agência no acolhimento das crianças da Ocupação do CCBB durante as ações de desalojamento de 2021, pois suas políticas possibilitaram a contemplação de famílias ocupantes com auxílio-aluguel.

Os benefícios concedidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) iniciaram no segundo semestre de 2021. Após cadastro no CRAS, administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), e atendimento aos requisitos, famílias puderam receber o benefício excepcional (aluguel social). Para quem necessita do benefício, é necessário procurar o CRAS por telefone ou pelo site. O benefício é excepcionalmente pago a pessoas em razão do desabrigo temporário. Segundo o portal do GDF, a família ou indivíduo pode receber até seis prestações mensais no valor de 600 reais.

Uma das lutas da comunidade moradora da Ocupação do CCBB durante a pandemia e motivo para sua permanência no espaço em barracas, mesmo após as derrubadas, era a espera por vaga de residência em unidade da Codhab, em que 7% das vagas são destinadas, segundo site oficial, para casos de vulnerabilidade social³⁵.

35. Ver: <http://www.codhab.df.gov.br/pagina/1>.

5. ANÁLISE DE DADOS

Essa pesquisa teve como objetivo compreender como a experiência com a Ocupação do CCBB, a Escola do Cerrado e, principalmente, com as crianças da ocupação e da escolinha, poderiam apresentar maneiras de planejar/sistematizar propostas educativas para atuar no acolhimento dessas crianças e de outras crianças em situações semelhantes às suas, ou seja, quando seus territórios de moradia estiverem sob ameaça ou conflito. Para conseguir trilhar em busca por respostas, foi preciso dar conta dos questionamentos que surgiram ao longo do caminho.

Não tentaremos analisar os produtos finais, um computador, uma usina nuclear, uma teoria cosmológica, a forma de uma dupla hélice, uma caixa de pílulas anti-concepcionais, um modelo econômico; em vez disso, seguiremos os passos de cientistas e engenheiros nos momentos e nos lugares nos quais planejam uma usina nuclear, desfazem uma teoria cosmológica [...](LATOURE, 2000, p.39).

No deslocamento territorial sofrido pelas crianças foi possível observar os primeiros dados onde atores humanos agiam por meio de ações ativistas e artísticas e foi possível observar quais atores não-humanos formavam agência no acolhimento dessa população, logo, das crianças. O acolhimento por via da arte aconteceu por meio de denúncias em formato de cartazes de cunho ativista, vinhetas de vídeo, filmes, clipes musicais e ações sociais cujas metodologias envolviam processos de criação coletiva.

Se tornou necessário, portanto, conhecer como essas ações foram realizadas, quem as realizou e também identificar quais atores estavam agenciados a elas para, com isso, pensar como a arte poderia ser uma agência no acolhimento para as crianças, com intuito de agir ativamente em prol de suas lutas e no intuito de fornecer apoio imediato para as crianças durante o evento de derrubada.

Foi então percebido que não há uma organização formalmente sistematizada e planejada que esteja preparada para proteger essas crianças em uma ação de despejo como foi a derruba violenta. Foi realizada uma ação de gestão emergencial e de risco, na qual as crianças foram retiradas temporariamente da ocupação e levadas para outro local sem conflito, a Escola Classe 115 Norte, onde as crianças puderam passar o dia, brincar, lanchar, sem que estivessem presentes na ocupação no momento em que suas famílias tentavam negociar suas permanências. A negociação também não foi acatada, logo suas casas foram derrubadas, pertences confiscados ou danificados. A Escola do Cerrado também foi derrubada, tendo seus poucos recursos destruídos ou apreendidos.

O conselho tutelar estava presente durante as ações de derruba observadas, mas não houve uma atuação significativa no amparo das crianças. Como a Escola do Cerrado surgiu a partir de um Coletivo, as relações entre as crianças e os ativistas não acabou após a derruba, porém, a escolinha do cerrado se tornou uma Associação foi criada a partir desse coletivo que passou a buscar amparo pedagógico e social em ações extra cerrado – fora do perímetro da Ocupação do CCBB.

Apesar da pesquisa não ter encontrado dados o suficiente para apresentar uma projeto de acolhimento emergencial previamente planejado e sistematizado das ações realizadas no amparo das crianças durante os eventos de derruba, o campo de pesquisa mostrou que a ação dos ativistas em proteção da ocupação e de sua população conseguiram agir como um acolhimento emergencial. Essa ação foi realizada via entregas de cestas básicas, organização de banhos coletivos, compras de roupas, brinquedos, materiais didáticos, retirada das crianças do local de conflito, aulas

e oficinas de conteúdos variados, entrega de itens de higiene pessoais. O amparo aconteceu também via organização de financiamento coletivo para reconstrução das casas e da escolinha do cerrado, após as primeiras derrubadas do contexto, e via acionamento de uma rede de ativistas que pudessem tentar impedir e negociar a remoção das famílias do local.

Com essas ações e com a atuação dos agentes em campo de pesquisa, foi possível perceber as principais características do lócus que devem ser levadas em consideração para o planejamento sistematizado de ações de acolhimentos para a população. Dentre essas características, destacam-se os aspectos físicos e geográficos da ocupação, como a característica de sua vegetação e de seu solo, o Cerrado, pois essas características podem influenciar nas escolhas de materiais didáticos utilizados em ações de educação não formal neste contexto, pois foi possível perceber que para a maior durabilidade dos materiais didáticos, o ideal seriam materiais que não fossem perecíveis às intempéries como chuva e seca, condições às quais essa população estava exposta sem infraestrutura básica.

A experiência com a Ocupação do CCBB e com a Escola do Cerrado também apresentou a necessidade de projetos sociais que possam estar sujeitos a ações de despejos e derrubadas de modo que essas ações não inviabilizem a continuidade do projeto. A Escola do Cerrado encontrou a kombi escolar como solução para conseguir apoiar as comunidades vulneráveis e promover continuidade no projeto, para não estar suscetível a sofrer derrubadas, enfrentando as adversidades apresentadas pelo campo sem que essas voltem a implicar na pausa ou interrupção dos projetos executados.

O campo também apresentou a necessidade da atuação de agentes durante ações de derrubadas e despejo que atuem a partir de metodologias artísticas e criativas e voltados especificamente ao amparo das crianças. Isso porque as ações de despejo foram observadas como ações violentas e traumáticas, nas quais as famílias passam por um processo de desterritorialização de seus sujeitos porque são retiradas de seus territórios, às forças, perdendo seus pertences, suas casas, etc. Com o amparo realizado por profissionais preparados, as consequências desses eventos poderiam

ter seus efeitos amenizados ou amparados, oferecendo lugar de pertencimento e expressão via arte para as crianças, enquanto suas famílias, ao lado de agentes também preparados, possam buscar por soluções legais para enfrentar as consequências da derrubada.

Foi percebido também que havia uma pluralidade de situações que levaram os moradores da Ocupação do CCBB a buscar o cerrado como moradia. O principal motivo observado foi o de refúgio, em que o cerrado era o lugar de apoio às suas vidas quando não tinham outra solução melhor para resolver seus problemas de moradia e financeiros.

Durante as ações de despejo, nem sempre a solução oferecida pelo Estado era ideal, como albergues e centros de acolhidas. Segundo os moradores da Ocupação do CCBB, os albergues não conseguiriam ampará-los porque as famílias se preocupam em morar coletivamente com desconhecidos, se preocupam com seus animais domésticos (cachorros e cavalos) e se preocupam, principalmente, com as suas crianças, pois teriam que deixá-las no albergue com desconhecidos para conseguir trabalhar. Além dos motivos supracitados, a população da Ocupação do CCBB vive do cerrado. Neste espaço, reúnem materiais recicláveis coletados no Plano Piloto, separam e vendem para reciclagem.

Em algumas mídias, foi encontrado o uso de um discurso que tratava a situação de rua como um problema de ordem pessoal, como uma desordem da pessoa, recusando-se a compreender que a crise habitacional é um problema estrutural. Ou seja, a falta de moradia seria “vista como ‘um fato desafortunado’, sem que se enfrente a questão estrutural da falta de moradia adequada que atinge de forma muito mais abrangente as populações empobrecidas” (RESENDE, V. M, 2020, p. 565-596).

Isso inclui retiradas violentas de pessoas em situação de rua, seu encaminhamento compulsório, explícito ou velado, a instituições, seu deslocamento forçado e o constrangimento a sua permanência no espaço público, muitas vezes justificados pela ideologia da civilidade. Em nome do bem-estar de “classes civilizadas”, as

“classes incivilizadas” são constrangidas em seus direitos e forçadas a esconder-se. Assim a cidade revanchista volta-se contra essas parcelas da população cujas condições de vida jamais são postas em questão, desde que ocultas nas periferias distantes, ou invisíveis aos olhos da elite. Seu retorno ao centro da cidade, contudo, parece intolerável. (Rev. Estud. Ling., 2020, p. 565-596).

Foi possível encontrar matérias em blogs jornalísticos, pessoais e em vídeos no Youtube cujo conteúdo ataca e vigia a população da Ocupação do CCBB. Em um deles, a autora escreve em seu blog destinado a política e economia celebrações pela derrubada da Ocupação do CCBB e associação da ocupação como a formação de “favela no coração de Brasília”. Nesse texto, ela se refere à derruba violenta como operações empreendidas pelo GDF para remover barracos e “escola fake criada por militantes de esquerda que querem usar os invasores para seus propósitos políticos”. Além disso, afirma que a pandemia era utilizada como desculpa para “manter a favela no cerrado” e afirma que “quem acha que tem que ficar em casa, que fique”, se referindo ao *lockdown* e isolamento social que estava em vigor durante o contexto.

Então a autora do blog afirma que, após a remoção, a área pública estaria sendo devolvida para a coletividade, porque ela havia sido invadida ilegalmente há anos. Então se referiu à remoção como limpeza da área, “restando ainda poucos barracos”. Para finalizar sua matéria, argumentou que “um dos problemas dessas invasões e de moradores de rua em Brasília é que há pessoas que ficam distribuindo cestas básicas para esse pessoal acampado e em invasões” e que isso seria um incentivo para mais invasões.

O filme, os vídeos, as fotografias e demais produtos culturais produzidos pela/com a população da Ocupação do CCBB atuam contra a argumentação dessa visão preconceituosa sobre seus modos de vida. Com esses recursos é possível ouvir a população e conhecer melhor sobre suas vidas e sobre suas visões de mundo. Por meio deles, é possível perceber que há coletividade neste modo de vida e nesse uso da área. É possível conhecer como se dá a relação dos moradores da ocupação com o solo, com a terra e a natureza. Existe aqui um duplo uso possível da imagem e da mídia.

Por um lado, as mídias de comunicação podem ser mantidas por visões elitistas e preconceituosas sobre o espaço urbano, sobre a coletividade e as subjetividades que os espaços produzem ou que são produzidas no espaço. Por outro, as mídias dão suporte para a propagação do contra-argumento que permite aproximar os espectadores das disputas sociais (que acompanham via noticiário e assistem reais batalhas através de lentes mediadoras) e acionam esses espectadores de modo que esses espectadores queiram atuar em sua proteção.

Foi observado o modo como os objetos e os materiais são ressignificados pelas crianças e pelos adultos dentro da Ocupação do CCBB. Os moradores encontram os objetos, os coletam para depois muitas vezes *hackeá-los*, ou seja, entender todas as partes de seu funcionamento, para então desmontá-los parte por parte. Essas partes são separadas em grupos organizados a partir da natureza dos objetos, por exemplo, *de papelão, de alumínio, de cobre*, etc. Os coletores de materiais recicláveis da Ocupação do CCBB buscam os objetos e levam até a ocupação, onde são desmontados e vendidos ou utilizados para construir as moradias da ocupação e para resolver problemas reais de seus cotidianos.

Foram encontradas múltiplas formas de registro da produção cultural da comunidade da Ocupação do CCBB. Ao estudar os dados coletados, foi possível conhecer uma face da Ocupação do CCBB em que ela pode ser compreendida como um possível território cultural, cuja função do Estado deveria ser proteger como um bem tangível e intangível, cultural e territorial, que sofre constantes tentativas de supressão de sua existência. Isso porque é possível, com base nos dados coletados, identificar e documentar a Ocupação do CCBB como um patrimônio cultural e, com isso, reconhecê-la como representativa da diversidade e pluralidade cultural composta por grupos formadores da sociedade, para com isso preservar os sentidos e significados atribuídos ao território.

Com esses dados, penso se a Ocupação do CCBB poderia ser revisada enquanto um território cultural porque os modos de vida e a produção de cotidiano e mundo lá dentro chamaram atenção dos atores do social e o

movimento que foi formado fez com que o espaço, que antes era chamado de “invasão”, passasse a ser um espaço a ser chamado de ocupação. Esse acontecimento foi simultâneo à descoberta pública da Ocupação do CCBB enquanto território cultural onde famílias vivem há mais de 40 anos, onde vida e ofício se misturam no ambiente doméstico, porque as famílias são coletoras de materiais recicláveis.

É possível, com base nos dados coletados, identificar e documentar a Ocupação do CCBB como um patrimônio cultural e, com isso, reconhecê-la como representativa da diversidade e pluralidade cultural composta por grupos formadores da sociedade, para com isso preservar os sentidos e significados atribuídos ao território.

Entende-se que, a partir das ações e atores observados nesta pesquisa, nasce um movimento político e social, dentro de uma comunidade em que, durante os atentados violentos que sofreu, foi amparada por ativistas, artistas, educadores e arte-educadores de diversos ofícios e formas de trocas de saberes. Esses atores puderam estar ao lado da população moradora da ocupação durante suas lutas, tendo a arte como recurso para enfrentar as violências sofridas e em busca de melhoria nas condições de vida.

Penso que essa pesquisa pode servir para que ativistas, com capacidades legislativas para proteger grupos vulneráveis, a utilizem como referencial teórico e histórico para buscar possíveis reparações do Estado para com a comunidade da Ocupação do CCBB. Dentre as possibilidades de reparação estão: 1. A contemplação dos ex-moradores da ocupação do CCBB com os apartamentos do programa Morar Bem da Codhab. 2. o tombamento do território cultural da Ocupação do CCBB, cuja identidade coletiva está imbricada no ofício de coleta de materiais recicláveis e de sua relação com a terra e a cidade; 3. O reconhecimento de que a violência utilizada nas derrubas violentas foi exagerada, pois o governo enfrentou com repúdio um movimento liderado por crianças em situação de vulnerabilidade e, por isso, é necessária a proteção dessas crianças, de suas famílias e de seus produtos culturais.

Essa pesquisa de Mestrado Acadêmico investigou como as agências da Arte e Educação foram formadas no acolhimento das crianças da Ocupação do CCBB durante a “derruba violenta” em 2021. Para isso, foi realizada pesquisa etnográfica com crianças e adultos na Ocupação do CCBB, onde foram observadas as ações das crianças da pesquisa a partir do conceito de ator-criança na Sociologia da Infância para compreender quais recursos pedagógicos foram utilizados nas ações de amparo às crianças da Ocupação do CCBB durante deslocamento territorial forçado.

Este estudo foi realizado na Ocupação do CCBB em Brasília, onde vivem famílias em vulnerabilidade social e sem moradia adequada. O governo local, na gestão de Ibaneis Rocha, realizou as ordens de despejo, violando a Lei Distrital que proibia remoções durante a pandemia. Antes da lei, em março de 2020, houve uma ação de despejo, e posteriormente, o governo argumentou que a ocupação havia crescido após a aprovação da lei. A lei foi suspensa em 2021, permitindo a desocupação. Durante o despejo, as famílias viveram em barracas de acampamento, recusando-se a ir para unidades de acolhimento. As ações de despejo foram amplamente divulgadas e geraram mobilização de ativistas, ONGs e partidos políticos, ocorrendo durante o período de vacinação.

O contexto da pesquisa foi o de uma ocupação urbana, sem infraestrutura adequada para moradia, em barracos de lona e tapumes, que sofriam constantes ações de derrubadas. As pessoas que viviam nessas condições não estavam disputando posse do terreno ou em uma demarcação de território. Elas estavam

se abrigando da rua, da chuva, do sol e das demais condições naturais pelas quais os seres humanos buscam viver em casas.

Para tanto, foi estudada a teoria da ação/agência a partir de Anthony Giddens (1979) e Bruno Latour (2012), porque este referencial teórico apresentou suporte para a prática de pesquisa etnográfica. A Teoria do Ator-Rede (Latour, 2012) permite rastrear o social enquanto as ações estão acontecendo, na prática de um ator-rede que fareja as trilhas de outros atores e que observa como os fatos são construídos para compreender a agência. A principal rede encontrada atuando no amparo das crianças da ocupação ao longo da pesquisa foi formada por: O projeto BSB Invisível, o Movimento do Bem Viver, a Escola do Cerrado, a Escola Classe 115 Norte, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB).

As teorias da ação/agência de Giddens e Latour são abordagens que buscam compreender como os atores sociais agem e se relacionam com o mundo ao seu redor. Giddens propõe uma teoria da estruturação, enfatizando a importância da agência individual e do monitoramento reflexivo da conduta (Giddens, 1979). Latour desenvolve a Teoria do Ator-Rede, que expande a agência para incluir atores não humanos. Essas teorias têm relevância na pesquisa etnográfica, que visa entender os padrões de comportamento e significados culturais de um grupo específico. Nesta pesquisa, as teorias foram aplicadas para observar as práticas de acolhimento de crianças em deslocamento forçado, analisando as ações dos atores envolvidos e suas interações. Isso permitiu compreender como as práticas foram influenciadas pelas estruturas sociais e pela agência dos atores, oferecendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas socioculturais.

A pesquisa qualitativa permitiu utilizar diversas fontes em múltiplos formatos e isso era imprescindível, porque o campo se apresenta em diversas mídias e lugares. Nos anos de 2021 e 2022, a pesquisa foi desenvolvida em campo e, durante esse período, foi possível conhecer a comunidade

e os ativistas, assim como firmar laços de confiança pelos quais prezo e pelos quais várias decisões foram tomadas ao apresentar essa pesquisa em relação à participação das crianças e dos adultos na pesquisa. No presente estudo, o campo de pesquisa foi a principal fonte para conseguir encontrar os atores e visualizar suas ações.

A pesquisa etnográfica adotou uma abordagem qualitativa participativa/emancipatória. A coleta de dados envolveu técnicas como fotografias, vídeos, escrita em caderno de campo e gravação de áudio. Os principais participantes foram as crianças moradoras da ocupação, incluindo adultos e ativistas. A análise dos dados foi realizada por meio de uma metodologia chamada Análise Técnica(AT)(SOUZA, L. K., 2019), visando documentar as ações dos grupos envolvidos e sua importância para a proteção das famílias da ocupação. A pesquisa buscou dar voz às experiências e violações dos direitos humanos sofridas pela população da ocupação durante a pandemia, buscando servir como um recurso para um pedido de reparação histórica do Governo do Distrito Federal.

O estudo utilizou várias fontes de dados, como entrevistas, observações participantes, documentos e produções artísticas. A principal fonte para coleta de dados foi a ação chamada “Museu Ocupação”, realizada no Museu de Arte de Brasília (MAB) em memória a um ano da derrubada da Ocupação do CCBB e da Escola do Cerrado. A ação consistiu em promover atividades artísticas voltadas para crianças, adultos moradores e ex-moradores/ocupantes, e ativistas da Ocupação do CCBB. O objetivo da ação era coletar dados formais e cartográficos, relatos, histórias, memórias, entre outros, das crianças, suas famílias e demais pessoas presentes na derrubada da ocupação.

A escolha do Museu de Arte de Brasília como local teve o propósito de associar o museu à Ocupação do CCBB, reunindo os participantes da pesquisa e protegendo suas memórias, identidades, vidas e narrativas. Para realizar a ação, foi necessário enviar uma proposta de projeto por e-mail ao gerente do museu, responsável por autorizar as pautas de ocupação. A ação foi autorizada pelo secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa.

A pré-produção envolveu o envio de convites via WhatsApp para as famílias das crianças presentes na derrubada, assim como para associações, coletivos e ativistas envolvidos no movimento contra o despejo do CCBB. Os participantes assinaram termos de consentimento livre e esclarecido, autorizando sua participação na pesquisa e o uso de gravações, fotografias e entrevistas para os fins da pesquisa. Também foi assinado um termo de autorização de uso de imagem para permitir o uso das imagens em publicações e atividades relacionadas aos direitos das crianças.

Durante a ação, ocorreu uma roda de conversa coletiva entre mães, pais e crianças, discutindo temas relacionados ao deslocamento territorial forçado e às condições de vida na ocupação e em outros lugares por onde passaram no último ano. Desenhos e mapas coletivos foram criados durante a discussão, representando os diferentes atores e relações presentes na pesquisa. As diferentes fontes de dados coletadas foram analisadas e integradas na pesquisa por meio de categorização, análise de conteúdo e interpretação dos dados. As informações obtidas durante a ação “Museu Ocupação” foram fundamentais para compreender as trajetórias de vida das pessoas envolvidas na derrubada e investigar as questões de território, ocupação e deslocamento.

Nesta pesquisa, os conceitos da arte e da educação como agências são significados a partir de entidades, objetos, animais ou indivíduos que atuam na interseção entre arte, ativismo e educação não formal, promovendo projetos e iniciativas que promovem oportunidades educacionais proporcionadas pela arte. O termo acolhimento se refere às práticas de apoio e assistência oferecidas a crianças que estão em situação de deslocamento forçado, com o objetivo de protegê-las, cuidar delas e fornecer suporte emocional e pedagógico.

O termo “deslocamento territorial forçado” pode ser conceituado como a necessidade de se mover de um determinado local devido a demandas externas, violências sofridas ou pressões exercidas por terceiros. No contexto da Ocupação do CCBB, o deslocamento territorial forçado ocorre como resultado das violências sofridas pela comunidade por parte do go-

verno. Essas violências levam as famílias a se deslocarem em busca de sobrevivência e melhores condições de vida humana. O deslocamento pode acontecer dentro do mesmo território, como observado na ocupação, onde a comunidade se desmembra temporariamente, mas logo se reconstrói e reocupa o espaço. Nesse sentido, o deslocamento territorial forçado pode ser uma reação às forças externas e/ou uma forma de resistência e reação às circunstâncias adversas enfrentadas pela comunidade.

Já o termo “ocupação urbana” se refere a grupos de pessoas ocupando espaços nas áreas urbanas em busca de moradia e abrigo; e o termo “derruba violenta” foi utilizado para descrever as ações de despejo ou remoção forçada de Ocupação do CCBB em 2021, pois a ação foi realizada de maneira violenta e com o envolvimento da força policial.

Para compreender um pouco da atuação dos atores no contexto da pesquisa, foi preciso segui-los no decorrer das ações. A primeira agência que encontrei foi a agência da criança (SARMENTO, 2014; MARCHI, 2017; FERREIRA, 2002), porque a aproximação com o campo aconteceu via ação para proteção de um espaço de Educação não formal que surgiu de um movimento social e coletivo formado pelas crianças, suas famílias e os ativistas via um desejo, o de estudar e não reprovar o ano durante a Pandemia da Covid-19.

A pesquisa abordou a agência das crianças e a relação entre a arte e sua expressão. Para isso, buscou-se respeitar a autonomia das crianças, obtendo-se seu consentimento para participar da pesquisa e utilizar suas informações pessoais. A pesquisa reconheceu as crianças como co-produzoras de dados e sujeitos sociais, considerando sua privacidade e controle sobre suas informações e imagem.

Foi observado, ao longo da pesquisa, que as crianças participantes enfrentaram desafios como violência, exclusão social e conflitos familiares em seus contextos pessoais. No entanto, encontraram na Escola do Cerrado um espaço de liberdade e autonomia, onde podiam brincar, imaginar e intervir no ambiente. A relação com agentes voluntários contribuiu para

a construção de um imaginário político nas crianças. A expressão artística e a brincadeira foram essenciais para que as crianças exercitassem sua agência, explorassem sua criatividade e dessem forma às suas experiências e visões.

A arte, no campo de pesquisa, foi encontrada como parte do currículo da Escola do Cerrado, mas estava mais presente como agências ou como produto, produzidos com o contexto da pesquisa por artistas-ativistas do que com a escolinha em si. Com base nesse estudo, é possível afirmar que a escolinha é, em si, um produto da arte, principalmente por surgir do imaginário das crianças e se concretizar no tempo e espaço.

É certo que ela não é mais arte quando se torna uma associação, mas é preciso considerar que, ao longo da pesquisa, foi percebido que a escolinha em si surgiu como surge um movimento artístico coletivo. Todavia, não foram encontrados dados em que houvesse diálogos com o ensino de arte como parte da atuação da escolinha especificamente, mas foi possível observar as ações pedagógicas e educativas da escolinha do cerrado a partir da ótica da Educação não formal, onde a arte estava presente em seus modos de ocupar os espaços, promover pensamento crítico, compreender o mundo e ressignificar os territórios e objetos.

Embora não seja possível dimensionar o quanto a escolinha do cerrado agiu durante a derruba violenta no amparo das crianças durante as ações, porque legalmente a escolinha não existia. Quando há uma denúncia da escolinha do cerrado ser uma escola “fake”, ou “falsa”, talvez nenhum dos ativistas, educandos ou apoiadores poderia duvidar da controvérsia de uma crítica que age como apenas uma constatação de algo que já é desmascarado. A escolinha sempre se posicionou como um reforço ou apoio escolar, principalmente com os familiares, pois sempre foi um pré-requisito estar matriculado no ensino regular para participar do movimento.

A escolinha do cerrado surgiu para mediar a escola de ensino formal e as famílias das crianças da ocupação, para que elas pudessem acessar suas aulas e atividades de maneira remota. Seu objetivo era fornecer apoio e

aulas de reforço escolar para as crianças da ocupação. As atividades inicialmente ocorriam no Ponto 1 da Ocupação do CCBB, mas devido a derrubadas, passaram a acontecer em diferentes locais (Pontos) dispersos pelo cerrado. As aulas eram realizadas em espaços improvisados, próximos às barracas onde as famílias viviam, e algumas crianças exploravam o cerrado junto com os educadores. Os educadores valorizavam a escuta ativa e promoviam lanches, momentos de lazer e atividades artísticas. As ações da escola eram compartilhadas através de reuniões e relatórios de aula. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelas famílias durante o deslocamento e a falta de recursos, a escolinha oferecia suporte pedagógico e emocional. Além das aulas regulares, os educadores realizavam acompanhamento pedagógico individualizado e proporcionavam oportunidades para as crianças expressarem sua autonomia, criatividade e construir suas próprias culturas. As crianças demonstravam resiliência e capacidade de adaptação diante das adversidades.

A arte também é agência, porque a partir dela torna-se possível que as crianças brinquem de verdade e que, ao brincar, desenhem paisagens possíveis para futuros incertos a serem filmados, fotografados, pintados, desenhados, musicados [...] e as demais linguagens onde a expressão dessas crianças-atores sociais foram materializadas.

Brincar de verdade não seria algo muito diferente de brincar no real, observar, conhecer, entender e explicar onde, como e porque se brinca como se brinca, mesmo que uma explicação não fosse necessária. As crianças com quem essa pesquisa foi realizada possuem o hábito de explicar como elas significam as ações e os mundos. É uma forma de “por quê” mais elaborada. Em geral, elas não perguntam por que, elas dizem o porquê e nós buscamos decodificá-lo reagregando esse social.

Brincar é uma atividade situada. Elas brincaram de escolinha e construíram uma escolinha de verdade. Essas ações não acontecem simplesmente, elas são parte de muito esforço coletivo. A formação de um corpo coletivo é algo fantástico e utópico. Sonhar coletivamente é o que torna possível construir coisas, agir, erguer paredes que possam abrigar os li-

vros, cadeiras, mesas das crianças que estão estudando no chão, sobre toalhas ou pedaços de papelão, ter suas vozes, imagens, palavras e visões críticas sobre suas condições.

As coisas não surgem do nada. Uma escolinha não surge três vezes em um mesmo lugar. Uma ocupação não surge várias vezes por 40 anos ao acaso. Esses espaços permanecem porque eles resistem contra sua supressão simbólica, mesmo quando a física está derrubada. Basta reerguer. Uma ocupação não se ergue sozinha. Resistir também não é algo que acontece do nada. É preciso de força coletiva e essa força, para se mover, precisa de afetos (não qualificáveis, porque são muitos afetos atuantes no contexto).

Ao início do Mestrado, eu buscava por espaços horizontais em que as relações aconteciam a partir das trocas de saberes e coletividade. Ao longo da pesquisa, compreendi que as relações entre as pessoas e a natureza podem ser horizontais, a depender de como elas performam suas dinâmicas de poder, mesmo quando os espaços não são horizontais em si. Essas relações, quando se tornam cotidianas, permite que os sujeitos construam espaços comuns de pertencimento. Já a horizontalidade entre agências faz parte de uma dinâmica entre poder de agência.

Dada a relevância deste trabalho, do ponto de vista social, político e teórico-metodológico, entendendo que ela pode servir de referência para outros estudos estudantes para norteamento das ações dos movimentos sociais que lidam com criança e infância na condição de vulnerabilidade e de deslocamento territorial forçado e para sustentação da minha travessia como profissional que atua no campo do Ativismo, da Arte e da Educação não formal voltadas para as crianças, tendo em vista a garantia dos direitos da infância, despertou em mim a necessidade de continuar aprofundando e compreendendo melhor a temática aqui estudada, acredito que a continuidade deste estudo no doutorado é o caminho que pretendo trilhar.

ALYS, FRANCIS. **Childrens Games**. Disponível em: <http://francisalys.com/ebooks/FrancisAlys_ChildrensGames_EyeFilmMuseum_2020/#page=36> Acesso em: 22 de mar. 2023.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; LOPES, Magda; RIZEK, Cibele Saliba. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. [S.l.: s.n.], 1997.

BERTI, I. C. L. W. **O conceito de agência para o estudo dos sujeitos informacionais**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123033>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BUTLER, J. **“Em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”**/ Judith Butler; tradução Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BLUEBOND-LANGNER, Myra; KORBIN, Jill E. **Challenges and opportunities in the anthropology of childhoods: an introduction to “Children, childhoods, and childhood studies”**. *American Anthropologist*, v. 109, 241-246, 2007.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura** (nº 43) (Coleção Questões da época). São Paulo: Cortez., 2001

COSTA, Rogério H. da. **1958- A nova des-ordem mundial** / Rogério Haesbaert, Carlos Walter Porto - Gonçalves. São Paulo: Editora UNESP, 2006, 160 p. : il - (Paradidáticos. Série Poder).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil-Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. RJ: Editora 34, 1995.

DIALNET, **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 9, n. 2, pp. 86-103, 2021.

DUNAEVA, C. **“Preconceito racial e xenofobia na Rússia contemporânea: os mecanismos da categorização étnica e a dicotomia entre “nós” e “outros”**. 2013. 239 p. Tese(doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

EVANS, D. **The planning of nonformal education**. Paris: Unesco, 1981.

FERNANDES, N. **Infância, direitos e participação: Representações, práticas e poderes**. Porto: Edições Afrontamento. 2009.

FOSTER, Hal. [1955], **O retorno do real: A vanguarda no final do século xx: Hal Foster**. Título original: *The Return of the Real: Avant-Garde at the End of the Century*. Tradução: Célia Euvaldo, 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014, 224.

FUINI, lucas. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21(2017), n.1, p. 19-29

GIDDENS, Anthony, **“Central Problems in social theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis”**, 1979.

_____. **“Novas regras do método sociológico”**, Lisboa, 1993. _____. *Conversas com Anthony Giddens*. Rio de Janeiro : FGV, 2000.

_____. **1938 - G385m Modernidade e identidade** / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOHN, Maria Gloria. *Educação Não formal e o Papel do Educador (a) Social*.

Revista Meta: Avaliação, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 28-43, June 2009. ISSN 2175-2753. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/me-taavaliacao/article/view/1>>. Acesso em: 09 apr. 2023. doi:http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v1i1.1.

----- **Educação não formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Access on: 08 Apr. 2023.

GRAUE, E. & WALSH, D. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenki, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **"Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção / Rogério Haesbaert**, 1. Ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

----- **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla**. - 2. Ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian. **Constructing childhood: Theory, Policy and Social Practice**. New York, Palgrave Macmillan, 2004.

----- **Key concepts in childhood studies**. London: Sage, 2008

JAMES, A. & PROUT, A. **Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood**. Londres: The Falmer Pres, 1990.

KANDINSKY, Wassily. **Ponto e linha sobre plano: contribuição a análise dos elementos da pintura**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. xxxvi, 206 p. ISBN 8533605781.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

----- **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora/ Bruno Latour - São Paulo: Editora UNESP, 2000.**

----- **Reagregando o social / Bruno Latour - Salvador: Edufba, 2012.**

MARCHI, Rita de C. **"A criança como ator social - críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos"**, Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 617-637, maio/ago. 2017.

Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 22 de mar. de 2023.

MIZEN, Phil; OFOSU-KUSI, Yaw. **Agency as vulnerability: accounting for children's movement to the streets of Accra**. The Sociological Review, v. 61, n. 2, 363-382, 2014.

OLIVEIRA, R.M. **Tecnologia e subjetivação: a questão da agência**, 2005.

PROUT, A. **Reconsiderando a nova Sociologia da Infância**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.40, n.141, 729-750, set./dez., 2010.

QVORTRUP, J. Childhood matters: An introduction. In J. Qvortrup, M. Bardsy, G. B. Sgritta & H. Wintersberger, **Childhood matters: Social theory, practices and politics** (pp.1-23). Aldershot, UK: Avebury, 1994.

QVORTRUP, J. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a14v36n2.pdf>> Acesso em: 22 de mar. de 2023.

RANCIERE, J. **A partilha do sensível**: estética e política (2 ed., M. C. Netto, Trad.). São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

_____. **O espectador emancipado** (I. C. Benedetti, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RESENDE, Viviane de Melo. **Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira**: metáforas de espaço na representação da situação de rua na Folha de S. Paulo / Forced displacement and guarded permanence, territory and frontier: metaphors of space in the representation of homelessness in Folha de S. Paulo. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 565-596, jan. 2020. ISSN 2237-2083. Available at: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/15360>>. Date accessed: 08 apr. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.28.1.565-596>.

RESOLUÇÃO nº510 de 7 de abril de 2016 - Conselho Nacional de Saúde. Capítulo I - Dos termos e definições. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 22 de mar. de 2023.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In M. J. Sarmiento, & A. B. Cerisara (Orgs.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação (pp.9-34). Porto: Edições Asa, 2004a. Disponível em : <http://docplayer.com.br/11165-As-culturas-dainfancia-nas-encruzilhadas-da-2a-modernidade.html> Acesso em: 22 de mar. de 2023.

_____. **Gerações e alteridade**: interrogações a partir da sociologia da infância. Educação e Sociologia (vol. 26, n.91, pp.361-378, Maio/ago.). Campinas, 2004b. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>> Acesso em: 22 de mar. de 2023.

SOUZA, M. J. L. O **Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TEÓFILO, M. da Penha. **Crianças no espaço público**: nas trilhas das culturas da infância. Tese de Doutorado em Estudos da Criança (Especialidade em Infância, Cultura e Sociedade) – Universidade do Minho, Braga – PT, 2021. <http://hdl.handle.net/1822/73409>. Acesso em: 2021-11-16.



Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Sra fundadora da Escola do Cerrado Rafaella Sereno,

Eu, Laura Teófilo Gonzalez, mestranda vinculada ao Programa de Pós Graduação em Artes Visuais na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, Brasil, estou desenvolvendo uma pesquisa na especialidade Educação em Artes Visuais, que tem como título “As agências formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado”, sob orientação do professor doutor Cayo Vinícius Honorato da Silva.

O objetivo da pesquisa em campo é observar, conhecer e categorizar as práticas de acolhimento realizadas com as crianças da Ocupação do CCBB-DF no contexto da derrubada da Ocupação que ocorreu em março e abril de 2021 para, com isso, pensar sobre os territórios, as ocupações urbanas, a infância e o direito à cidade e ao espaço público.

Diante do exposto, venho, por meio deste, solicitar autorização para utilizar a minha prática como professora voluntária na Escola do Cerrado, mantido pelo Coletivo Escola do Cerrado como campo empírico à referida pesquisa, dada à necessidade de se estabelecer uma relação de proximidade e de confiança com as crianças e famílias que vivem na Ocupação do Cerrado, comunidade mantida pela coleta de objetos recicláveis, e onde atua a Escola do Cerrado.

Além disso, considerando que as crianças que frequentam essa escola são sujeitos da pesquisa, é possível que no período em que elas estiverem na instituição sejam mobilizadas, pela pesquisadora, a participarem de atividades em grupo ou individual, como, por exemplo: fazer desenhos, participar de roda de conversa, contação de história. Neste contexto, gravador e câmera fotográfica serão utilizados com o objetivo de registrar todas as informações necessárias ao estudo e escrita da dissertação.

As atividades propostas serão feitas dentro do espaço de atuação da Escola do Cerrado e no horário diferente do horário proposto para realização do acompanhamento pedagógico. Deixo registrado que a minha permanência no coletivo será pautada nos princípios éticos reguladores da pesquisa. Resguardarei todos os direitos das crianças e respeitarei as normas que regem o Coletivo. Portanto, reafirmo que caso ocorra qualquer procedimento de investigação com as crianças, no interior do Coletivo, somente será realizado com o consentimento das próprias crianças e dos adultos responsáveis por elas, e, naturalmente, com a autorização prévia da presidente desse Coletivo.

Comunico que as informações obtidas no contexto do Coletivo serão divulgadas no trabalho de dissertação e, como desdobramento, em outros trabalhos de natureza científica como congressos, seminários e palestras. Serão preservadas as identidades das crianças, pais e/ou responsáveis e de todos os profissionais que colaborarem com informações para a pesquisa.

Certa de contar com a autorização da fundadora desta escola agradeço pela colaboração ao trabalho e me coloco à disposição para mais esclarecimentos, por meio do e-mail lauratg@gmail.com ou Tel: (61)98216-3003.

Atenciosamente,

Laura Teófilo Gonzalez
(Mestranda)

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a permanência da pesquisadora Laura Teófilo Gonzalez, estudante de Mestrado em Educação em Artes Visuais, dissertação intitulada - “**As agências formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado**”, no espaço da Escola do Cerrado, para desenvolver atividades de pesquisa de campo com crianças com idade entre dois (2) a dezessete (17) anos de idade.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Rafaella Sereno
Fundadora da Escola do Cerrado



Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais

TERMO DE ASSENTIMENTO DA CRIANÇA

Olá, Criança!

Eu sou a Laura, mestranda em Educação em Artes Visuais, e estou pesquisando para compreender um pouco mais sobre crianças que são obrigadas a mudar de casa e gostaria muito de contar com a sua colaboração. A minha pesquisa tem como título: **As agências formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado**. Nessa pesquisa, preciso saber: **onde** você mora, onde você morava, com quem você mora, como é sua casa, quem cuida de você, qual horário você costuma estudar e qual é o horário costuma brincar. Quando acontece uma “derruba”, o que vocês fazem? Para onde vocês vão? O que vocês fazem? Quem cuida de vocês? Para que eu possa obter essas informações, te convido a brincar de desenhar, brincar, construir personagens, dar nome às histórias, criar figurinos e canções. Pode também dar entrevista e ser fotografado(a), se quiser. Ah! É importante que você saiba que, se não gostar da brincadeira, pode sair sem problema algum. Mas, ficando na brincadeira, gostaria que me autorizasse a utilizar os seus desenhos, a sua entrevista e as suas fotografias na minha pesquisa, assinando esta cartinha. Não se preocupe, pois os responsáveis por ti, aprovaram sua participação na pesquisa.

Agradeço por aceitar a participar da pesquisa e por me deixar realizar esse trabalho com você. Mestranda: Laura Teófilo Gonzalez. lauratg@gmail.com

A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis. Além disso, recebi a cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa sobre as agencias formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado.

(Seu nome)

Brasília, ____ de ____ de ____.



Programa de Pós-Graduação em Arte Visuais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezados pais e/ou responsáveis,

Venho por meio deste solicitar seu consentimento para que seu filho(a) ou criança sob sua responsabilidade possa participar da pesquisa realizada por mim, Laura Teófilo Gonzalez, mestranda vinculada ao Programa de Pós Graduação em Artes Visuais na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, Brasil, em que estou desenvolvendo pesquisa na especialidade Educação em Artes Visuais, intitulada “As agências formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado”, sob orientação do professor doutor Cayo Vinícius Honorato da Silva.

O objetivo da pesquisa em campo é observar, conhecer e categorizar as práticas de acolhimento realizados com as crianças da Ocupação do CCBB-DF no contexto da derrubada da Ocupação que ocorreu em março e abril de 2021 para, com isso, pensar sobre os territórios, as ocupações urbanas, a infância e o direito à cidade e ao espaço público.

Respeitando o direito de seu(a) filho(a) ou criança sob sua responsabilidade, esclarecemos que a participação dela está condicionada à manifestação de seu interesse pelas atividades, individuais ou em grupo que estão sendo desenvolvidas neste ambiente (colagens, confecções de brinquedos, artesanatos, etc).

Portanto, a participação da criança nestas atividades está condicionada ao consentimento de vocês - pais e/ou responsáveis -, além do consentimento da própria criança em participar das atividades propostas. É importante esclarecer que seu filho(a) ou criança sob sua responsabilidade tem liberdade para participar das atividades, assim como deixar de participar no momento em que desejar. É importante, ainda, que você esteja consciente de que o seu consentimento para a participação de seu filho(a) ou criança sob sua responsabilidade nesta pesquisa é voluntário e não remunerado.

Informo, ainda, que farei uso de gravador de áudio, farei registros no caderno e utilizarei câmera fotográfica com o objetivo de registrar todas as informações possíveis e necessárias ao estudo e escrita da dissertação.

Os dados gerados com a participação das crianças serão divulgados no trabalho de dissertação e, como desdobramento, em outros trabalhos de natureza científica como congressos, seminários e palestras, nacionais e internacionais.

Caso haja, da sua parte, alguma objeção quanto a algum procedimento adotado nesta pesquisa (entrevista, roda de conversa, atividade de desenho, gravações e fotografias) favor especificar a objeção neste termo, no campo destinado abaixo. Caso contrário, favor assinar sem observações.

Desta forma, agradeço por colaborarem com a pesquisa e coloco-me à disposição para mais esclarecimentos no e-mail lauratg@gmail.com ou Tel: (61) 98216-3003.

Laura Teófilo Gonzalez (mestranda).

AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇA NA PESQUISA

Eu, _____, responsável legal pela criança _____, declaro ter sido informado(a) a respeito da pesquisa e concordo com a participação dela na de pesquisa anteriormente descrita.

Brasília, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do responsável legal pela criança

Obs.: Em caso de alguma objeção quanto aos procedimentos, identificá-los a seguir:

1. Objeções: _____



Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, abaixo assinado e identificado, responsável legal de _____ autorizo o uso da sua imagem para desenvolver a pesquisa de mestrado “**As agências formadas no acolhimento de crianças em deslocamento territorial forçado**”, desenvolvida na Ocupação do CCBB e seu entorno, em Brasília-DF, pela mestranda em Educação em Artes Visuais da Universidade de Brasília, em Brasília, Brasil, Laura Teófilo Gonzalez. A presente autorização abrange o uso das imagens no âmbito da dissertação e também a sua utilização em publicações de relatórios, livros, revistas especializadas e ainda a sua utilização em atividades relacionadas com movimentos sociais que defendam os direitos da criança e de formação de profissionais da Educação. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, assino a presente autorização.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome do responsável legal: _____

Telefone: _____

Pesquisa: Laura Teófilo Gonzalez
Orientação: Prof^o Dr. Cayo Honorato
Revisão: Sarah de Souza
Designer Gráfico: Laila Santanna

Revisão: Suely Gehre Este livro é composto pelas famílias tipográficas: **Barlow e Changa.**

